

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

ADRIELLY SELVATICI SANTOS

UMA ABERTURA DA MÁQUINA DO MUNDO:
COGESTÃO E CONVERSA COMO EXERCÍCIOS DE CULTIVO DE MARGENS POR
ENTRE AS RACHADURAS DOS MUROS

Vitória

2017

ADRIELLY SELVATICI SANTOS

UMA ABERTURA DA MÁQUINA DO MUNDO:
COGESTÃO E CONVERSA COMO EXERCÍCIOS DE CULTIVO DE MARGENS POR
ENTRE AS RACHADURAS DOS MUROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na área de subjetividade e Clínica. Orientadora: Profa Dra. Luciana Vieira Caliman e Co-orientora Profa Dra Janaína Mariano César.

Vitória

2017

ADRIELLY SELVATICI SANTOS

UMA ABERTURA DA MÁQUINA DO MUNDO:
COGESTÃO E CONVERSA COMO EXERCÍCIOS DE CULTIVO DE MARGENS POR
ENTRE AS RACHADURAS DOS MUROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 31 de maio de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profa. Dra. Janaína Mariano César
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-orientadora

Profa. Dra. Maria Elisabeth Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Eduardo Passos
Universidade Federal Fluminense

Agradecimentos

Eu estava ansiosa para escrever essa parte que, apesar de estar no início, foi a última a ser escrita!

Quero começar agradecendo à vida porque, nesse momento em que me sento para escrever os agradecimentos, dou-me conta de que, se fosse para levar ao pé da letra, precisaria de outras tantas páginas para registrar todas as pessoas e todos os acontecimentos que estiveram comigo na navegação, que me trouxe até esse momento. Vida, sinto-me muito agradecida por sua generosidade para comigo!

Continuo... agradecendo aos meus pais, “véio Deco” e “véia Penha”, por sempre apoiarem as minhas ideias sem pé e nem cabeça e minhas aventuras sem muito rumo. Dessa forma, talvez vocês não saibam, ajudaram-me a construir um caminho no caminhar - e isso não é qualquer coisa!

Boião, você também entra nessa parte de chororô. A gente nunca deixou de ser implicante um com o outro e nem de ser parceiro: isso é tão bom! O nosso amor a gente inventa, né!? Quero aqui aproveitar para agradecer a família que cresceu a partir de você, que primeiro convidou a Monique, uma mulher incrível, para nosso fuzuê e depois, juntos, conceberam o maior presente que ganhei no ano passado: Bibi! Poder estar junto com vocês naquele dezembro... mudou minha vida!

À Paulinha, quero agradecer pela disponibilidade de construção de confiança, afeto e lugar!

Agradeço também ao Eugene pela audácia de exercitar comigo o amar! We know...this is not easy at all, but still pretty good!

Bom...o que seria das nossas ousadias sem a malha tecida com nossos amigos, a qual nos aconchega nos momentos de alegria e de tristeza?

À minha orientadora, Luciana Caliman, agradeço pela disponibilidade de construir um laço de trabalho e amizade! Quero poder dançar mais contigo!

À minha co-orientadora, Janaína Mariano, agradeço pela presença cuidadosa e atenciosa no processo de pesquisa e da vida! Você é rara!

À Janaína Britto, agradeço pelo acolhimento e pelo corpo suporte na sustentação de trabalhos nesses últimos anos! Tem sido fundamental construir essa rede contigo! Não é que Aracruz tá ficando diferente!?!

Aos amigos do grupo de pesquisa Fractal e de orientação: Felipe, Joyce, Meire, Alana, Bárbara, Daniele, Anita, Lygia e Renata, agradeço pela construção de um trabalho coletivo forte e por todas as risadas que demos juntos no meio disso.

Luana Gaigher, quero agradecer especialmente a você pela parceria nas quintas à tarde no cultivo do cuidado com o grupo-GAM!

Vic, eu também não esqueci de você, mas deixei para outro parágrafo porque eu quero agradecer pelas alegrias tantas que pudemos viver ano passado e esse ano. É uma felicidade imensa ter você na vida!

Ao Getz, quero agradecer pelo desenrolar da amizade que vislumbrei desde o primeiro dia que (te) vi!

Aos amigos da turma 9, agradeço pelos momentos que sustentamos juntos dentro e fora da sala de aula. Em especial, agradeço à: Carol, Ernesto, Nayara, Vitor, Lívia, Mariana, Lígia, Aline e Rafael.

Aos meus amigos da “roda do fim de semana”, que quase nunca se encontra fim de semana, mas que está sempre junta desde os tempos da carochinha: Kê, Viny, Léo, Pauloca, Lilica, Fáfá, Tamy e Carol. Agradeço pelo companheirismo meio a tantos jeitos de ser diferente!

Também quero agradecer aos meus amigos que moram longe, mas que não deixaram de estar próximos: Bebel, Lu Saiter, Elô, Morena, Talíria, Pedro, Alê, Tarso, Lucas, Ilana, Gui, Ellen, Cibeli, Thamyres, Silvana, Lygia, Marcelo, Cláudia, Lívia, Billy, Marie, Leo...

Gostaria de agradecer às mães-avós-mulheres e aos trabalhadores do CAPSi de Vitória que, generosamente, exercitaram à medida em que construíram, construíram à medida que exercitaram uma língua do meio conosco às quintas-feiras à tarde!

Às crianças e adolescentes do CAPSi de Vitória, agradeço pelos sorrisos que reanimavam o meu rosto cada vez que entrava por aquele portão.

Aos amigos do “Centre Antonin Artaud”, agradeço pela disponibilidade generosa, a qual permitiu nosso encontro forte e, a partir dele, a experimentação de questões tão fundamentais. Vocês estão presentes nesses escritos todo o tempo, mesmo que não diretamente.

Aos professores Eduardo Passos e Maria Elizabeth Barros, gostaria de agradecer por contribuírem com esse trabalho nas bancas de qualificação e defesa!

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI-UFES), agradeço por abrir-se para que esta composição de pesquisa fosse possível.

À CAPES, agradeço por conceder a bolsa para essa pesquisa.

Ao cachorro, papagaio, periquito,.... Hahaha...alguém precisa me parar!

Acho que tá bom, né!?

À legião estrangeira que pulsa,
visível e/ou invisivelmente,
nos escritos dessa dissertação.

RESUMO

Como temos construído a vida junto com os outros como legítimos outros? De que modo as práticas de cuidado têm se ofertado ao encontro com a radical diferença? Essas questões movem o presente trabalho, que se ocupa com a problematização dos efeitos de posturas de fechamento e distanciamento em relação ao diferente e à diferença nos modos de vida no contemporâneo, bem como, insiste em exercícios de resistência ao pensar e cultivar práticas de cuidado em redes de conversação e cogestão. Em uma visada cartográfica e interventiva, analisa-se como motor e efeito principal das dificuldades e enrijecimentos que saltam em nossas relações conosco, com os outros e com o mundo, um processo que aqui divisamos como do *emparedamento de uma vida*, o qual se atualiza em atitudes normalizadoras, infantilizadoras, culpabilizadoras e de intolerância, bem como em endurecimentos identitários. A partir dessa análise, aliada à Estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e suas direções norteadoras de cogestão e autonomia, essa pesquisa, construída com um grupo de familiares e/ou outros responsáveis de crianças e adolescentes que frequentam o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil de Vitória/ES (CAPSi/ES), investiu em processos de cogestão e participação, que neste trabalho, afirmam-se na constituição e fortalecimento de redes de conversação. O exercício da conversa como um *êthos* nos dias atuais se abre a uma atenção singular e ao acolhimento e cultivo das margens estrangeiras e disruptivas, que, no enfrentamento ao apequenamento e amesquinamento do viver, possibilita, por entre as rachaduras dos muros, gerar a existência em processos singularizantes.

Palavras-chave: conversa; cogestão; Gestão Autônoma da Medicação (GAM); Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi); diferença.

ABSTRACT

How have we been building life together with others as legitimate others? How have care practices been confronting the radical difference? These questions drive this dissertation. In occupying with the questioning of the effects of locking and distancing approaches in relation with the different and the difference in the contemporary, this work also insists on exercises of resistance such as thinking and cultivating care practices in conversational and co-management networks. It does so with a cartographic and interventive approach, analyzing the process here called the *framing of a life* as the major effect and cause of the difficulties and stiffness which are present in our relationships with the world, others and ourselves. This process is actualized by normalizing, infantilizing, shaming and intolerance-driven attitudes, as well as by hardening identities. From this analysis, together with the Autonomous Medication Management (GAM) strategy and its guiding principles of co-management and autonomy, this research – which was built alongside a group of family members of children and adolescents who attend the Center for Psychosocial Care of Vitória/ES (CAPSi/ES) – has invested in co-management and participation processes which, in this work, are realized by the building and strengthening of conversational networks. The exercise of conversation as an *ethos* in the present days opens up to a type of singular attention and to the welcoming and nurturing of foreign and disruptive margins which, confronted with the narrowing and limiting of life, make it possible to create existence as singularizing processes through the cracks on the walls.

Keywords: conversation; co-management; Autonomous Medication Management (GAM); the Center for Psychosocial Care for Children and Adolescents (CAPSi); difference.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. CONVERSAS INTRODUTÓRIAS: “UM LUGAR POR ONDE COMEÇAR...”	12
1.1. Quando começa uma pesquisa?	14
1.2. Bastidores: “Um lugar por onde começar...”	19
CAPÍTULO 2. UMA ILHA, UM ARQUIPÉLAGO PROBLEMÁTICO	22
2.1. “Quando um muro separa...”	22
a. Patriarcado e relações de propriedade: formação dos muros	24
b. Muros operados pela subjetividade capitalística	27
2.2. “Uma margem une...”	31
a. Como se ergue esse artifício muro?	31
b. Da violação de invólucros de confiança: a importância de um “em casa”	34
2.3. Entre-texto: a margem-outrem	40
2.4. Muros na história da loucura	50
2.5. Muro rachado: abertura para o Movimento de Reforma Psiquiátrica	55
2.6. Derrubaram-se os muros dos hospitais, mas ainda não era o suficiente?	61
CAPÍTULO 3. A ILHA GAM	64
3.1. O bando com o qual nos encontramos na ilha GAM	67
3.2. vozes ecoando em nossas redes de conversa semanais: experiências com os muros	76
3.3. Ressonâncias dos ecos	78
CAPÍTULO 4. CONVERSA E COGESTÃO: EXERCÍCIOS DE CULTIVO E EXPERIMENTAÇÃO DE UMA TAL LÍNGUA DO MEIO	83
4.1. O conversar	85
4.2. O cogerir	91
4.3. Exercício de cogestão como conversa no grupo-GAM	95
ANEXO: Narrativa GAM produzida em novembro de 2016	104

CAPÍTULO 5. DIVAGAÇÕES “CONCLUSIVAS”: INCLUIR/ABRIR-SE AO OUTRO COMO LEGÍTIMO OUTRO – UM EXERCÍCIO ÉTICO-POLÍTICO.....	107
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
----------------------------------------	------------

Capítulo 1. Conversas introdutórias: Um lugar por onde começar...

Eu poderia contar-lhe muitas histórias e estórias. Todas elas compõem o caminhar desta pesquisa, que se iniciou muito antes do começo do mestrado. Quando? Ah! Isso é impossível de demarcar (a não ser provisoriamente) e nem tampouco nos interessa fazê-lo. Não estamos atrás de uma origem primeira das questões. Muitas histórias e estórias trouxeram-nos até aqui, uma vez que nos indicaram, uma a uma, a abertura da Máquina do Mundo (ANDRADE, 1998), que nos lança um convite a um processo de pesquisa.

Hoje, então, contarei uma história... só uma... e você verá como ela é toda atravessada por outras – histórias e estórias. Inclusive pelas que ficarão de fora deste escrito. O que está fora margeia o dentro, por mais que ele não seja visível.

“Navegar é preciso, viver não é preciso...”¹ com esta canção ao pé da orelha, que aos meus ouvidos achega-se pela voz de Maria Bethânia, estava eu navegando a pé nesse mar aberto que é o mundo, - um navegar por rotas tracejadas entre ventos e marés. A depender das mudanças lunares, climáticas, a direção pode variar... esta não é precisa. Necessário é continuar a navegar! A calmaria é um perigo. – visitando e explorando pequenas ilhas, cada uma, com suas imensidões e de cada qual partia em uma nova rota, quando minha pequena embarcação sentiu um turbilhonar – presságio de variação. Que seria?

“a máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia”².

O vento soprando em outra direção. Distraída de forma atenta, olhei. Ainda de longe avistei mais uma ilha, a qual fiquei com vontade de conhecer. Hesitei um pouco. É complexo aventurar-se em mudança de rota. Mal percebi, minha barquinha já começara a deslocar-se até a misteriosa ilha. Deslocamento é um movimento que se faz antes mesmo que nos apercebamos dele... Atriquei minha embarcação e fui conhecer mais um mundo no mundo. É a estória com histórias advindas da exploração dessa ilha, que vou contar-lhe hoje.

Começo-a, assim, pelo meio: pela abertura da Máquina do Mundo.

¹Música: Os Argonautas.

²Trecho do poema: A Máquina do Mundo de Carlos Drummond de Andrade, publicado originalmente no livro “Claro Enigma”.

A descoberta de uma ilha povoada

Foi no início de uma tarde em que botei meus pés naquela ilha. Antes disso muita coisa já havia acontecido. Do momento em que o vento vira meu interesse até eu sentir aquela areia gelada tocando minhas solas gastei algum tempo, decidindo-me se seguiria ou não por ali, se atracaria ou não nas proximidades daquela ilha. Naquele dia, o vento veio me trazendo questões-convites e, quando senti o seu frescor em minha pele, não sabia muito o que fazer a respeito. A única coisa que compreendia era que continuar com a navegação era preciso.

Senti-me surpreendida ao chegar ali. A ilha não parecia como a imaginava ao avistá-la de longe. Parada com meus pés entre o mar e a praia, olhava um panorama que ainda se desenhava. Logo na chegada, pude perceber que se tratava de uma ilha povoada. Um homem de sorrisos largos veio me receber. Apesar da desconfiança inicial, não saí correndo. Até porque ele não me parecia ameaçador; parecia curioso por saber de mim. Eu partilhava desta curiosidade.

Nos demos boas vindas com uma troca de olhares. Não falávamos a mesma língua, entretanto, conseguimos nos entender neste momento. A nossa conversa silenciosa durou. Até que, de algum modo que eu não sei explicar muito bem, convidou-me a entrar mais na tal ilha. Entendi e parti com ele. Chegando lá havia um bando composto em sua maioria de crianças e mulheres. Este bando acolheu-me.

A noite já ganhava o céu no momento em que cheguei junto ao restante do bando. Havia alguma espécie de ritual acontecendo entre as mulheres e crianças naquele dia. Dispostos em círculo, lado a lado, todos cantavam um canto que me parecia alegre e feito de memória e saudade. Este canto era intercalado por causos contados e por risos. Muitos risos! Achei que eles pudessem estar se despedindo de alguém, mas ninguém parecia estar indo embora naquele dia.

Uma das mulheres veio se aproximando de mim e com seu gesto, entendi que ela me pedia para apresentar-me ao restante do bando. Como eu faria isso sem compreender o que se passava ali? Até o fato de achar que deveria me apresentar era uma suposição. Levantei-me. Dali onde estava, olhei para todos e fiz movimentos tímidos ritmados numa dança que apresentava, mas também tentava dizer que entendia que não poderia chegar de qualquer maneira ali. Por minha dança tímida e pequena, tentava mostrar ao grupo que eu respeitava a formação que eles eram. Todos pareciam muito atentos e curiosos. Ao fim de minha dança,

houve um breve silêncio. Um menino levantou-se andando em minha direção, pegou em minha mão e conduziu-me de volta ao ‘meu lugar’; docemente, resguardando minha fragilidade.

Nesta ilha, permaneci por um tempão. Todas as semanas, ao menos uma vez, sentávamos em roda com aquelas crianças e mulheres. E, apesar de não falarmos a mesma língua, conversávamos. Esse era um dos meus momentos preferidos da vida que vivi naquela ilha, quando podíamos juntos nos alegrar pelas partilhas que fazíamos, por mais triste que algumas delas fossem. Nossa alegria não era só de sorriso. Era poder construir aquela língua do meio que nos alimentava de força e gana. Por vezes, éramos pegos pelos males da solidão. Uma dor terrível. Aquele momento era um dos melhores tratamentos para isso.

1.1.Quando começa uma pesquisa?

Uma pesquisa que se inicia pelo meio, pela abertura da Máquina do Mundo, é uma pesquisa que se constrói pelo acolhimento de questões lançadas pelos acontecimentos.

Um acontecimento, segundo Gilles Deleuze (1974), provoca uma cesura que corta o tempo em dois, que rompe com e desvia de uma série continuada de um tempo cronológico, lançando a navegante para um tempo novo, um tempo que não dança uma continuidade, mas que salta e anuncia um além dali. Um acontecimento lança à navegante a sina de criar uma rota nova; a olhar, sentir, tatear tudo aquilo que se abriu com o rompimento do corriqueiro.

O *acontecimento* só se faz, a abertura da Máquina do Mundo meio ao itinerário da viajante só se irrompe, porque o que era visível não era a única coisa que existia no mundo. A navegação fazia-se por entre o mar. O mar compõe-se de e comporta multiplicidades. Havia dois planos ali: o mar imenso feito de heterogeneidades imperceptíveis a olho nu; a embarcação, a navegante e as ilhas, como curvaturas ou inflexões neste mar. O mar pode ser referido ao plano de imanência deleuziano, cuja superfície é povoada por singularidades anônimas e nômades (NEVES, 2004). Este é composto por uma multiplicidade sem medida, seus elementos são pré-individuais/pré-formais; ele é a potência criativa. A embarcação, a navegante com um itinerário, a ilha, referem-se ao plano das formas. Este, por sua vez, é o expresso dos agenciamentos de corpos/forças e comporta em si uma rachadura. Ou seja, as formas nunca se fecham completamente ao plano das forças, sofrem interferência dele o tempo todo e, por isso mesmo, têm caráter provisório.

No pensamento deleuziano, esses planos são concebidos em uma relação de imanência e coabitam-se e produzem-se mutuamente. O autor, assim, opõe-se a uma tradição que separa os dois planos por uma distância inalcançável, que os coloca numa relação de transcendência, na medida em que afirma que há diferença entre eles, mas não uma distância. Ao aproximar esses dois planos em uma relação de vizinhança, o filósofo permite-nos pensar as formas sendo contornadas (na mesma medida em que são produzidas) pelas forças moventes, pelos elementos do fora, do exterior.

As formas, o dentro, formam-se como uma dobra do plano de forças/do fora/do exterior e, por isso mesmo, existem na mesma medida em que ainda estão se construindo – o processo de produção coexistindo com o produzido. Segundo Neves (2004), a dobra exprime o próprio caráter extensivo do dentro e do fora. Sendo, portanto, a produção de um dentro, que não é interior, não é fechado, porque continua em contato com seu fora. Deste modo, não se pode dizer que as relações de forças móveis estão do lado de fora da dobra; – isso seria cair num binarismo (dentro/fora) – elas, por sua vez, são o lado de fora no dentro (CÉSAR, 2008). Temos, então, “um dentro que seria apenas a prega do fora, como se o navio fosse uma dobra do mar” (DELEUZE, 2005, p.104).

Assim, as formas sempre sofrem interferência daquilo que as bordeia, pois o fora é uma borda que permite passagens; ele não retesa fluxos. Por vezes, esta borda transborda e, nestes momentos, acontece a abertura da Máquina do Mundo, a qual provoca ruptura nas formas concretizadas e lança-nos a possibilidade de construção de novas relações/produções possíveis.

Uma pesquisa, assim, emerge de uma confluência, em que se atravessam passado, presente e futuro; o que é e aquilo que está por vir; um acontecimento presente, que traz experiências que cortam os três planos temporais: abre, faz recordar e lança ao porvir por meio da formulação de questões. Uma pesquisa inicia-se, ou melhor, pode iniciar-se, quando se configura um convite à transformação, à entrada nesse movimento. Ou seja, quando há uma abertura da Máquina do Mundo.

Drummond nos ajuda a experimentar a abertura desta máquina com a delicadeza de suas palavras em seu poema: *A Máquina do Mundo*. Bosi (2003), em um artigo em que analisa mais minuciosamente as problemáticas que perpassam o texto do poeta mineiro, seja em sua forma ou abordagens semânticas, diz que este poema inicia em um caminhar em curso, “no meio do caminho” “sem princípio, nem rota, nem termo fixo (um andar vagamente)” e vai

narrar um acontecimento no interior desse fluxo temporal: a abertura da Máquina do Mundo. Mas do que isso trata? O que pode provocar esta abertura?

Podemos relacionar a Máquina do Mundo com o que Deleuze e Guattari (2012), no *Tratado de nomatologia*, chamam Máquina de Guerra. Em uma parte desse tratado, os autores colocam-se a analisar a formação do aparelho de Estado, para justamente localizar possíveis pontos de resistência a esta formação que visa a perpetuação ou conservação dos órgãos de poder. Ou seja, a qual se preocupa em conservar certo estado de coisas. Esta forma Estado tem tendência de reproduzir-se idêntica a si mesma. Mas, como nos indicam os autores, onde há aparelho de Estado, também há Máquina de Guerra. Esta é exterior ao aparelho de Estado e é irreduzível ao mesmo. Assim, a Máquina de Guerra

seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência de metamorfose (...) [ela] faz valer um furor contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra um aparelho (...) (DELEUZE E GUATTARI, 2012, p.13).

Com isso não queremos afirmar que o aparelho de Estado, conservacionista, existe sempre como uma forma natural e que este tem a Máquina de Guerra como formação opositora. Não se trata de dois pólos antagônicos. O aparelho de Estado se constitui uma forma de interioridade que tomamos habitualmente como modelo, a partir do qual temos costume de pensar. Mas, este modelo é UMA FORMAÇÃO, não uma regra. A Máquina de Guerra, por sua vez, é uma pura forma de exterioridade. É nela que mora a potência de criação de possíveis formas de interioridade. Ela é o plano das forças, e como tal, irreduzível ao das formas.

A utilização da imagem maquínica seja com Drummond ou com Deleuze e Guattari, quer trazer à cena a irrupção de certo plano produtivo que nos acompanha o tempo todo, e do qual somos efeito, mesmo no mais corriqueiro dos dias. No início do poema do poeta mineiro, há apresentação de um homem que caminha com certa letargia, cansaço, ar de mesmice e que, se depara na quarta estrofe com a abertura dessa Máquina do Mundo. Ou seja, há um ritmo de vida que se faz com certa constância meio monótona, até que se abre este plano/esta máquina de potencial produtivo. Neste momento, acontece um rompimento com a melodia do ‘som de meus sapatos que era pausado e seco’, ou seja uma oposição e corte a “esse contexto singular e diferenciado que entretém com o eu relações de coextensividade; a esse espaço vivido, que lhe serve de metáfora para conotar os seus modos de ser; a essa duração da experiência cotidiana e concreta” (BOSI, 2003, p.108).

Então, pode-se localizar, na marcação de Bosi (2003) acerca do momento do rompimento com a melodia quotidiana no poema de Drummond, a eclosão de um acontecimento, que lança à abertura da Máquina do Mundo, ou nas palavras de Deleuze e Guattari (2012), da Máquina de Guerra. Nesta, há a emergência de um “ser” estranho sobreposto ao locus de convívio, que é alheio ao “sujeito” a quem se apresenta de modo repentino. Produz-se uma rachadura que marca a relação do si com o mundo exterior e, ao mesmo tempo, mostra um “mais que ser”, faz um convite ao viajante que estava a palmilhar vagamente a estrada de Minas. Um convite a aplicar seus sentidos e intuições sobre o pasto inédito da natureza mítica das coisas, o qual é exercido num ato de absoluta gratuidade, afirmador do arbítrio onipotente do outro em vez de resgatá-lo (BOSI, 2003). Um convite a ultrapassar as formações conservadoras do aparelho de Estado e, no caso de nossa navegante, um convite a explorar a ilha desconhecida.

Um convite a uma pesquisa? Uma possibilidade de pesquisa. Pois como o próprio poema nos traz, é possível que se recuse a seguir isso que é vertiginoso, que não tem prévia, um mar de singularidades:

“baixei os olhos, incurioso, lasso,
desdenhando colher a coisa oferta
que se abria gratuita a meu engenho”³.

Desse modo, a abertura da Máquina do Mundo vem como um chamado, ao qual se pode ou não atender. Atendendo, inaugura-se uma pesquisa, a qual nos demandará outro trabalho além do aceite ao convite. Um trabalho minucioso, tátil e de sustentação, que vai possibilitando a criação de consistência e contornos próprios no curso do pesquisar. Isto é, uma atividade de acompanhamento desse processo de pesquisa para justamente dele cuidar.

Esta pesquisa também se iniciou no meio do caminho, meio a uma navegação em curso. Começou, começa e começará em todos os momentos em que um mundo se abrir e em que o convite a seguir e a construir uma rota (e mesmo explorar uma ilha), que não se sabe ao certo onde vai dar e nem como será, for aceito. Mas, que corpo é esse que suporta aceitar? Atenção! Aceitar o convite lançado pela abertura da Máquina Mundo não é simplesmente uma escolha. Aceitar tem a ver com poder acolher o acontecimento, abrir-se ao intempestivo e, assim

³Trecho do poema: A Máquina do Mundo de Carlos Drummond de Andrade, publicado originalmente no livro “Claro Enigma”.

sendo, demandará um trabalho de cuidado incessante por parte do viajante. Navegar é contínuo, o modo de viver é variante!

Foi no meio da navegação a pé que a Máquina do Mundo entreabriu-se, provocando a mudança nos ventos, que levaram à navegante, *questões-convites*: seguir ou não o desvio apresentado? Aproximar-se ou não daquela ilha? Acolher ou não a coisa oferta? Era um dia como os outros, enquanto estava sentada brincando com as figuras que as nuvens formavam no céu, - num momento assim, sem intencionalidade - que a majestosa abertura se versou. Até o vento parou para olhar para aquilo que se anunciava.

Anúncio da possível exploração de um mundo novo, de uma possível pesquisa!

O viajante mineiro do poema de Drummond, desdenhou a coisa oferta. Ao passo que, a navegadora acolheu e a partir de então se aventurou nas explorações de uma ilha povoada, da qual tudo que sabia, no instante do convite, era que comportava mistério.

Carta lançada ao mar para qualquer um que encontrar...

Vejo-me tomada por uma alegria imensa! Ainda bem que aceitei o convite de explorar esta ilha! Estou aprendendo tanta coisa! Eu senti muito medo quando aquele vento bateu forte apresentando-me uma possível mudança de direção de itinerário. É duro desbravar coisa nova, com gente nova, costume novo, tudo novo. Já tinha vivido isso antes no lugar em que morava... foi muito difícil!

Mas, aqui tem sido diferente. É estranho como temos conseguido conversar sendo tão diferentes. Como, mesmo na discordância, com momentos de conflitos ardentes, ainda assim, conseguimos estar juntos. Eu nunca imaginei que isso era possível! De onde venho, há muitos pré-requisitos para que a gente possa chegar a conversar com alguém... ainda mais se não somos conhecidos, se não ocupamos um mesmo lugar social, se não partilhamos de ideias parecidas.

Um homem veio me encontrar quando cheguei e ele não sentiu medo de mim – ou ao menos não o suficiente para me matar ou fugir. Como isso, se ele nunca havia me visto antes? Eu

era estranha para ele. O surpreendente foi que eu também não saí correndo quando ele vinha na minha direção. Apesar do meu receio, não sentia ameaça!

Talvez no momento em que tiver encontrado esta carta, eu já esteja navegando por outros lugares, mas eu gostaria mesmo de registrar e partilhar como foi importante para mim essa experiência que ainda estou vivendo nessa ilha povoada. É com muita alegria que registro isso!

Criar uma língua do meio, foi o que fizemos de mais árduo e impressionante até agora. E parece que isso só tem sido possível porque tanto da parte deles, quanto da minha, há um esforço de cultivo de certa disposição que acolha a diferença que cada um comporta. Não é fácil! Tem hora que isso parece rasgar um pouco de nós. Enfim, tenho a impressão de que essa conversa criativa só se tem se dado porque abrimo-nos para o estranho a nós e em nós.

Isso é incrível! Como não pensei isso antes no lugar em que vivia? Lá o mundo já deveria ser de uma forma, antes de tudo. Aqui, tenho podido experimentar um mundo que ganha forma e ao mesmo tempo se ‘deforma’ na medida em que nos encontramos com ele. Mas, essa experiência é um privilégio daqui? (...) acho que não... Entretanto, penso estar descobrindo, algo que, por hora, consigo dizer da seguinte maneira: Encontrar com o mundo e aprender com ele exige isso... exige que possamos acolhê-lo em sua estranheiridade. Mas, como fazer isso? É isso que venho tentando aprender na jornada exploratória dessa ilha povoada.

1.2. Bastidores: Um lugar por onde começar...

Os escritos acima já compõem uma das conclusões desta pesquisa: começar pelo meio. Porque, sim, tentamos muito, sem perceber, encontrar o momento certo em que a questão problema de nossa pesquisa surgiu para nós. O instante em que a Máquina do Mundo se abriu e nos lançou a uma aventura de exploração. Fizemos isso, quando iniciamos esta aventura de contar um processo. Como contar um processo? Um desafio! Nas tentativas de trazer todas as histórias e estórias que compunham nossa questão problema, víamo-nos sempre em um lugar de contar vários inícios sem conseguir dizer do que se passou.

E bom, também neste curso, fomos descobrindo que somente é possível dar palavras ao que *se passou* e que junto ao que passou ainda existem coisas e questões *se passando*. A

processualidade não cessa. Essa é infinita, assim como a prática da conversa. Nunca poderemos conversar sobre tudo em um único texto, uma única carta ou mesmo em uma, duas, três ou cem horas juntos. Porque a conversa é um processo e essa, apesar de poder ser encerrada, nunca cessa.

Ficamos meses, trazendo essas histórias a fim de dizer tudo a você. E agora, humildemente, percebemos que um processo é mais e menos que tudo... e que tudo o que se pode contar acerca dele é o possível.

Por onde se inicia uma pesquisa, uma conversa, uma prática de cuidado, se não pelo meio?! Em todas as três situações (que podem ser integradas em uma só – um pesquisar que conversa e cuida) a vida já está acontecendo, já se está navegando, caminhando, quando algo se inaugura, quando algo dispara a abertura da Máquina do Mundo. O que permite que esta inauguração aconteça é o encontro entre corpos diferentes, que acionam uma diferença de potencial. Desse modo, o convite a uma pesquisa emerge do encontro, assim como a uma conversa, assim como a uma prática de cuidado⁴.

Ainda não havíamos falado sobre as práticas de cuidado. Mas, este é um ponto de investigação importante de nossa pesquisa. Mais adiante, ele aparecerá mais. Pois agora estamos nos ocupando de lhe contar sobre uma parte da questão... a do começo (ou dos inúmeros começos, como diria Nietzsche).

Qual o problema quando parece que não é mais possível encontrarmos-nos? Quais as consequências do não encontro?

Veja bem, quando nos perguntamos acerca do encontro, a referência não é um encontro entre complementariedades, um encaixe perfeito. Até porque quando acontece um encontro, tal qual estamos falando aqui, o movimento não é de fechamento, mas de lançamento, disparate⁵. Um encontro pode nos aconchegar, mas nunca completamente, uma vez que nos lança ao estranhamento – sinal de abertura à processualidade.

⁴Considerando as apropriações capitalísticas acerca do cuidado com seus discursos/práticas de produção de um “bem-estar” plástico de efeito tamponador e normalizador, achamos importante já avisar ao leitor que, neste trabalho, nosso intuito é pensar práticas de cuidado que diferem e resistem as sobrecodificadas pelos aparatos capitalísticos. Nosso desafio, durante o processo de pesquisa e escrita, foi também pensar a construção de um cuidado com uma direção ética criadora e afirmativa de processos de singularização. Um simples, porém, complexo desafio!

⁵Aqui achamos interessante pensar a noção de disparate em sua dupla assepsia: lançar, disparar e disparate como loucura, absurdo, sem sentido.

Existe encontro meio a tantos desencontros? Uma vez fomos perguntados acerca disso e não foi por Vinícius de Moraes. Era uma jovem de 23 anos a qual encontrávamos todas as semanas durante meses até que um dia nos desencontramos. É... encontros meio a desencontros.

Muito nos intriga certa dificuldade de encontro, do encontro com a diferença - até porque encontro mesmo, só se for com a diferença - justamente porque nos parece que (se assim não for) isso gera fechamento, estanca a processualidade da vida. É esta a questão que nos intriga nesta pesquisa desde *como fazer pesquisa?* até *o que nos propomos nesta pesquisa*. Essas coisas estão imbricadas. O nosso modo de fazer pesquisa constituiu-se no acolhimento de e na conversa com questões que emergiram de encontro com pessoas, lugares, histórias, estórias, músicas, etc. Assim também foi a nossa postura com relação à história com estórias que decidimos contar aqui hoje, uma postura de interesse em relação ao que nos é estrangeiro.

Estrangeiro não é só uma pessoa, um lugar, uma outra cultura que encontramos, mas, sobretudo aquilo que emerge deste encontro, essa tal língua do meio a que surge neste primeiro trecho de história que contamos a você: uma língua que nem é nossa e nem é sua, mas pela qual conversamos, e assim, damos continuidade ao movimento da vida... à processualidade que é a vida.

A história com estórias a que vamos contar nesta dissertação, como dissemos, nós a começamos pelo meio. Esta, já adiantamos, também terminará pelo meio, já que esta arte de conversação/contação continua e junto dela...o viver.

Capítulo 2. Uma ilha, um arquipélago problemático...

Quando nos dispomos a contar uma história, quando nos dispomos a atracar numa ilha, isso não quer dizer que nos fecharemos em uma única história ou uma única ilha. Como dissemos no início, uma história é atravessada por muitas histórias e estórias, assim como uma ilha não é só uma parte “à parte” de um arquipélago, sofrendo assim interferências das outras ilhas com diferentes ecossistemas que o compõem. Uma ilha é onde se pisa, o arquipélago problemático são questões que atravessam e também compõem o corpo desta ilha, por mais que, a princípio pareça “não pertencer” a ela: nem fisicamente, nem temporalmente.

Pensar em uma ilha em relação a um arquipélago problemático é pensar em um corpo coletivo. Este, segundo Deleuze e Guattari (2012), não se reduz a um organismo, nem tampouco se reduz a uma alma de organismo. Os corpos coletivos têm sempre franjas e a elas também estamos atentos na exploração. Com a estória trazida e com a carta, pudemos começar a introduzir elementos do arquipélago problemático desta pesquisa: um convite que emerge com a abertura da Máquina do Mundo, uma navegante que se aventura a explorar uma ilha desconhecida, pessoas que acolhem a viajante-estrangeira, conversas, a criação e fortalecimento de uma língua do meio, encontro e, finalmente, com uma escrita de bastidores, a questão da prática do cuidado. Mas, tudo isso ainda está se articulando.

Agora, cuidaremos de apresentar o arquipélago problemático que nos acompanhou na exploração de uma ilha chamada GAM, com a qual nos encontramos no meio desta jornada de pesquisa. Assim como a ilha da estória que inicia esta viagem de leitura (e escrita), esta também é povoada por pessoas, luta e muitas conversas entre mulheres, crianças, pesquisadores, profissionais de Saúde Mental, professores, equipes de gestão, etc., acerca da experiência de uso de medicamentos psicotrópicos com toda a espessura do restante da vida que esta envolve.

2.1. “Quando um muro separa...”⁶

Esta pesquisa é um enfrentamento ao emparedamento de uma vida.

⁶Trecho da música “**Pesadelo**” de Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós.

Entre uma vida e outra um muro? Como isso? Que efeitos disso?

Normalmente, os muros são erguidos para que se demarque um recinto, para que se separe e para que se evite a livre passagem de um lugar ao outro, de uma propriedade à outra. O sentido figurativo da palavra “muro” está associado à proteção e defesa. Proteção de um espaço privado, defesa contra algo que possa estar fora e invadir, barreira para não deixar escapar o que está dentro.

Na história da humanidade pode-se localizar ao menos duas construções físicas e grandiosas de muros, que foram erguidos para separar e defender um povo de outro, um modo de pensar de outro. A Muralha da China foi construída em várias etapas durante mais de 1500 anos, sua construção só parou definitivamente no século XVII. O principal motivo para o seu erguimento foi o desejo de defender-se dos ataques dos povos nômades do norte. Outra grande edificação foi o Muro de Berlim. Sua construção iniciou-se em agosto de 1961, no contexto da Guerra Fria, e tinha por finalidade separar Berlim Ocidental (capitalista) e Oriental (comunista).

Mesmo agora, em 2017, escutam-se rumores do atual presidente dos Estados Unidos da América (EUA), o qual promete, desde sua campanha, o erguimento de um muro que separará o México dos EUA. Este rumor é um dentre todos os seus outros atos que visam fortalecer uma política antimigratória e intolerante com relação à diversidade.

A nossa questão em relação aos muros é menos ao seu sentido de contornar algo e mais para a qualidade e finalidade que este modo constitui em um contexto privatista. No que tange à qualidade, os muros são normalmente estruturas rígidas, altas, vedadas. Estes têm por finalidade criar uma demarcação fixa daquilo que é e daquilo que não é, do que pode entrar e do que não pode, do que sai e do que fica. Não são como as membranas plasmáticas porosas, que contornam as células do corpo humano, por exemplo.

Quando falamos do *muro* como um *modo*, é já na pretensão de tocar, de maneira mais fina, a problemática desta pesquisa. Esta faz perguntas em relação aos muros concretos de concreto, mas também, e, sobretudo, aos muros que se obram entre as vidas e as reduzem, as distanciam, as emparedam, impossibilitando encontros e conversas.

Todavia, do que estamos falando quando nos referimos a um *modo muro* em um contexto privatista?

a. Patriarcado e relações de propriedade: formação dos muros

Humberto Maturana (2011) produziu um ensaio em que se pode encontrar uma desnaturalização da “cultura patriarcal”. O autor conceitua a cultura como uma rede de conversações conservada por diferentes gerações em suas maneiras de viver cotidianamente em uma comunidade. Estas redes de conversações, por sua vez, são compostas por entrelaçamentos específicos do languagear com o emocionar⁷ e podem desaparecer ou se modificar quando esses entrelaçamentos deixam de ser conservados nas práticas cotidianas de coordenações e ações entre os membros de uma comunidade. Deste modo, nos conduz a olhar a cultura como uma formação viva, que se constitui em meio às relações entre humanos, espaço, outros seres, clima, etc.. Ou seja, por esta perspectiva, não se fala de uma cultura que determina o humano e nem tampouco de humanos que determinam culturas, mas de formações se constituindo em meio a relações cotidianas em nível de linguagem e emoção. A cultura não é um mundo do qual fazemos parte, é antes um mundo-nós em processo de criação. Assim, o patriarcado, é concebido como mais uma rede de conversações, que não existiu “desde sempre”.

O autor identifica aspectos da maneira de viver patriarcal nos processos de vida contemporâneos, principalmente os ocidentais. Dentre eles, estão a divisão social de forma hierárquica, o controle e dominação justificados pelo racionalismo (MATURANA, 2011). A pergunta que está sendo feita neste ensaio, que veio compor um livro em parceria com Gerda Verden-Zoller, é: como se formou uma situação de autoritarismo, dominação, competição predatória, desrespeito e intolerância à diversidade? Como este modo de se relacionar com a vida, outros seres, com o espaço foi se desenhando? É um instinto natural do humano? Os autores dirão que não e farão, de diferentes lugares, uma análise dessas construções. Estas perguntas que os autores trazem também nos inquieta. Entretanto, neste trabalho, ainda acrescentaríamos outras: Quais as ressonâncias desses modos de relação em nossa sociedade? O que se tem produzido a partir disso?

⁷Para Maturana, o emocionar nada tem a ver com um sentimentalismo. Ele é antes o fluxo de um domínio de ações a outro na dinâmica do viver. É o emocionar que dá significação aos nossos atos, que guia nossas ações. Quando nascemos, seguimos como natural o emocionar das pessoas com quem convivemos. Já o que conceitua como languagear é relativo a um fluir em coordenações de coordenações comportamentais consensuais. O entrelaçamento entre essas duas dimensões se estabelece na convivência.

Uma das primeiras questões que serão problematizadas é com relação à propriedade – esta nos interessa bastante para pensar o *modo muro* e mais adiante deixaremos isto mais claro. Pensando em como se deram as condições de estabelecimento de um modo de vida pastoril entre os povos indo-europeus pré-patriarcais, Maturana (2011) traz uma cena da relação destes com os lobos.

Entre os povos paleolíticos que viviam na Europa há mais de 20 mil anos, houve alguns que se tornaram sedentários, coletores e agricultores. Outros se movimentaram para o Leste até a Ásia, seguindo as migrações anuais de manadas de animais silvestres, como os lapões faziam com as renas até épocas recentes ou mesmo, talvez, ainda hoje. Essas comunidades humanas que seguiam os animais em suas migrações não eram pastoras, pois não eram proprietárias desses rebanhos. Não possuíam os animais dos quais viviam, porque não limitavam a mobilidade de tais rebanhos de modo a restringir significativamente o acesso a eles por outros animais – como os lobos-, que também se alimentavam de sua carne como parte de sua vida silvestre natural. Na ausência de tal restrição os lobos permaneciam como comensais, com direitos inquestionados de alimentação, embora fossem ocasionalmente ameaçados para que fossem comer um pouco mais longe (p.52).

Com esta cena, o autor ilustra que a restrição dos lobos à alimentação não existia, uma vez que o emocionar da apropriação não fazia parte do viver cotidiano daquele povo. A partir disso, sustenta a tese de que a rede de conversações que compõe o pastoreio emerge, justamente, quando os membros de uma comunidade humana começaram a vedar o acesso de outros animais ao rebanho, não apenas de modo ocasional, mas como prática cotidiana. Isto se deu a partir do estabelecimento de um limite operacional, que negou aos lobos o acesso a seu alimento natural, que eram os animais dos quais também se alimentavam os humanos que começaram tal exclusão. A implementação deste limite, segundo Maturana (2011), levou à matança dos lobos. Com esta assertiva, introduz uma diferença entre: matar e caçar.

Matar um animal não era, seguramente, uma novidade para os nossos ancestrais. O caçador tira a vida do animal que irá comer. Contudo, fazer isso e matar um animal restringindo-lhe o acesso a seu alimento natural – e agir assim de modo sistemático – são ações que surgem sob emoções diferentes. No primeiro caso, o caçador realiza um ato sagrado, próprio das coerências do viver no qual uma vida é tirada para que outra possa continuar. No segundo caso, aquele que mata o faz dirigindo-se diretamente à eliminação da vida do animal que mata. Essa matança não é um caso no qual uma vida é tirada para que outra possa prosseguir; aqui uma vida é suprimida para conservar uma propriedade, que fica definida como tal nesse mesmo ato (p.54 e 55).

As emoções em um caso e no outro são distintas. No primeiro caso, o animal caçado é um ser “sagrado”, legítimo, que é morto como parte do equilíbrio da existência – aqui o caçador tira a vida do animal caçado e fica agradecido. No segundo, o animal de cuja vida se tira é

considerado uma ameaça à ordem artificial, criada em ato pela pessoa que se transforma em pastor. Na situação de “caça” o animal é um aliado, na situação de “matança”, ele se transforma num inimigo (MATURANA, 2011).

Assim, matar, no que tange às práticas ligadas à apropriação, torna-se um ato separado e distante de um conflito presente. Nesta ação, primeiro delineia-se um inimigo em potencial em relação à propriedade fixada e não necessariamente à continuidade de uma vida, o qual pode ser aniquilado antes mesmo que ele possa atacar, numa assertiva de prevenção a um possível ataque. Antes desta delimitação, os lobos não eram em si uma ameaça.

Na situação de caça, a ação de matar o outro se faz em meio a uma problemática instaurada e não puramente por motivos de defesa, dominação e superposição. Para caçar⁸ é preciso conhecer o que se caça, os territórios por onde o animal a ser caçado caminha, seus modos de viver; é preciso que haja encontro, que se sinta a força do outro. Uma prática envolvida em uma ética de que se possa ter força para continuar a viver e não para que se tenha mais poder. No caso da matança, há um duplo assassinio: o da expressão de uma vida e do corpo orgânico. O lobo deixa de ser visto como lobo, não pode exercer sua “lobidade”, e nem, ao menos, quer-se encontrá-lo. Ou seja, deixa de ser um animal que faz parte de um ecossistema com seus hábitos, para se transformar em um inimigo, que precisa ser banido, por “ameaçar” a conservação de um espaço, de um rebanho, que se tornou de alguém. É nessa esfera de nem poder ser visto, ou de se retirar a legitimidade da existência do lobo, que se encontra um duplo do assassinio.

A partir do que nos trouxe Maturana é possível pensar em certa condição de propriedade. Nem toda delimitação espacial, ou mesmo artificial é uma propriedade. A propriedade necessita de que alguém, um grupo, uma nação se ponha como proprietário, em detrimento de outros. Ou seja, ela supõe uma ação de apropriação por exclusão. Uma demarcação se torna uma propriedade quando, junto a ela, é inserido um regime de privação: privo um outro de usufruir o que circunscrevi como pertencendo a mim e, se permito o uso é somente sob minha liberação e controle. Esta relação de apropriação supõe ainda uma unidade⁹ proprietária.

Para poder pensar a formação do patriarcado, o autor trouxe como contraponto a rede de conversação Matrística que, segundo registros arqueológicos, compunha o território europeu

⁸ Aqui não se inclui a modalidade de caça esportiva.

⁹ Preferimos este termo por dois motivos: no início do período patriarcal não se pode ainda falar de um sujeito e também porque uma unidade pode comportar mais do que uma pessoa, uma tribo, uma espécie. Uma unidade pode se compor de forma diversa.

primitivamente. Nessa rede, a cooperação e a participação são as principais emoções cultivadas e direcionadoras das ações. A vivência por apropriação (e/ou exclusão) não existia. As experiências cotidianas se davam por compartilhamento, por uma conexão com o vivo.

De outro modo, pode-se, então, destacar alguns efeitos dessa constituição de um emocional e de ações ligadas à propriedade: a criação da demarcação artificial de uma área e de elementos que se tornam pertencentes a alguém (um povo, uma família, etc.); aniquilamento dos fatores que possam colocar “em perigo” esta propriedade; o surgimento da figura do “inimigo”; relação de desconfiança, controle e dominação. Isto é, surgiu um modo de vida que incluía o emocional da apropriação e defesa daquilo que havia sido apropriado.

Há algumas páginas atrás perguntamos sobre o que estávamos falando ao fazer referência a um *modo muro* em um contexto privatista. Então, começamos a trazer a problemática do patriarcado. Nossa intenção, com isso, foi traçar algumas forças constituintes de um “contexto privatista”; de um contexto em que se forjou a delimitação de propriedades pertencentes a uns e não a outros, em que se justificavam a eliminação das possíveis ameaças ao que havia sido *fixado*. É desse contexto que emergem os muros como artifícios de delimitação e defesa, muros construídos para obstruir as passagens. Muros de concreto, madeira e mesmo sutis posturas/olhares.

b. Os Muros operados pela subjetividade capitalística

A forma a qual Maturana (2011) conceitua a cultura como uma rede de conversações, remete-nos ao que Guattari (2010) pensou como produção de subjetividade. Este conceito vai confrontar toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, que postula uma suposta natureza humana e nela se fundamenta. O autor propõe “uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (p.33). Sendo assim, pensa a subjetividade como algo criado e mutável. É importante ressaltar, entretanto, que, por esta perspectiva, não há um indivíduo que fabrica a subjetividade, nem tampouco uma instância superior; ela não pertence a ninguém, é produzida por agenciamentos coletivos que se dão no plano do impessoal, que podem vir a ter como efeito um indivíduo, por exemplo.

As mutações da subjetividade ocorrem “no próprio coração dos indivíduos, em suas maneiras de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI, 2010, p.34). Isso permite, ainda, outra articulação entre esses dois autores, na medida em que se pode localizar essas mudanças a partir da interdependência entre as emoções, as produções desejantes e as formações de redes de conversações, usando a expressão de Maturana ou produções subjetivas, pelas palavras de Guattari.

Humberto Maturana, entretanto, quando fala da cultura, refere-se à comunidade¹⁰. Guattari (2010) vai falar dessa noção a partir do conceito de subjetividade. Para ele a subjetividade se constitui em meio ao coletivo e este não é o mesmo que uma comunidade. O coletivo não pode, nem mesmo, ser confundido com um amontoado de pessoas. O coletivo é um plano de forças produtivo movente. Neste sentido, as produções subjetivas podem atravessar diferentes comunidades; elas não pertencem a nenhum grupo específico.

Um dos fios que tocamos até aqui foi com relação à questão da propriedade, que se esboça meio a rede de conversação patriarcal. A partir disso, pudemos começar a pensar nas condições de emergência do que estamos nomeando *um modo muro* de se relacionar. Agora, nos debruçaremos um pouco sobre o funcionamento do que Guattari (2010) nomeou subjetivação capitalística para, assim, precisarmos ainda melhor a questão dos muros neste trabalho, refletindo na maneira como essa se localiza e se aperfeiçoa no contexto do Capitalismo Mundial Integrado (CMI).

O termo “capitalístico” é utilizado como sinônimo de sistema “capitalista-urbano-industrial-patriarcal”, não apenas para definir as relações sociais características do capitalismo, mas também para aquelas que foram engendradas pelo socialismo burocrático. Tais sociedades em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social. Deve ficar claro que a expressão estende-se a todas as formas de organização social fundadas sobre relações de exploração do capital, seja ele privado ou estatal. Além disto, a todos os modelos econômicos que fazem da natureza simples objeto de dominação, exploração, consumo e descarte. Dessa forma, o

¹⁰É importante ressaltar que, apesar de Maturana ainda usar esta terminologia, afirmará que a cultura, assim como Guattari fala sobre a subjetividade, não pertence a nenhuma comunidade específica, nem a um grupo identitário específico e nem a uma nação. Para Maturana (2011), a cultura se forma como uma rede de conversações e pessoas de diferentes lugares podem partilhar das redes de conversação. Ele não reduz a cultura à uma comunidade específica. Então, não nos é claro se realmente há uma diferença conceitual ou um uso diferenciado de terminologia. Mesmo assim, pelo conceito de comunidade carregar, em nosso vocabulário cotidiano, um sentido mais fechado, achamos importante marcar a diferença do conceito de comunidade e coletivo.

termo refere-se a todo um universo cultural e ético, e não simplesmente a uma categoria econômica (NOBRE & BERNARDI, s/d. e s/p.).

Com o intuito de percorrer esse universo ético introduzimos a discussão das sociedades patriarcais e a emergência dos afetos de apropriação. Naquele período, já podemos cartografar algumas linhas do que compõe o modo de subjetivação capitalístico. Seguindo adiante até o século XVI nos deparamos com outros fios. Este foi um período marcado por intensas transições de valores e das tradições medievais para um mundo totalmente novo, em que os códigos cavaleirescos cederam lugar à afetação burguesa, às máscaras sociais desenvolvidas pela burguesia emergente. Esta movimentação cultural ficou conhecida por Renascimento (SANTANA, s/ano). Foi neste momento, que o centro de toda criação se deslocou do divino para o humano, e em que também começou a se delinear o pensamento racional. O deslocamento do divino para o humano e do milagre para a razão marca a possibilidade do surgimento de um sujeito da razão, consolidado e fundamentado pelo pensamento cartesiano.

Em uma palestra intitulada *Entre o caos e o trauma do mundo contemporâneo*¹¹ Joel Birman diz que na modernidade, por não mais haver a lei teológica explicativa e garantidora da ordem das coisas e fenômenos, inaugura-se a situação de transgressão das leis. Segundo o psicanalista, a ausência desta ‘lei divina’ coloca-nos diante do universo infinito.

Quando o mundo era regido por leis divinas, havia códigos definidos e universais, o ‘após a morte’ era conhecido por todos: ou se bem ia ao paraíso, ou ao inferno. Entretanto, na virada para a modernidade, somos lançados em nossa imanência e perdemos a garantia do ser superior que decidia e regia o mundo. Finda certo apaziguamento. A partir de então, emerge o problema do que fazer diante do infinito que nos é estranho e coloca em cheque/desafia o nosso modo preconcebido de existir. Se não é mais um Deus todo poderoso que nos consiste, como consistimos? O que irá garantir a ordem?

Uma ‘solução’ a esta problemática é apontada pelas reflexões de Descartes por meio de uma formulação, em que se supõe um sujeito de conhecimento que acessa representações da substância transcendente e inalcançável. O pensamento racional advém, assim, como ‘um antídoto’ contra o caos que ameaça por toda a parte a unidade de nossas faculdades (MARTIN, 2000). Esta é uma das linhas que, dentro do processo de subjetivação capitalística, começa a esboçar a figura do indivíduo, a maneira de pensar e produzir conhecimento racionalista e o processo de individualização. Até então, um sujeito-indivíduo detentor de

¹¹É possível acessar esta conferência no link: <https://www.youtube.com/watch?v=MvES4LYTP-8>

razão e do conhecimento não fazia sentido, uma vez que tudo vinha de Deus, sendo o homem e o que lhe acontecia fruto da vontade divina¹².

O indivíduo, meio a este contexto, é relacionado a uma identidade, a um eu próprio, com características essenciais. É este quem, dentro da tradição racionalista, pode conhecer e produzir conhecimento acerca dos elementos do mundo que o transcende. O que estamos nomeando processo de individualização é uma operação de circunscrição e fixação de determinadas características, ações, desejos dentro de uma categoria identitária – seja um indivíduo ou um grupo.

Guattari, quando se aventura a pensar essa problemática a faz discorrendo sobre os processos de singularização. De um processo singularizante pode resultar um indivíduo, este, entretanto, não preexiste ao que se passa. O que é singular, nesta perspectiva, não se confunde com um *eu* ou com uma identidade. O singular é um tracejo no plano coletivo movente; ele é expressão de agenciamentos coletivos de enunciação. Neste caso, não é o *eu* quem fala, *eu* é por onde se fala, por onde se pode expressar a vida. O sujeito individualizado, tal como trouxemos acima, é mais um engendramento da máquina capitalística. Esta, segundo Guattari (2010), funciona por duas modalidades de opressão: “pela repressão direta no plano econômico e social – controle da produção de bens e das relações sociais através de meios de coerção material externa e sugestão de conteúdos de significação” (p.28), e instalando-se na própria produção de subjetividade, produzindo modos de agir, pensar, de se vestir, de amar, etc. É um modelo de opressão que não se dá somente por uma repressão externa, mas também por uma apropriação do desejo. Isto se faz de maneira sutil, por intermédio de mecanismos de serialização, normalização, culpabilização, infantilização.

Com a pretensão de se manter uma ordem social, institui-se, ainda que da forma mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Ainda neste movimento, o indivíduo é colocado a assumir a singularidade de sua posição com o máximo de consistência, como se os motivos impulsionadores de todas as ações fossem comandados por esta ‘unidade identitária: indivíduo’. Não é posto em questão que uma posição implica sempre um agenciamento. Este é o movimento

¹² Regina Benevides, no livro *Grupo. A afirmação de um Simulacro*, traz uma discussão importante sobre outras linhas imbricadas na produção da noção de indivíduo, como os movimentos românticos, a construção da infância, família, processos de escolarização, saberes médicos, movimentos de êxodo do campo para a cidade, etc.

culpabilizante que separa as formações, as decisões, os acontecimentos de suas condições de surgimento (GUATTARI, 2010).

Outra estratégia de captura e emparedamento dos corpos, segundo o autor, é a infantilização. Esta consiste em uma refinada mediação do Estado em tudo o que se faz, se pensa ou possa vir a fazer ou pensar. “Pensam por nós, organizam por nós a diversão e a vida social” (p.50). É aqui que nos encontramos com vários sistemas de consumo: modelos de ensino, de trabalho, de intervenção padronizados. Retira-se o espaço do conhecimento singular, criador, em prol de um sistema de consumo de saberes e técnicas.

A temporalização é mais uma dimensão na qual irá agir esta força: na medida em que se procura impor um tempo de equivalência no trabalho, para as maneiras de sentir. Como, por exemplo, quando se pensa em um tempo em que deve acontecer o luto; ou, quando se exige a predeterminação de um tempo para a aprendizagem de determinada coisa. Esse tempo é um tempo que se separa da experiência.

Todos estes aparatos constituem-se em uma tentativa de controle social. Eles vêm como tecnologias de estanque dos fluxos de singularização. É aqui que retornamos à problemática dos *muros*. No que tange a produção de subjetividade capitalística podemos localizar *muros* em todas estas práticas de segregação, individualização, infantilização. Ou seja, em todas estas ações que visam à delimitação, fixação e controle de uma vida, do impessoal (SCHÉRER, 2000), do que escapa e pode colocar em cheque o ordenamento social preestabelecido.

Desta forma, o que estamos nomeando como *modo muro*, nesta dissertação, tem a ver com posturas e práticas que se organizam com o fim de conter o mover de uma vida, podendo, assim, nos impedir de experimentar o viver em seu caráter processual. Empareda-nos.

2.2. “Uma margem une...”

a. Como se ergue este artifício muro?

Félix Guattari deixa uma pista intrigante quando fala das duas maneiras como o CMI atua a “opressão”: de forma repressiva e se alinhavando ao desejo. Isso nos permite pensar que os

muros não são meramente construções impostas por aparelhos Estatais à população. Estas edificações também são produzidas meio à maquinaria desejante, da qual todos somos engrenagem.

A tecnologia muro, como vimos, constitui-se como ferramenta de estanque, defesa e fixação. Estamos falando de algo que se forja de modo a barrar e fixar o fluxo do viver. Assim, juntamente com Deleuze e Guattari em seus platôs 3 e 5, perguntamos: “por que o desejo deseja sua própria repressão, como pode ele desejar sua repressão?”

Para esses autores, o desejo não carrega consigo nenhuma pulsão de morte interna e tem um caráter exclusivamente produtor¹³. Na produção desejante só há agenciamentos e o desejo “é o que o agenciamento determina que ele seja” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 85). Isto é, ele nunca é uma energia pulsional indiferenciada, mas é efeito de toda uma montagem elaborada. Está aí o sentido da problemática que os autores lançam, pois se a produção é o atributo do desejo, como ele pode chegar a se fazer de modo a se deter, ou mesmo abolir? E assim, não negam a existência de práticas aniquiladoras, de captura, opressoras, mas perguntam pelo que as agenciam, por como elas se montam, ao invés de as considerarem como parte de uma tendência natural da vida¹⁴.

Como, então, entre uma vida e outra se ergue um muro? Como se forja um modo muro de se relacionar? Quais os mecanismos e em que camadas é possível localizá-lo?

Na passagem não ultrapassada da sociedade disciplinar para a de segurança (FOUCAULT, 1999), os muros, as divisões e distanciamentos tornaram-se cada vez mais sutis. São tecnologias finas e de fácil disseminação. Nas sociedades disciplinares os aparelhos de regulação dos corpos eram visíveis, por exemplo, pela própria arquitetura dos estabelecimentos escolares e fabris. Atuava-se mais diretamente sobre os corpos, por meio de adestramento progressivo e um controle permanente. Desse modo, as marcas dessas tecnologias também podiam ser vistas no corpo dos indivíduos.

¹³Quando esses pensadores falam do desejo como produção, não estão afirmando como “produto” desta montagem “o mesmo”, mas sim formas em diferenciação incessante. Essas formações em singularização, por sua vez, só acontecem meio ao conflito entre forças heterogêneas.

¹⁴O fato de admitirem esses agenciamentos de captura não indica a tendência à parada, ao fechamento. Se há uma tendência do desejo, nessa perspectiva, é a de vazar, transpor as formas, escapar às capturas das forças conservadoras.

Já na sociedade de segurança a regulação se faz por vias mais invisíveis e espalhadas. Não se procura mais estabelecer e demarcar território e sim deixar as circulações se fazerem, controlá-las, separar as boas das ruins, fazendo com que as coisas se mexam, desloquem-se sem cessar, que as coisas possam ir perpetuamente de um ponto a outro, mas de maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. O processo de normalização nesse modelo se configura com o suporte matemático das probabilidades, que possibilitam a racionalização do acaso. A partir disso é possível prever e localizar os riscos e os perigos que possam ameaçar o funcionamento de certo sistema (FOUCAULT, 1999).

Então, temos na sociedade disciplinar práticas de defesa mais voltadas à proteção do território e controle dos corpos, já na sociedade de segurança quer-se assegurar a população e aqueles que a governam. Por que a população é naturalmente variável, necessita-se de mecanismos perspicazes para que as transformações ocorram dentro dos padrões de normalidade. Foucault (1999) nos dirá que esses mecanismos vão se instalar no desejo, motor de ação invariante na população, por onde todos os indivíduos atuam. Ou seja, não se tem um Estado que vai atuar contra a vontade da população, e sim na vontade, na produção e modelização de querer.

(...) esse desejo é tal que se deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. O desejo é a busca de interesse para o indivíduo. O indivíduo, de resto, pode perfeitamente se enganar, em seu desejo, quanto ao seu interesse pessoal, mas há uma coisa que não engana: que o jogo espontâneo ou em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo, regado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la (FOUCAULT, 1999, p.95).

Entretanto, se no modelo da sociedade de segurança o que se busca é a permanência das circulações; se é assim, por que insistir na metáfora do muro? Como se passa a desejar o muro? O que é que não pode atravessá-lo? Que perigos e riscos se quer evitar? Temos, nesta transição da sociedade disciplinar para a de segurança, um paradoxo. No modelo da disciplina, as estruturas de demarcação, controle e confinamento são visíveis - escolas, fábricas, prisões, instituições asilares, de arquitetura panóptica (FOUCAULT, 2014). O erguimento dos muros fazia-se de forma literal. No contexto das sociedades de segurança ou de regulamentação, esses monumentos arquitetônicos concretos, bem como os aparatos de controle social direto, foram sendo "derrubados". A produção já não se fazia por acúmulo e um local para grandes estocagens não era mais necessário; as fábricas desmembraram-se e já

não precisavam mais se ocupar de todo o processo de criação de um produto, uma vez que este se torna fragmentado; surge, aqui, a figura do trabalhador que não, necessariamente, precisa sair de sua casa para exercer sua função e o qual também pode não cumprir um horário de trabalho determinado. Assim sendo, há na configuração da sociedade de segurança, um processo de embaralhamento das marcações, dos limites; há mesmo ações de destituição das margens pela investida na massificação - uma sofisticação do controle e confinamento.

O processo de massificação faz-se a partir do desfazimento e captura das diferenças. Toda diferença que surge, passa a ser circunscrita num 'universo de universais': para tudo se cria um produto, um 'modo de ser' (punk, intelectual, metaleiro). Juntamente, os indivíduos 'pertencentes' a esses nichos falam, na maior parte do tempo, entre si; há pouca disponibilidade de encontro e conversa com outros nichos. Um modo de funcionamento em que todas essas diferenças capturadas por moldes identitários pudessem existir ao mesmo tempo, mas sem se tocarem. Dessa forma, tem-se certa manutenção de um funcionamento social acrítico, reprodutor e engolidor de subjetividades prontas. Um fluxo massificante, que atropela o pensamento pelo modelo de consumo informacional.

b. Da violação de invólucros de confiança: a importância de “um em casa”

Pensar requer de nós um 'atrevimento à singularização' (GUATTARI, 2010); requer de nós um exercício de reapropriação dos componentes da subjetividade, que se faz por uma relação de expressão e criação. Isso só é possível quando se ousa ao encontro com a pura diferença, irreduzível aos mecanismos de controle do aparelho de Estado. O encontro com esta dimensão, entretanto, acontece se nos colocarmos a realmente conversar com diferentes – àqueles que atualizam a margem. Os mecanismos de controle e de enclausuramento das sociedades de segurança irão agir, assim, tentando abolir a dimensão de alteridade da realidade, a dimensão invisível, o fora (ROLNIK, 1994), a partir de ações sutis de destituição das margens, espessura privilegiada de encontro e mistura do que é com o que pode vir a ser. Os muros e as margens são de ordem completamente diferentes. As margens assim como os muros contornam, porém, diferente destes, não se constituem de modo a impossibilitar passagens e encontro com o que está fora e com o fora. A margem demarca e inaugura o dentro e o fora, como também desfaz qualquer separação entre dentro e fora. Ela é um imbricamento dessas duas dimensões de realidade, uma zona de mistura, que se constrói pelo

encontro do dentro com o fora. É condição de existência das margens, que estas duas dimensões coexistam. A edificação de um muro procura preservar e manter certa ordenação de realidade, ao passo que a margem beira o mar e seus bancos de areia.

Mas, a que nos referimos quando trazemos essa dimensão de alteridade, do invisível, do fora? O fora, o exterior, a Máquina de Guerra, segundo Deleuze e Guattari (2012) são

como a multiplicidade pura e sem medida, a irrupção do efêmero e a potência da metamorfose. Fazem-valer um furor contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra um aparelho (p.13).

Ou seja, fala-se aqui acerca do plano que sempre escapa a toda tentativa de interiorização, esquadriçamento, contenção. Assim, parece que esses mecanismos de segurança tomam como perigo do qual querem se proteger tudo o que pode rachar os sistemas de controle e confinamento do Estado, os quais se fazem em meio aberto, por uma comunicação ininterrupta de tudo a todo tempo. Mas, como o Estado organiza esses sistemas? Que efeitos para a população?

Tem-se, então, um aglomerado de artifícios de controle que vão se infiltrando em todos os espaços: em nossas conversas telefônicas, por internet, por meio das câmeras em nossas casas, etc., a fim de agarrar e vigiar, conter e reapropriar-se daquilo que escapa à integralização que o capitalismo mundial produz em seus modos de governo.

Derrida (2003), ao fazer uma reflexão acerca da hospitalidade, elucidará um desarranjo no traçado da “fronteira” entre o público e o não público, falando acerca de certa intrusão do Estado na esfera privada; como se estivéssemos submetidos a uma porosidade absoluta, uma acessibilidade sem limite dos dispositivos técnicos que rompem as fronteiras entre o público e o privado.¹⁵

¹⁵ Uma das problematizações que compõem este arquipélago problemático é com relação às práticas privatizantes e aos modos de vida privatizados. Ao trazermos Derrida (2003) para esta discussão, o fazemos porque o que o autor está chamando de privado não coincide necessariamente com o privatizado. Com o correr do texto, vamos deslocando este termo para outro. E assim também vamos deslocando um pouco o sentido. Aqui, preferimos deixar as palavras que o autor utiliza porque neste trabalho é importante resguardar um ponto da dimensão da alteridade, por mais que esses termos e sentidos sejam subvertidos mais a frente – como o próprio movimento que se faz pelo encontro com a alteridade: *estrangeiramento*.

O filósofo, para elucidar o que está conceituando como público e como privado, utiliza o exemplo da interceptação do Estado nas conversas de telefone, e-mail, whatsapp¹⁶. A princípio, as cartas, fax, e-mails deveriam circular livremente sem serem interceptados e as escutas e interceptações só seriam autorizadas em situações excepcionais. Mas, pergunta Derrida (2003), o que acontece quando um Estado se autoriza para além daquilo que ele deve garantir – quando, por exemplo, procura processar uma empresa que não permite o livre acesso do Estado aos conteúdos das conversas de seus usuários? O que acontece num contexto em que o Estado se reconhece no direito de controlar, vigiar, interditar trocas que os trocadores julgam privadas? O que Derrida parece estar conceituando por privado é um espaço, que, a princípio estaria resguardado do controle das autoridades, mas que, nesse modo sofisticado de controle social, parece estar sendo invadido pelas mesmas. Para o autor, isso se configura em um problema com relação à hospitalidade (ao acolhimento, recebimento do outro em nossa casa¹⁷), uma vez que para que ela aconteça é necessário que se tenha “um espaço de casa habitável”.

A problemática que ele nos aponta não é com relação à mistura do privado com o público, ou seja, não está propondo que uma separação total entre essas esferas seja necessária, ou que elas não se toquem. Essas trocas, nos afirma o filósofo, compõem as constituições dos lares, uma vez que “para constituir o espaço de uma casa habitável e um lar é preciso também uma abertura, uma porta e janelas, é preciso dar passagem ao estrangeiro. Não há uma casa ou interioridade sem porta e sem janelas” (DERRIDA, 2003, p.55). O que Derrida parece denunciar são as proporções e modalidades inéditas que essas circulações e conexões tomam ao ponto de que os limites entre o público e o privado sejam gravemente destituídos: produzindo massificação vulnerável a um acesso ilimitado. Jonathan Crary (2014) parece conversar com o filósofo francês em seu livro recente que pensa as problemáticas do capitalismo tardio, elucidando uma lógica 24/7¹⁸ em que se é preciso ficar em constante atividade e disponibilidade, mesmo no momento do sono, ao também apontar que uma das principais formas de controle dos últimos trinta anos tem sido garantir que não haja alternativas visíveis a padrões privados de viver.

¹⁶Este dispositivo não é citado pelo autor, uma vez que nem existia no momento em que ministrou o seminário. Decidimos acrescentá-lo porque é muito utilizado por nós hoje em dia.

¹⁷ “Em nossa casa” não se refere necessariamente à construção física, mas a uma casa ampliada: o nosso mundo, o nosso espaço, nossa vida, o nosso corpo. Pensar a hospitalidade é pensar a possibilidade de acolhimento e encontro com o que vem de fora e com o fora.

¹⁸ 24/7 marca de uma atividade ininterrupta: 24 horas e sete dias por semana.

Isso a que esses autores estão chamando privado não é necessariamente o individual nem o privatizado. Seriam momentos na contramão das produções de isolamento e fechamento pelo sistema. Possíveis vacúolos de não-comunicação massiva, interruptores, espaços de silêncio e de conexão com o próprio existir, momentos de escape ao controle. A hiperconectividade, a hiperdisponibilidade, o desmanche das fronteiras e a dispersão seriam efeitos e, ao mesmo tempo, motores desses processos de individualização e isolamento, na medida em que tudo está interligado, mas não necessariamente se tocando, avizinando, transformando.

Para Derrida (2003), esta contínua violação dos espaços de repouso, dos territórios em que se pode respirar, sentir-se tranquilo e protegido, tem como reação a privatização, a demarcação bruta por um muro que não deve ser ultrapassado por nada que lhe seja estranho, pois que se sente constantemente ameaçado. Uma ameaça de perda de lugar?

Por todo lado onde o “em casa” é violado, por todo lado que uma violação é sentida como tal, pode prever uma reação privatizante, seja familiarista, seja ampliando-se o círculo, etnocêntrica e nacionalista, portanto virtualmente xenófoba: não dirigida contra o estrangeiro enquanto tal, mas, paradoxalmente, contra o poderio técnico anônimo que ameaça, junto com o “em casa” as condições tradicionais de hospitalidade. A perversão, a perversibilidade dessa lei (que é também uma lei da hospitalidade) é que pode tornar virtualmente xenófobo quem protege ou pretende proteger sua própria hospitalidade, o próprio lar em que torna possível esta hospitalidade (p.40).

Assim, temos uma produção paradoxal. O Estado para se proteger do fora e manter certa estabilidade dentro das curvas normais vai se infiltrando por todos os espaços, destituindo as fronteiras, deixando os indivíduos vulneráveis e enfraquecidos, pois que age justamente sugando ao máximo suas possibilidades de resistência. Regulamenta seus espaços de criação, forjando um espaço de “livre circulação” que não é livre, uma vez que é codificado e capturado pelas instâncias de controle e conservação. A livre circulação e o desmanche das fronteiras ao mesmo tempo em que parece nos aproximar por uma ilusão de que se pode estar em todos os lugares, conectados a todos os países, nos distancia, na mesma proporção em que ao estarmos em todos os lugares não estamos em lugar algum. Isso afeta nosso estado atencional de presença em relação ao que se passa essencial para que a criação aconteça.

Diz-nos Deleuze (1992, p.217) “criar foi sempre coisa distinta de comunicar”. O excesso de comunicação afeta as possibilidades reais de encontro, pois que todo encontro envolve a criação (de si com o outro). Criar nos demanda uma abertura ao outro, ao plano de forças, uma relação mais aproximada com o mundo em que vivemos.

O muro não permite que o encontro com o outro aconteça. Aproximar-se do outro, do plano de forças provoca transformações, efeitos do encontro entre heterogeneidades. E como viver essas experiências de mutação enfraquecidos da maneira como estamos? Sem espaços de recolhimento, de respiro, pausa, de recuperação de forças, para que sustentemos os instantes de indeterminação que toda experiência criativa supõe? Desse modo, criar vai nos demandar recuperar nossa vivência de um mundo compartilhado, das relações compartilhadas, que se constroem meio às margens. As margens juntam e não só separam, elas são um espaço de diferenciação, criação e partilha e, em sendo assim, são necessárias para a criação de consistência.

O nosso lar, a nossa casa, o ‘em casa’, não é uma propriedade, não é o interior, não é a consciência, e nem o privado propriamente dito. Apesar de Derrida (2003) e Crary (2014) utilizarem-se desta terminologia quando vão falar acerca desses espaços de intimidade em contraposição ao que é definido como ‘espaço público’, é importante para este trabalho ampliar a que isso se refere, pois pode haver o perigo de se capturar em certo discurso individualista isso a que chamamos de: lugar, casa, intimidade, lar.

Referir-se a lares com janelas e portas para o estrangeiro pressupõe uma construção que se faz coletivamente. Deste modo, o nosso lar, nosso ‘em casa’, é uma composição que se faz com outrem: *com outrem edifica-se o em casa*. Ele não é necessariamente um espaço físico, mas uma experiência relacional de confiança. Assim sendo, é possível sentir-se em casa em uma praça pública, no encontro com um amigo, até mesmo em um país estrangeiro.

O aconchego de ‘nossos lares’ se constitui com os elementos do fora. Um ninho, por exemplo, é construído por galhos, palhas, folhas, restos que os pássaros encontram pelos campos, florestas, cidades por onde voam. É esse material diverso achado no mundo, feito de mundo, que as aves entrelaçam fazendo seus espaços aconchegantes e quentes onde irão botar e chocar seus ovos e depois guardar seus filhotes até que eles também possam voar por aí. Ou seja, com esses elementos de fora, que se torneia um aconchegante ‘dentro’. Nosso em casa, dessa forma, não se reduz a um território físico murado, mas um território existencial margeado por outrem.

O problema com relação aos muros é que eles acabam impedindo, embarreirando também a nossa construção de casa. Nosso ‘em casa’ não é o eu, nem o outro, é a margem relacional de onde emerge concomitantemente ‘eu’ com ‘outro’. O muro controla, cerceia, governa,

sobrecodifica nossos co-surgimentos, barrando a nossa capacidade ou possibilidade de ver, de acompanhar e nos apropriar da coemergência - barra a criação singular que, apropriados, podemos gerar. Um mundo sem margens, sem lar afeta os pequenos espaços onde nos criamos; nossos invólucros de confiança. A ausência destas margens nos esmaece, tornando, assim, o que chega de fora e a experiência com o fora (de estranhamento), ameaçadora. O contexto contemporâneo parece forjar um cheiro de ameaça por todos os lugares. Daí um sentimento de insegurança reafirmado e desviado por discursos e práticas estatais que o escamoteia localizando sua causa em certos indivíduos, aglomerações grupais, classes, que passam a ser consideradas perigosas.

Temos, assim, como efeito dessas práticas de destituição de margem, a construção dos muros impermeáveis, expressos nos endurecimentos das identidades nacionais, de raça, de gênero, de grupos. E isso se pode ver no aumento de reações conservadoras que pipocam em diferentes lugares do mundo no momento atual. Não é o Estado que constrói os muros à revelia da população, os muros são levantados por uma operação desejante. As pessoas pedem pelos muros, elas constroem os muros. O outro se torna um perigo para minha existência porque aparentemente a existência dele se faz à custa de minha própria.

Por isso nossa insistência em perguntar acerca dos processos de construção dos muros de isolamento, mesmo em nossa sociedade em que, aparentemente, estamos conectados o tempo todo. Pois, mesmo que estejamos comunicados, não estamos conversando. O excesso de fala, de informações, de emissão de opiniões velozes, de construção de saberes e teorias sobre as coisas só reafirma e aumenta a distância em relação a nós mesmos e ao nosso entorno. Aí mora a grande violência que se vive no contemporâneo: o silenciamento e abafamento das existências, impossibilitadas de expressar-se no mundo. Essa violência primeira tem como efeito as demais: destrutivas, bélicas, defensivas.

O que está posto na construção dos muros não é só uma defesa em relação à morte, mas, e, principalmente, uma defesa em relação a certo “espaço” constantemente destituído e ameaçado pela intrusão dos mecanismos de controle. O medo em relação à morte parece secundário ao medo de destituição do lugar e até da desintegração de si. A evitação das pequenas mortes parece se construir à medida em que nos sentimos desprotegidos e fracos para suportar os momentos de desestabilização, como se esses fossem vividos de uma maneira exagerada, posto que toda possibilidade de mudança passa a ser vivida como uma ameaça à perda de tudo.

Perguntar pelo processo de produção dessas barreiras nos ajuda a pensar em possíveis formas de resistir a elas. Pelo que foi discutido nestas páginas podemos pensar na importância do cultivo das margens, espessuras porosas possibilitadoras de encontros, conversas, experimentação de outras temporalidades; terreno para construção de ‘lares’. Essas se fazem, como vimos, pela aproximação. Se a distância e a indiferença nos inclinam ao muro, a proximidade presente nos restitui as margens e a possibilidade de encontro com *outrem* e o estranhamento.

2.3. Entre texto: a margem-outrem

Através de teus olhos vejo o mar.

Imensidão contornada por seu ‘tamainho’.

‘Tamainho’ de gente que traz a grandeza do mundo!

O mar é tão gigante! Gigante de beleza e de vertigem.

Olho de longe, parece que há um grande amontoado de mesmo,

Que se desfaz em diferença quando, ousando, nado.

Frente a frente, você e eu.

Como pode, pequenina, trazer o mundo nessas duas bolinhas azuis?

Será que você também o transvê por entre as minhas castanhas?

Não sei, não sei onde é que começa e nem onde é que termina o mar.

A praia beira o mar. O mar beira a praia.

Será? Será ... que é da beira que nasce praia e mar?

Tamainho, é você uma beirada?

Um margeado nessa imensidão,

Que me apresenta em miudeza a grandeza dos possíveis da vida?

(Tamainho, 25 de fevereiro de 2017)

O poema é uma conversa-questão. Esta emerge da experiência de encontro com a imensidão do mar através dos pequenos olhos azuis para os quais se olha: Quem é este com quem se está frente a frente? Como pode tão miúdo portar praia e mar?

Tamainho pode ser alguém com quem o poema foi escrito, pode ser o próprio leitor e, como trazido em um dos devaneios do escritor, pode ser uma beira/margem. Entretanto, Tamainho jamais poderá ser o escritor, ele mesmo expresso em seu escrito. O escritor em seu escrito é o que se exprimiu a partir do encontro com Tamainho-forma. Tamainho-margem, por sua vez, é o que possibilita que o movimento de expressão ocorra. É ele quem anuncia o mundo possível expresso, que existe perfeitamente no virtual e o qual não existe atualmente fora do que o exprime (DELEUZE,1974).

Tamainho nas duas dimensões, de forma e margem, trazidas aqui é *outrem*. Os olhos azuis e o leitor (Tamainho-forma) é por onde pode se operar Tamainho-margem, o qual traz consigo o aviso de um mundo possível que nos avizinha e que nos desconcerta incessantemente.

Este poema foi uma maneira que encontramos para começar a conversar sobre *outrem*, conceito caro para este trabalho, o qual está preocupado com os modos de operação muro e com seus efeitos nos processos formativos da vida. Ao nos utilizarmos dessa metáfora do muro queremos dar visibilidade à problemática do fechamento e distanciamento com relação à diferença. Aos efeitos de uma política produtora de massificação e intolerância àquilo que verdadeiramente nos aproxima: a diferença.

Propomos que a massificação se faz por meio da tentativa do aniquilamento de *outrem*. Que a edificação de muros e a destituição dos ‘lares’ se faz meio a práticas sutis de normalização da vida, que não fazem outra coisa senão produzir *standards* ao custo do não acolhimento das singularidades das formações subjetivas¹⁹. Esta postura, principalmente no que tange às práticas de cuidado, tem consequências graves para a expressividade. Quando aqui falamos de expressividade, não estamos nos referindo somente ao que um sujeito fala, gesticula, etc., mas, sobretudo, a uma vida que pode se expressar no mundo a partir do encontro com *outrem*. Ou, como trazíamos antes quando analisávamos o poema Tamainho, ao escritor expresso em seu escrito²⁰.

¹⁹Destacando que as singularidades são diferentes das formações identitárias. Estas são efeito e dão força a este processo.

²⁰O qual só é expresso na medida em que encontra Tamainho.

Uma vida não existe por si só. Existe-se em articulação com outras formas e não formas. Um exercício simples de acesso a isso é olhar para o aquecimento global e para o fato deste fenômeno nos colocar a enxergar as ligações entre as nossas ações cotidianas e as mudanças climáticas, por exemplo. De quanto o fato de mudarmos um ambiente no Brasil pode afetar ambientes do outro lado do planeta. Isso em grande escala. Mas se olharmos mais especificamente para os humanos, também podemos depararmo-nos com essas conexões. Desde quando se pensa nas conexões que participam da vida das comunidades, em que se têm trabalhos variados que compõem certos funcionamentos: um que trabalha como médico, outro como faxineiro, outro como cozinheiro, etc., até se nos debruçamos sobre a questão da gestação intrauterina e também a (s) gestação (ões) extrauterina (s) e para os invólucros que vão aquecendo e possibilitando o desenrolar da vida. É possível explorar ainda mais o exemplo da gestação, ao pensarmos que não é somente a mãe quem gesta um bebê, mas que também há um bebê gestando uma mãe. Poderíamos, neste caso, falar de uma co-gestação de vidas que se constroem e andam através e nessas conexões. São essas conexões que constituem o que estamos chamando de lar. O nosso lar só existe em relação ao que nos margeia. Ele não é uma casa fixa em que moramos, é antes a casa entrelaçada constituída no mundo compartilhado.

Assim, para pensarmos melhor os efeitos dessas práticas que destituem *outrem*, bem como o que estamos chamando de *outrem* e a importância de se pensar uma prática de cuidado que possa acolher a dimensão de alteridade, ou seja, uma prática de cuidado que se exerce pela inclusão do outro como legítimo outro²¹, traremos um pouco das reflexões de Deleuze acerca da obra de Michel de Tournier: *Sexta-feira e os Limbos do Pacífico* junto com alguns pensamentos contidos no próprio romance – nos diários de Robinson Crosoé, pela voz do narrador.

Este romance que, a nosso ver também é um estudo filosófico, conta a história de um homem que habitou sozinho uma ilha deserta durante muitos anos após o naufrágio do navio Virginie em que toda a tripulação morreu e somente teve ele e o cachorro Tenn²² como sobreviventes. O romance vai contar as aventuras, as dores, as descobertas por que passam Robinson, mas

²¹ Incluir o outro, veremos mais a frente vai nos exigir mais do que adaptar. Vai nos convidar a um exercício de conversa.

²²Tenn só pôde realmente encontrar-se com Robinson depois de algum tempo. Em uma primeira vez que se cruzaram, Robinson, que vivia sua cólera não pudera receber o cachorro, o qual saiu por entre as árvores latindo e muito raivoso. Somente meses ou anos depois, encontraram-se e relacionaram-se novamente. A questão do tempo não é precisa na obra. Robinson não tinha relógio e por muito tempo não contara os dias que passara na ilha. O tempo, na ilha e na obra, é pouco regido por uma cronologia.

também faz o leitor sentir/experimentar, junto com o náufrago, uma vida que vai acontecendo sem *outrem*, trazendo na narrativa a processualidade do esfacelamento da relação com *outrem*.

Sexta-feira foi o primeiro humano com quem o náufrago se relacionou depois de anos, um araucano que Robinson salvou sem querer quando, na verdade, pretendia matar. A vida a partir da chegada de Sexta-feira muda, mas como afirma Deleuze (1974) em seu posfácio, não é mais uma vida com *outrem* e sim uma experiência outra: com outro de *outrem*, com a cadeia elementar, pura superfície. Tempos depois da chegada de Sexta-feira, o navio Whitebird se ancora nas proximidades de Speranza²³, mas Robinson, apesar de poder receber os tripulantes na ilha, da qual durante um período fora o governador e que, naquele momento, fazia parte de sua corporeidade, não pôde partir com aqueles homens que destinavam Speranza ao aniquilamento; que extraíam ao máximo seus recursos sem esperança de frutificação (TOURNIER, 2014) – e isso Robinson já não podia mais compreender, desde que começara a escrever o regimento da ilha.

Outro importante personagem deste romance, que emerge algum tempo depois que Crosoé já habita a ilha deserta, é **o diário**. Este, que comparece em vários momentos da narrativa, foi um importante acompanhante de Robinson “que quase chorou de alegria ao desenhar numa folha de papel as suas primeiras palavras. Parecia-lhe subitamente ter-se arrancado do abismo da bestialidade em que mergulhara e regressado ao mundo do espírito pelo ato sagrado: o de escrever.” (TOURNIER, 2014, p.44). **O diário**, era “quem” “testemunhava o curso de uma meditação sobre a vida, morte e sexo, que não era senão o reflexo superficial de uma metamorfose das profundezas de seu ser” (idem, p. 104). Este personagem aparentemente inanimado e impessoal foi ainda possibilitador de diálogo. Através dele, “um Robinson” pode (até hoje) conversar com todos os leitores possíveis.²⁴

Esta história, então, vai tratar de uma transformação. De um Robinson que ao chegar na ilha deserta esforça-se muito para tentar sair dela a partir da construção de uma grande embarcação: Evasão; ou pela criação de uma ordem civilizatória artificial familiar: com governo, um código de leis, um código penal, com um tempo regido e organizado pela

²³ Nome que Robinson deu a Ilha assim que chegou.

²⁴ Nossa experiência de leitura dos diários era de uma proximidade incrível com Robinson. Era como se estivéssemos frente a frente. Isso nos faz pensar na produção de uma escrita para qualquer um (de uma conversa com o impessoal). Uma conversa com *outrem*?

clepsidra²⁵, a um Robinson que gradativamente vai se agenciando com Speranza; um Robinson que acolhe “um cosmos em gestação” (TOURNIER, 2014, p.106) a que chama de caos.

(...) o fundo de certo cristianismo é a recusa radical da natureza das coisas, recusa essa que por demais pratiquei em relação a Speranza, e que quase foi a causa da minha perda. Só triunfarei sobre a degradação na medida em que eu saiba aceitar a minha ilha e fazer-me aceitar por ela (idem, p. 50).

Parece que o fato de, nos primeiros meses e talvez anos, Robinson ter se encontrado sozinho na ilha o obrigou a afastar-se da reprodução em série e automática que parecia existir no mundo ‘povoado’ em que vivia. Essa solidão, parece, não só o privou, mas também o permitiu experimentar certa dissolução de uma armadura de reproduções por meio de um encontro diferenciado com *outrem*: não somente com um outro eu que me percebe, como também nem outro eu para mim (ROTENBERG, 2015).

A solidão tornara-o infinitamente vulnerável a tudo o que podia assemelhar-se à manifestação de um sentimento hostil, mesmo da parte do animal mais desprezível. A armadura de indiferença e ignorância recíprocas com que os homens se protegem nas relações entre eles tinha desaparecido, como um calo aos poucos amolecido em mão que se tornou ociosa (TOURNIER, 2014,p.79).

Robinson, na ilha, não pudera continuar indiferente aos diversos sentimentos e existências que se passavam. Sozinho, a princípio, começa a lidar com *outrem* em sua dimensão impessoal: isso se dá com a experiência de escrita do diário que não é destinado a ninguém específico e sim a qualquer um. Parece, assim, que a experiência de certa *solidão acompanhada* (neste caso, pelo diário) seja importante para a experimentação de um encontro criativo com *outrem*; um encontro que não se reduz a relações identificatórias. O fato de *outrem* ter sumido aos poucos na história do naufrago não é devido unicamente à situação de estar só, mas ao fato da solidão ter se tornado uma experiência de desamparo extremo²⁶. Com o passar do tempo, parece que ser acompanhado unicamente pelo diário não foi suficiente. O diário, apesar de ser uma superfície de inscrição importante, que pode possibilitar acessar qualquer um, tem o

²⁵A **clepsidra** ou **relógio de água**, foi um dos primeiros sistemas criados pelo homem para medir o tempo. Trata-se de um dispositivo movido a água, que funciona por gravidade, no mesmo princípio da ampulheta de areia.

²⁶ De perda dos calos que permitem que o trabalhador possa segurar e operar a enxada. Tanto o calo como a armadura possuem um aspecto paradoxal. Um calo extremamente grosso afeta a sensibilidade das mãos; afasta por demais o mundo das superfícies nervosas. Em contrapartida, uma mão de pele muito fina não suporta segurar na enxada, rasga-se muito facilmente. Assim também é uma armadura. Se esta não tem suas rachaduras fica muito difícil movimentar-se e até mesmo respirar. É importante que, de algum modo, as coisas transitem. A citação trazida anteriormente traz nela este paradoxo. Este processo fora doloroso para Robinson. Sentiu que havia momentos que não pudera se proteger. Sua pele foi ficando extremamente fina, com pouca regulação das passagens porque não podia mais encontrar outros que pudessem operar *outrem*. Por isso, essa sensação de hostilidade, invasão.

limite da não reciprocidade de um afeto vivo. Quem escreve no diário diz para qualquer um, mas este qualquer um pode nunca escutar e nem mesmo reagir. O diário é um *outrem* que pode perigar a se tornar mesmo: meu querido diário...

Então, que é *outrem*? Deleuze (1974) aventura-se a esta jornada de pensamento em seu posfácio à obra de Tournier. Uma primeira marcação importante feita pelo filósofo está quando traz algumas discussões acerca desse conceito pelas teorias filosóficas. Segundo o autor, o erro dessas teorias está quando reduzem *outrem* a um objeto particular ou a um outro sujeito. Para ele, *outrem* “não é nem um objeto no campo de minha percepção, nem um sujeito que me percebe: é, em primeiro lugar, uma estrutura do campo perceptivo, sem a qual este campo no seu conjunto não funciona como faz” (p. 316). Os outros sujeitos e os outros objetos no campo seriam meios pelos quais *outrem* poderia (ou não) efetuar-se e isso não é um ponto qualquer.

Robinson por muitos anos esteve isolado na ilha deserta e por mais que tentasse manter certo estado de uma vida aparentemente acompanhada por *outrem*, não conseguiu, pois não tinha um outro semelhante²⁷ (que pudesse possivelmente atualizar *outrem*) que sorrisse para ele, ou para quem pudesse sorrir. “Só o sorriso de um amigo lhe restituiria o seu... (...) Mas quem, quem derreteria, pela simples virtude de um sorriso, aquele gelo que paralisava seu rosto?” (TOURNIER, 2014, p.83). Ter um rosto compreende que

(...) essa parte do corpo [seja] modelada e remodelada, aquecida e permanentemente animada pela presença de nossos semelhantes. Um homem que acaba de deixar alguém com quem teve uma animada conversa: guarda-lhe o rosto por algum tempo uma vivacidade remanescente que só aos poucos se extingue e cuja a chama se reacenderá com o aparecimento de outro interlocutor (idem, p.82).

Ou seja, pede que haja a possibilidade de *uma conversa animada*. De que se possa encontrar com um semelhante, que não é igual, nem necessariamente da mesma espécie, mas que não seja indiferente à partilha. Assim sendo, um mundo ‘povoado’ tal qual habitado por Robinson, antes de acontecer de Speranza tornar-se sua morada, pode igualmente atualizar essa solidão do isolamento. Na medida em que os homens se protejam das relações entre eles por meio de *suas armaduras de indiferença e ignorância*. Nesta conjuntura, *outrem* pode não se efetuar.

²⁷ A palavra semelhante é habitualmente referida àquilo que é da mesma espécie, qualidade, natureza ou forma. Àquilo com que se pode identificar. Mas, aqui neste contexto, tanto no que tange ao texto de Tournier como ao de Deleuze – que estão fundamentando nosso pensamento com relação a este conceito- esta palavra tem um sentido mais relacionado à partilha. A um ser vivo com o qual é possível partilhar experiência.

Assim, temos como um dos efeitos da não efetuação de *outrem*, um homem sem rosto, ou melhor, de face congelada.

Nossa pesquisa preocupa-se com este congelamento. Quando nos aventuramos a pensar *outrem* é porque nos interessamos em compreender como potencializar rostos vivos, moventes e animados. Como praticar um cuidado que permita que o movimento de expressividade continue; um cuidado que potencialize os processos de singularização? É para pensar uma operação formativa que trazemos *outrem*: como se formam os rostos? Como se dão os processos de subjetivação?

Já no primeiro capítulo desta dissertação trouxemos dois planos, que existem em uma relação de imanência: o das forças e o das formas. A análise que Deleuze (1974) faz da obra de Tournier, também inicia desta forma, falando de uma trama que vai trazer um combate entre a terra e o ar:

Observar-se-á que a terra e o ar desempenham menos o papel de elementos particulares do que de duas figuras completas opostas, cada qual reunindo, por conta própria, os quatro elementos. Mas a terra é o que os encerra e os estreita, contém-nos na profundidade dos corpos, enquanto o céu, com a luz e o sol, leva-os ao estado livre e puro, liberados de seus limites para formar uma energia cósmica de superfície una e, contudo, própria a cada elemento. (p.312)

Sendo o plano das formas o das coisas “terrenas” e o das forças dos elementos do céu. O filósofo vai trazer *outrem* como “uma estrutura”²⁸ meio a estes planos, que assegura as margens e transições do mundo, que regula as transformações da forma e do fundo, a qual vai possibilitar certo movimento de territorialização: *Outrem* “baixa os elementos na terra, a terra em corpos os corpos em objetos” (DELEUZE, 1974, p.326).

A noção de território comparece na obra de Deleuze e Guattari (1996) para pensar o processo de construção de subjetividade, a qual diz respeito, por exemplo, às nossas maneiras de estar no mundo como sujeitos-arranjos temporais. Segundo os autores, os territórios constituem-se por emaranhados de linhas que se encontram num movimento contínuo de tessitura. O que dá esse caráter movente é justamente o fato dos territórios engendram-se em relação a processos que ao mesmo tempo os constituem e que os desmancham. Ou seja, se fazem meio aos processos de desterritorialização e reterritorialização. Está-se falando aqui do movimento da vida. De vidas em movimento. E não há nada mais cruel e mortífero que

²⁸É importante ressaltar que quando o autor traz *outrem* como estrutura, ele não o faz pensando como uma estrutura do indivíduo. A estrutura *outrem* é uma estrutura no mundo. É uma estrutura imanente, que se localiza entre o dentro e o fora. Além disso, no texto, as vezes intercala com o termo: sistema.

estancar/barrar/calar/brecar/encurrular/emparedar essas modulações singulares. Um território existencial é sempre singular, o que é diferente de dizer que é fixo (não esqueçamos que a terra está sempre em movimento). Tem suas marcas. Encontros que o produz de uma maneira e não de outra.

É ainda pensando a produção de subjetividade, que Deleuze (1974) parece comentar a obra de Tournier (2014). Assim, ele vai trazer o que *outrem* opera nesta processualidade. Para ele, *outrem* operando organiza um mundo marginal, um fundo do qual outros objetos e ideias podem sair segundo leis de transição que regulam as passagens de um ao outro, não deixando que estas aconteçam de forma abrupta. É uma estrutura de tessitura de contornos permeáveis, que nos trazem um saber ou sentimento de existência marginal. *Outrem*, ao mesmo tempo em que nos lança ao possível, ao contato com àquilo que nos margeia, ampara. Faz com que este contato e as passagens e transformações decorrentes dele aconteçam de forma mais suave – ou menos abrupta.

Assim, vamos compreendendo *outrem* como uma estrutura de contorno, contato e diferenciação, a qual na medida em que nos contorna e nos delimita em relação ao entorno, avisa-nos do fundo que está ao nosso redor, já que demarcar uma forma do fundo não necessariamente a recorta dele. As formas existem com o fundo e é como se o próprio fundo de possíveis fosse o que as contorna e também as perturba²⁹. Desse modo, nessa confluência, cria-se a possibilidade de diferenciação/singularização, já que ao nos lançar um vago clarão sobre um universo de objetos e virtualidades situados à margem de nossa atenção, os quais podem a qualquer momento transformar-se o centro dela, *outrem* nos desconcerta sem cessar (DELEUZE, 1974).³⁰

²⁹A imagem que nos chega quando pensamos *outrem* é a de uma margem espessa, uma extensão de pele, em que os objetos e formas existem de maneira não fechada. Deleuze (1974) traz uma imagem interessante ao falar de um fundo onde os objetos se mordem uns aos outros. Para nós, *outrem* é esta região, não localizada espacialmente, em que se é possível experimentar um mundo compartilhado. Este é um conceito que ainda nos intriga bastante e essa dissertação se concluirá sem que nossas inquietações acerca deste conceito cessem.

³⁰Com Neves (2004), podemos pensar *outrem* como sendo a dobra, pois “A dobra exprime a desaceleração deste movimento infinito, produzindo a convergência das singularidades em um dado momento, criando assim um dentro que é coextensivo ao fora, e que é a condição para que um mundo comece. A dobra é, portanto, a expressão de um mundo possível. Este mundo possível não corresponde ao melhor dos mundos, segundo a fórmula leibniziana, mas significa que o mundo mesmo é acontecimento, é produção contínua do absolutamente novo” (p. 6 e 7).

Na ausência de outrem, nos diz o filósofo, não há mais transições, contiguidades e semelhanças que nos permitam habitar o mundo. “Mais nada subsiste além de profundidades infranqueáveis, das distâncias e diferenças absolutas ou, então, ao contrário, de insuportáveis repetições, assim como extensões exatamente superpostas” (DELEUZE, 1974, p.316). Na ausência de margens tanto temporais quanto espaciais há confusão, um deserto. Como se não houvesse mais uma coexistência e sim uma existência chapada. Em um mundo sem outrem, há o desmoronamento da categoria do possível e, com isso, ao invés de formas relativamente harmoniosas, saindo de um fundo para a ele voltar segundo uma ordem do espaço e do tempo, haverá nada mais do que linhas abstratas, luminosas e contundentes, nada mais do que um sem fundo, rebelde e sugador.

Robinson, entretanto, para Deleuze (1974), a partir do encontro com Sexta-feira e com Speranza, alcança uma grande Saúde elementar. O filósofo não categoriza a falência da estrutura outrem, fadada a um final patológico de menor potência. No contexto da ilha, com Sexta-feira, as catástrofes, o diário, a poça, etc, foi-se tramando um outro modo de experimentação na/da superfície.

Entretanto, nos interessa neste trabalho pensar a relação da “falência” ou fragilização da estrutura *outrem* com a operação muro. No contexto do CMI não estamos vivendo na ilha deserta, entretanto, encontramos cada vez mais na experiência de desertificação, com rostos congelados, corpos emparedados, vidas sem movimento e cronificadas por certo conservadorismo.

No posfácio, Deleuze (1974) vai trazendo algumas reações de Robinson ao desaparecimento da estrutura outrem. Primeiro há um certo desespero, a estrutura outrem ainda existe, mas não se encontra mais termos para operá-la. Depois, quando esta começa a se esboroar, há uma busca por um substituto de outrem. Este é o momento em que Robinson produz alimentos para não serem consumidos, inventa todo um regimento para o funcionamento da ilha, respaldado pelo divino. Essa segunda reação acontece de forma rígida, robotizada, com um tempo marcado pela clepsidra e por um calendário criado pelo personagem; ela era repleta de rituais e levantamento de artefatos imensos para a proteção e tentativa de recuperação de certa ordenação e “hábito que *outrem* dava as coisas” (p.323). Pensamos que a operação muro se constrói meio a este segundo momento.

Bem parecia que toda a estrutura artificial e exterior, vacilante, mas contínua e febrilmente aperfeiçoada, só tinha como razão de ser proteger a formação de um

homem novo que apenas mais tarde seria viável. Isso, porém, Robinson apenas em parte reconhecia e desolava-se com as imperfeições de seu sistema. De fato, a observação da Carta e do Código Penal, o cumprimento das penas infligidas a si próprio, o respeito de um emprego rigoroso do tempo que não lhe deixava o mínimo de intervalo, o cerimonial que rodeava os atos mais importantes da sua vida, todo este espartilho de convenções e prescrições que a si impunha para não cair não o impedia de sentir com angústia a presença selvagem e indomável da natureza tropical e, dentro de si, o trabalho erosivo da solidão sobre a sua alma de homem civilizado. Era inútil proibir-se determinados sentimentos, determinadas conclusões instintivas: sempre caía em superstições ou perplexidades que abalavam o edifício dentro do qual se esforçava por fechar (TOURNIER, 2014, p.75 e 76).

Um dia, Robinson percebeu que a clepsidra havia parado. Fora a primeira vez que, depois de muito tempo, o ritmo obsessivo das gotas cessava de controlar o tempo e o menor de seus gestos com o rigor de metrônomo. Sentiu-se muito feliz. Este foi o primeiro momento em que o náufrago pensou “ter descoberto *outra ilha* atrás daquela onde há tanto tempo solitariamente penava, outra ilha mais fresca, mais quente, mais fraternal, que a mediocridade de suas preocupações normalmente lhe mascarava”. (TOURNIER, 2014, p.86). Para ele, essa descoberta foi maravilhosa, pois percebeu que “era possível escapar à implacável disciplina da rotina e das cerimônias, sem, no entanto, recair no chiqueiro! Era possível mudar sem se desvirtuar” (idem, p.86). Depois disso, muitas vezes, Robinson, recorreu à parada da clepsidra. Porém, ainda não havia chegado a hora do ‘novo Robinson’.

Quando Sexta-feira chega, Robinson-governador o coloca para trabalhar segundo esta ordem com o intuito de mantê-la. Mas, o araucano também levava uma vida à margem da ordem (TOURNIER, 2014). Com Sexta-feira, Robinson pôde viver mais esta *outra ilha*, a experiência com o duplo. Entretanto, isso não quer dizer que esta experiência somente se deu com o araucano. Como trazido anteriormente, Robinson já a havia vislumbrado antes, malgrado todas as tentativas de conservar a ordem e a disciplina, algo que já escapava. Era impossível fechar-se dentro do edifício, assim como é impossível fechar-se completamente dentro dos muros.

Há algo que não se submete. Uma força que resiste ao fechamento.

A trama de Tournier, ao mesmo tempo que vai mostrando como esta rigidez pode ser produzida, traz elementos e cenas que rompem com ela sem parar. Não há como precisar na narrativa um tempo de rigidez e outro de fluidez – havia sempre um movimento. Isso nos permite um respiro... **não há muro sem rachadura para o exterior!** O modo de operação muro é uma produção desejante e como tal existe como uma dobra espessa, a qual, ao mesmo tempo em que se constitui em uma forma, carrega consigo as forças moventes do fora.

Existir, o que significa? Significa *estar fora, sistere ex*. O que está no exterior existe. O que está no interior não existe. As minhas ideias, imagens, sonhos não existem. Se Speranza não é mais do que uma sensação ou um feixe de sensações, não existe. E eu próprio só existo quando me evado de mim para outrem.

No entanto, tudo se torna mais complicado, pois o que existe insiste em que se pense o contrário. Há uma grande e comum aspiração do inexistente à existência. É como uma força centrífuga que empurra para o exterior tudo o que se move dentro de mim, imagens, sonhos, projetos, fantasmas, desejos, obsessões. O que não *ex-iste, in-siste*. Insiste para existir. Todo este pequeno mundo se empurra à porta do grande, do verdadeiro mundo. E é um terceiro que possui a chave. Quando um sonho me agitava na cama, minha mulher sacudia-me pelos ombros para me acordar e terminar com a insistência do pesadelo. Ao passo que hoje... Mas porque voltar incessantemente a este assunto? (TOURNIER, 2014, P. 115 E 116)

Outrem exprime um mundo possível. Outrem-margem, ou nas palavras de Deleuze (1974) *a priori*, é a existência do possível em geral.

As práticas que sutilmente se fazem de modo a destituir outrem agem sobre o plano do possível, por isso os fechamentos em verdades únicas (como se somente houvesse uma única possibilidade): o tratamento certo, o modo certo de lidar, o como se deve fazer, etc. Insistir no exercício de uma prática de cuidado que invista e cultive esta dimensão marginal é também poder apostar em cuidado que se abra, ao mesmo tempo que potencializa, a diferentes possíveis; que se abra, ao mesmo tempo que potencializa à possibilidade de diferenciação. Assim, trataremos o conversar como estratégia, pois essa “técnica” constitui-se no exercício da operação de outrem, que para nós se configura como uma “estrutura de conversa”. É outrem que possibilita o diálogo entre formas subjetivas com o plano das forças e, com isso, que o pulsar da vida continue.

2.4. Muros na história da loucura

Ao nos debruçarmos sobre a história da loucura, encontramos-nos com saberes *psis*, que respaldaram práticas normalizadoras e de segregação com relação aos (ditos) loucos. Considerados ‘sem razão’, sobre estes se exerceram formas sutis, e nem sempre tão sutis, de violência.

Na obra intitulada *História da Loucura*, Michel Foucault (1997[1961]), convida-nos a pensar o processo de transformação da loucura em doença mental e da constituição de ações de encarceramento dos ‘loucos’ em estabelecimentos asilares. O autor afirma que nem sempre a

loucura fora associada à doença, sendo até, em outras configurações históricas, relacionada ao místico. No mesmo momento em que era vista desta maneira, à loucura não eram reservados lugares de confinamento às margens das cidades, os ditos loucos viviam em meio à população.

O processo de transformação da loucura em doença mental e do enclausuramento dos loucos em hospitais constitui-se em meio aos ideários racionalistas e higienistas que se costuraram no transcurso dos séculos XVI, XVII e XVIII. No século XVI, a loucura passa a ser considerada um atributo de um indivíduo que não seguiu o caminho correto, um castigo ao homem que erra.

À origem cósmica da loucura foi se erguendo uma prática discursiva que considerava que a loucura ‘nasce no coração dos homens [na medida em que ele] organiza e desorganiza sua conduta’ (FOUCAULT, 1997 [1961], p.28), não como efeito de um mistério ocultado, mas fruto da prática moral do homem, no desvio do caminho da retidão (SILVEIRA & SIMANKE, 2009, p.27).

Com relação às causas da loucura, acreditava-se estarem na infância, principalmente no momento de desenvolvimento da sexualidade. Este “desatino” era fruto de más condutas dos sujeitos, que a princípio eram possuidores da razão. É neste período que as crianças se tornam objeto a ser vigiado: deve-se evitar que elas se percam em caminhos errantes e desregrados da masturbação. Cabia à família cuidar para que seus filhos não se masturbassem, uma vez que se atrelava a causa da loucura e de outros males da alma a esta prática. Masturbar-se era o começo do desvio do caminho da retidão (FOUCAULT, 2001). Neste momento ainda não se tem a figura da criança louca, que somente surge no fim do século XIX³¹. Somente no século XVII, em que emergem discursos acerca dos indivíduos afetados pelos ‘males dos nervos’, a partir dos estudos da histeria, que houve a superação da noção de desatino, enquanto efeito da falta moral do sujeito que se desencaminha na vida, para uma análise baseada na verificação do grau de sensibilidade submetido às alterações de humores, variável de pessoa a pessoa e, em linhas gerais, distinguível conforme o sexo do indivíduo (SILVEIRA & SIMANKE, 2009).

Se antes as alterações sensoriais eram devidas à exposição do sujeito às consequências psicofísicas de sua conduta antiética ou imoral, o campo epistêmico, neste momento, se abre para enunciação de uma sensibilidade exacerbada, fruto dos apelos do mundo perante

³¹É possível encontrar mais sobre essa discussão nos trabalhos dissertativos de BOTELHO (2014) e CHAVES (2016).

determinada configuração hipersensível de certos corpos e alma. Assim, distancia-se da pressuposição que os efeitos psicológicos fossem oriundos da falta de moral, uma vez que as atitudes das pessoas não são diretamente responsáveis por determinada configuração estrutural da percepção, seriam, antes, efeitos.

É devido a este deslocamento que, mais tarde, no século XIX, a psicologia surge como uma ciência que vai tratar de questões psicológicas. Isso só ocorre, segundo Silveira e Simanke (2009), porque se passou a estabelecer a tripla diferença entre tratamento físico, moral e psicológico.

É na passagem do Classicismo à Modernidade que a loucura vai ganhando uma roupagem de doença. Esta emergência se deu de forma gradual e não se restringiu a questões ligadas à medicina ou às ciências psicológicas. Mudanças na disposição espacial, econômica, moral e na política também interferiram nesse processo.

A delimitação da loucura como doença mental, no contexto da medicina, se relaciona à experiência jurídica da alienação, na constituição do estatuto do que seja um indivíduo incapaz, perturbador do grupo, de acordo com os preceitos morais, éticos e políticos dos séculos XVII e XVIII. (...) Assim, se antes desta fase, o internamento ocorria pela solicitação da família, do cura da paróquia, do tenente de polícia ou do rei, sem laudo pericial médico, Foucault demarca que seria a partir do momento em que a jurisprudência da alienação do século XVII se torna preliminar a todo internamento, é que teríamos a inserção do papel do médico na verificação da incapacidade do indivíduo potencialmente internável, no processo de convencimento do magistrado (SILVEIRA & SIMANKE, 2009, p.30).

Neste momento, em uma confluência entre Psicologia, Psiquiatria e Direito, surge o conceito de alienado psicológico e a classificação da loucura como incapacidade. Sendo assim, o considerado louco era visto como uma pessoa que não tinha condições de tomar decisões, cuidar da própria vida. Em alguns casos, poderia até ser considerado perigoso.

No que tange à problemática das internações, durante os séculos XVII e XVIII, vai se delineando um modo de organização das cidades em consonância com as transformações políticas e econômicas. Neste momento, são criadas práticas de marginalização das “coisas indesejáveis” no espaço urbano: são criadas as casas de internamento para os leprosos e, em seguida, para “os loucos”. As formas e motivos pelos quais se davam os internamentos eram diversos: por meio de encaminhamentos policiais, pedido da família, suspeita de insanidade. Isso gerava uma heterogeneidade de internados: pobres, desempregados, presos políticos, crianças órfãs, viúvas, etc. Assim, a princípio, esses locais não eram destinados

necessariamente para o tratamento das pessoas consideradas insanas, funcionavam mais como dispositivos de exercício de poder através do isolamento dos excluídos sociais (SILVEIRA & SIMANKE, 2009).

Mais tarde, no período antecedente à Revolução Francesa, passou-se a verificar a loucura de maneira individualizada. Há, neste momento, uma iniciativa de limitação e redução do internamento, no sentido de liberar os internados por imoralidade. Dessa forma, se, em um primeiro momento, a internação ocorria de forma misturada, depois, pela verificação do juiz e atestação médica, instrumentalizada pelos laudos, estes estabelecimentos de internação tornaram-se exclusivamente para o tratamento dos loucos.

É a partir disso que se pode falar do surgimento de uma psiquiatria positiva - tendo como finalidade a identificação da loucura. Aqui, a própria prática de internamento surge com outro sentido, não mais como restrição de liberdade, mas como uma liberdade organizada na administração terapêutica para a recuperação. O dispositivo de ‘aprisionamento positivo’ visa tornar a animalidade predatória numa animalidade suave. Uma animalidade domesticada e suscetível ao controle social (SILVEIRA & SIMANKE, 2009).

A partir do que foi traçado até aqui, pode-se marcar várias práticas que constituíram o processo de individualização da loucura, de ações que respaldaram um tratamento moral e excludente desta, bem como a maneira como a loucura foi sendo submetida a estratégias de controle. Fizemos esta breve caminhada na história para irmos cartografando algumas linhas do arquipélago problemático que estamos tratando nesta pesquisa. Recorrer à história nos possibilita questionar os essencialismos e as maneiras naturalizadas de se conceber a loucura e seus modos de tratamento. Tais questionamentos nos permitem estranhar o que está dado e nos convidam a uma experimentação criativa, aberta a novas perspectivas. É esta postura desnaturalizante, que não se basta com os esquadrinhamentos, que permitiu e ainda permite que a história permaneça viva – pulsando e se modificando.

Fazer este percurso é ainda uma estratégia de delineamento acurado da problemática dos muros a que trata esta pesquisa. Até o momento, buscamos compreender as circunstâncias culturais, históricas e políticas em que os muros passaram a ser uma tecnologia de demarcação, aprisionamento e defesa, a partir das quais emerge um *modo muro* de subjetivação. Aventuramo-nos também a nos questionar sobre como, entre uma vida e outra, edifica-se um muro, ao invés de uma margem. Seguimos, pisando mais propriamente àquilo

que nos interessa analisar nesta pesquisa inserida no campo da Saúde Mental, a qual se pergunta acerca de práticas de cuidado (e de seus efeitos), que se forjam reafirmando e reproduzindo *um modo muro de se relacionar*.

Sendo assim, começamos a tatear discursos e práticas em meio aos quais se construíram alguns muros que emparedaram e ainda emparedam a questão da loucura: o manicômio, os atestados de incapacidade, os tratamentos com viés adaptativo, a ideia da loucura como sendo um mal gerador de perigo, o medicamento como meio de normalização, etc.

Felizmente, como traz a perspectiva genealógica foucaultiana³², a história não é linear, nem tampouco evolutiva. Ela se constrói em meio às singularidades inscritas no tempo, as quais, atravessadas por acontecimentos, tomam direções e configurações diversas. Este modo de conceber a história acolhe as brechas, espaços privilegiados de passagem das forças singularizantes pulsantes, e nos quais se encontram possibilidades de resistência mesmo nas condições mais endurecidas. Deste modo, é possível deparar-se com caminhos de alegrias possíveis meio a esta história de aprisionamento da loucura, que não só se atualizou através dos muros de concreto dos asilos, mas em tantas outras práticas explícitas e/ou sutis de opressão. Foi o que passou a se delinear no Brasil a partir do fim da década de 60 e início da década de 70, com as primeiras linhas de emergência do processo que, mais tarde, é nomeado como Reforma Psiquiátrica.

Se a viajante operasse pela lógica dos muros, ela não poderia sentir o vento que chegou avisando-a de um mundo novo, já que este nem chegaria até ela. Além disso, não poderia ter criado uma língua do meio junto com o bando que encontrara, já que não se disponibilizaria para tal encontro.

Ao passo que, ela, mesmo operando por outra lógica, se encontrasse com um bando que operasse pela lógica do muro somente, também não poderia criar a língua do meio. Talvez nem poderia permanecer naquela ilha, ou talvez nem mesmo estaria viva.

No encontro da navegante com aquele bando temos uma situação em que o muro não se operou, não o tempo todo, mas poderia se operar.

³²Na obra *Microfísica do Poder*, Michel Foucault aborda mais as questões relacionadas ao método genealógico.

Mas, será que uma vez que um de nós opere pela lógica do muro tudo está perdido? Não há possibilidade nenhuma de encontro e de rompimento com esta lógica?

sempre sobrevém o período em que o Estado enquanto organismo se vê em apuros com seus próprios corpos, e que esses, mesmos reivindicando privilégios, são forçados, contra sua vontade, a abrir-se para algo que transborda, um curto instante revolucionário, um instante experimentador (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p.34).

Um muro também tem rachaduras. É por elas que se é possível resistir.

É ainda pensando em como resistir a este modo, que efetuamos esta pesquisa.

2.5. Muro rachado: abertura para o movimento da Reforma Psiquiátrica

Começaremos passando brevemente por um cenário mundial.

Maio de 68 - movimento político iniciado pelos estudantes na França, que ressoou para outros setores e para outros países. Os estudantes passaram a ir às ruas clamando por mudanças políticas, culturais e sociais. Estes passaram a ter apoio dos operários, que aproveitaram o momento de revolta para iniciarem a greve mais longa e mais profunda da história da França. Na Alemanha, em 1967, as manifestações iniciaram com a morte de um estudante durante um protesto, e, em 68, esses movimentos se intensificaram contra a ordem estabelecida no país. Na Itália, os estudantes foram às ruas criticando a predominância de uma moral católica com relação aos temas do divórcio e aborto. Atravessando o Atlântico, nos Estados Unidos, com o assassinato de Martin Luther King, milhares de negros se mobilizaram pedindo igualdade de direitos para brancos e negros. No Brasil, o movimento estudantil era muito ativo desde 1966, quando dois universitários foram mortos em confrontos com a polícia. Em 1968, a contestação contra o regime militar se intensificou, levando a um endurecimento do regime que reagiu de forma a cercear ainda mais as liberdades individuais (BADARÓ, 2008).

Um cenário de lutas e resistência aos endurecimentos e violências políticas e culturais. Segundo Passos e Benevides de Barros (2000), nesta paisagem, o *status quo* estava sendo colocado em cheque, por meio de uma crítica disseminada e multifocalizada das formas estabelecidas/instituídas de existência.

O Brasil, como já foi apontado, vivia o Regime Militar, mas não de forma apaziguada e cabisbaixa. Mesmo nesse cenário de muita repressão e censura estatal, os movimentos de resistência e liberação foram se dando e uma das expressões disso são as linhas que convergiram no Movimento de Reforma Psiquiátrica, reconhecido pela lei 10.216 em abril de 2001. Entretanto, muito antes da aprovação desta versão da primeira lei, proposta em 1989 pelo deputado Paulo Delgado, já se pode cartografar sinais processuais deste movimento revolucionário no campo da Saúde Mental.

Segundo Tenório (2002), na década de 70 do séc. XX, foram feitas denúncias de fraudes no sistema financeiro de saúde e denúncias de maus tratos nas instituições asilares. A partir disso, houve um movimento de reformulação da saúde nacional, que ficou conhecido como Reforma Sanitária. Também neste fluxo, os trabalhadores de saúde mental começaram a se mobilizar e fundaram, em 78, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), o qual, combinando reivindicações trabalhistas e um discurso humanitário, alcançou grande repercussão e, nos anos seguintes, liderou os acontecimentos que fizeram avançar a luta até seu caráter definidamente antimanicomial. Entretanto, neste primeiro momento, uma crítica aos pressupostos asilares ainda não era colocada, mas havia uma crítica aos seus excessos e desvios. No que toca à Reforma Sanitária, pode-se dizer que essa se ocupou mais do planejamento e aumento do acesso da população aos aparelhos assistenciais de governo, que com mudanças paradigmáticas com relação ao cuidado propriamente dito. Mas, isso não retira a importância destas primeiras mobilizações para o processo a que estamos nos esforçando para delinear. Nos anos 80, deste mesmo século, é que, efetivamente, as propostas da Reforma Sanitária chegaram às gestões de governo em alguns municípios e estados. Isso foi possível (pela sustentação das lutas pelo movimento e) porque muitos candidatos de oposição apoiadores desta Reforma foram eleitos neste período. O que se desenha como mudança neste momento é um aperfeiçoamento dos estabelecimentos asilares. Ou seja, até então ainda se aposta nestes modelos de tratamento.

Se, no plano das formulações oficiais, diagnosticou-se com acuidade a prevalência nociva do modelo asilar e custodial, bem como seus determinantes econômicos e políticos, as ações concretas não resultaram em mudança significativa (Leal, op. cit., p. 11). As iniciativas foram basicamente duas: racionalização, humanização e moralização do asilo; criação de ambulatórios como alternativa ao hospital de internação. No entanto, reforma do asilo e ambulatorização “não tiveram impacto significativo sobre a qualidade do atendimento, e êxito escasso na mudança da hegemonia asilar” (Delgado, 1992, p. 50). (TENÓRIO, 2002, p.33)

Também na década de 80, as clínicas psiquiátricas privadas foram acusadas como constituidoras de um sistema de “empuxo à internação”. A maior parte destes estabelecimentos, segundo Tenório (2002), conseguiam sua renda provinda do governo de acordo com a quantidade de pacientes que atendiam. Não eram colocadas em questão e nem eram fiscalizadas as formas de cuidado que os pacientes recebiam. Assim sendo, houve denúncias de clínicas que tinham muito mais pacientes do que suportavam atender, chegando até a nem ter leitos para todos. A partir disso, começam-se a se exercer ações de maior controle e acompanhamento por parte do Estado com esses estabelecimentos. As condições de financiamento ficaram um pouco mais rígidas.

Ainda neste período, três processos importantes se deram, os quais contribuíram para a consolidação das características atuais do movimento da reforma: a ampliação dos atores sociais envolvidos no processo, a iniciativa de reformulação legislativa e o surgimento de experiências institucionais bem-sucedidas na arquitetura de um novo tipo de cuidado em saúde mental (TENÓRIO, 2002).

Quanto à incorporação de novos protagonistas, o então já denominado Movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira teve como ponto de virada dois eventos do ano de 1987, a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o posterior II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. A I Conferência representa, portanto, o fim da trajetória sanitarista, de transformar apenas o sistema de saúde, e o início da trajetória de desconstruir no cotidiano das instituições e da sociedade as formas arraigadas de lidar com a loucura [a chamada desinstitucionalização] (p.35).

Em 1989 foi proposto o projeto de lei: 3.657, lei da Reforma Psiquiátrica, que, como já apontado no início do texto, somente foi aprovado, depois de passar por algumas modificações em abril de 2001; a lei: 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Antes mesmo da implementação desta lei, outras portarias haviam sido aprovadas, já deliberando alguns aparelhos substitutivos, entre outras ações. O período de 1987 a 2001, segundo o que foi possível extrair no trabalho de registro desta história, realizado por Fernando Tenório, marca, finalmente, o processo de questionamento da própria estrutura de cuidado, a qual passa a ganhar outra abordagem. A partir disso, seria preciso, mais do que aperfeiçoar as instituições tradicionais; criar novos dispositivos e novas tecnologias de cuidado. Ou seja, deste movimento, surgiu a necessidade de se substituir “uma psiquiatria centrada no hospital por uma psiquiatria sustentada em dispositivos diversificados, abertos e

de natureza comunitária ou “territorial”, esta é a tarefa da reforma psiquiátrica” (TENÓRIO, 2002, p.35).

Essas conquistas legais só se efetivaram porque, concomitante a elas, havia mudanças na concepção e no trato com a loucura. Antes da Reforma Psiquiátrica, mobilizações fora e dentro do Brasil foram se delineando numa direção de diferenciação ao que estava preestabelecido como maneiras de lidar e olhar para a loucura. O Movimento das Comunidades Terapêuticas e da Psiquiatria Comunitária, apesar de não se apresentarem como mudanças paradigmáticas, trouxeram em seus discursos a questão da liberdade. Estes trabalhavam com a ideia de prevenção e diagnóstico precoce da loucura, para se evitar maiores males e mesmo evitar o sofrimento mental. Foi a Psiquiatria Comunitária que trouxe um primeiro conceito de saúde mental no lugar de doença mental. Entretanto, este ainda vinha com um tom adaptativo, uma vez que a noção de saúde mental, aqui, estava identificada à boa adaptação ao grupo social. Hoje em dia, a expressão ‘saúde mental’ ocupa um lugar estratégico no discurso da reforma, relacionando-se a dois aspectos: denota um afastamento da figura médica da doença, que não leva em consideração os aspectos ligados à existência concreta do sujeito assistido; e serve para demarcar um campo de práticas e saberes que não se restringem à medicina e aos saberes psicológicos tradicionais (TENÓRIO, 2002).

Ainda no curso do processo da Reforma Psiquiátrica, há uma torção na noção de comunidade. Quando, hoje, é proposto um tratamento que mantenha o paciente na comunidade e faça disso um recurso terapêutico, acredita-se que é possível ao louco, tal como ele é, habitar o social (e não o asilo de reclusão). Essa proposição, ao contrário de normalizar o social, põe-se a fazer da rede social de suporte um instrumento de acolhimento da diferença. Faz-se importante marcar que, muitos militantes, no lugar de comunidade apostam no termo território³³.

Todas essas transformações configuram o processo de desinstitucionalização. Ou seja, de rompimento com as formas de trato com a loucura que se instituíram de maneira cristalizada; as quais, por seu próprio funcionamento enclausurador, reforçavam o emparedamento das vidas a que se destinavam ‘esses modos de cuidado’. A forma de ‘cuidado’ manicomial, ao invés de produzir saúde, produzia mais doença.

Segundo Canguilhem (2011) um organismo é saudável em relação a sua capacidade normativa. Ou seja, é saudável na medida em que puder, no encontro com o ambiente (físico e

³³Um território não se limita a circunscrição de um bairro. Trabalhar com o território é também trabalhar com as forças produtoras de subjetividade que atravessam os processos formativos dos usuários.

afetivo) que o entorna, produzir mais articulações e, assim, reinventar-se. Por essa perspectiva, a saúde não se define a partir de certo padrão de normalidade. O modelo manicomial com suas práticas normalizadoras tinha como efeito a redução da capacidade normativa dos sujeitos. Primeiro, porque encurtava a variedade dos espaços³⁴ que esses podiam circular (os sujeitos permaneciam a maior parte do tempo, se não todo tempo, dentro do ambiente hospitalar), e também porque agia de maneira a contê-los. Conter é diferente de contornar. As medidas tomadas pelo modelo manicomial davam-se de forma a reter as passagens, na tentativa de “domar” o que poderia romper com certa ordem estabelecida – no caso em questão, a racional. Essas medidas resultavam no amortecimento daquelas vidas.

A loucura é o outro que nos avisa sobre o extra do modo de organização racionalista, que segundo certa tradição, seria o caos indiferenciado, mas que, inspirando-se em Canguilhem (2011), pode dizer de um convite a dimensão criativa da vida. Um convite a acolher os processos de diferenciação – e estes não precisam ser condenados às linhas de abolição³⁵, podem ser cuidados; não necessariamente precisam ser contidos (de fora para dentro), mas, podem, a partir de uma estratégia de acompanhamento lado a lado, transformar-se em contornos de uma vida.

É disso que vai se tratar o processo de desinstitucionalização a que o movimento da Reforma Psiquiátrica se propõe. Para cuidar dos desafios propostos no lema da I Conferência de Saúde Mental: “Por uma Sociedade sem Manicômios”, vai-se procurando construir um novo horizonte de ação que abrange:

(...) não apenas as macrorreformas, mas a preocupação com o “ato de saúde”, que envolve profissional e cliente; não apenas as instituições psiquiátricas, mas a cultura, o cotidiano, as mentalidades. E incorpora novos aliados: entre eles, os usuários e seus familiares, que, seja na relação direta com os cuidadores, seja através de suas organizações, passam a ser verdadeiros agentes críticos e impulsionadores do processo.

(...) A ação na cultura passa a ocupar um lugar estratégico no agora denominado Movimento da Luta Antimanicomial: trata-se de chamar a sociedade para discutir e reconstruir sua relação com o louco e com a loucura. A participação dos agora chamados “usuários” dos serviços de saúde mental (em lugar de ‘pacientes’) e de seus familiares nas discussões, encontros e

³⁴Espaços físicos, mas também os espaços construídos por meio dos vínculos.

³⁵No pensamento de Deleuze e Guattari, a linha de abolição “designa o momento em que o desejo enfrenta sua repressão em condições desesperadas e acha na destruição dos outros e de si “o único objeto” que lhe resta quando “perdeu sua potência de se mover”” (ZOURABICHVILI, 2004, p.34).

conferências passa a ser uma característica marcante do processo (TENÓRIO, 2002, p.35).

A desinstitucionalização, assim, transborda a desospitalização. É um movimento que se propõe derrubar muros nas esferas macro e micro; que se propõe como uma intervenção que vai dos muros dos hospitais aos próprios muros da: infantilização, hierarquização, estigmatização, etc. Como proposta de desconstrução, pressupõe,

(...) segundo Amarante (1998, p. 49), “uma ruptura radical com o saber/prática psiquiátrica [...] operada tanto em relação à Psiquiatria tradicional (o dispositivo da alienação), quanto em relação à nova psiquiatria [preventivista] (o dispositivo de saúde mental)”. Trata-se de um projeto de desconstrução de saberes/práticas/discursos comprometidos com uma objetivação da loucura e sua redução à doença (GODOY & BOSI, 2007, p.293).

A concepção de desinstitucionalização, desenvolvida por Franco Baságlio, serviu de inspiração ao movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira que pretende desconstruir a exclusão e a lógica manicomial concreta e simbólica que pauta não apenas os dispositivos psiquiátricos, mas atravessa também as relações sociais e culturais com a loucura (GODOY & BOSI, 2007).

Maria Gabriela Curubeto Godoy e Maria Lúcia Magalhães Bosi (2007) propuseram-se a pensar a questão da alteridade no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, a partir do pensamento de Emmanuel Levinas, e o fizeram em relação ao conceito de desinstitucionalização como desconstrução. O filósofo francês localiza a ética pela alteridade. Considerando o Outro a exterioridade, uma alteridade sempre outra, que não pode ser absorvida, reduzida, totalizada, interiorizada, representada pelo “mesmo”, Levinas dirá que a “responsabilidade” pelo Outro é ilimitada, absoluta e ultrapassa a própria liberdade do mim-mesmo.

O processo de desinstitucionalização como desconstrução visa romper com as práticas totalizadoras e para isso, seguindo a perspectiva levinisiana, faz-se necessário acolher a loucura como este “Outro” irredutível a formas pré-estabelecidas. Ou seja, é preciso acolher o louco como uma estrangeiridade infinita. Assim, estar-se-á mais próximo de um trato ético com a loucura, na medida em que, estando diante do Outro, busca-se um exercício de encontro e conversa no lugar de uma tentativa de disciplinamento adaptativo.

O trato adaptativo é excludente, emparedante. O discurso pela não-exclusão admite a abertura para o Outro impresso na loucura, a partir da consideração de sua diferença, que não pode ser suprimida.

A loucura representa o Outro, estranho, não-familiar, que se apresenta ao mim-mesmo na sua interioridade, e se projeta e exterioriza no Outro louco, rejeitado, segregado, abandonado. A inclusão da loucura significa não apenas criar um lugar para o não-lugar do Outro fora de mim, mas também encontrar um lugar para o Outro interior ao mim-mesmo. Neste sentido, manter a alteridade implicaria não absorver ou reduzir a diferença, sob o risco de imprimir a “mesmidade” à alteridade. (GODOY & BOSI, 2007, p.297)

Encontra-se aqui com uma proposição radical de inclusão. Uma inclusão que se efetua pelo exercício de abertura à diferença. Uma inclusão que não se constitui por encaixe ou complementariedade, uma vez que não há totalidade possível e, que, ao contrário, só se efetua quando se abre ao desarranjo.

Aqui, então, deparamo-nos com uma dimensão fundamental da derrubada dos muros: a inclusão do “Outro”. Como fazer isso? O que isso implica? Que efeitos a gente consegue traçar a partir disso?

2.6. Derrubaram-se os muros dos hospitais, mas ainda não é o suficiente?

A luta pela derrubada dos muros dos manicômios ainda não acabou. Eles podem não ser tão visíveis e concretos como os dos antigos hospitais psiquiátricos de internação, mas ainda podem existir muito duramente meio às práticas de cuidado. Com o movimento da Reforma Psiquiátrica, vimos muitos muros começarem a ‘ser derrubados’³⁶. Mas, é importante ressaltar que este é um processo que continua e ao qual precisamos estar atentos em nossas práticas cotidianas.

No contexto da Saúde Mental, a medicação ainda é tida como um dos principais artifícios para o tratamento de “transtornos mentais graves” - por exemplo: é comum em muitos municípios do Brasil usuários irem aos serviços somente em dias de consultas médicas, para pegarem novos receituários, etc. Nesse cenário, é possível encontrar discursos/práticas que afirmam o uso de medicação como imprescindível para o tratamento dos usuários de Saúde Mental e as demais estratégias de cuidado secundários em relação à ela – isso entre os trabalhadores da área, mas também entre usuários. Entretanto, não é somente no cotidiano dos serviços de saúde mental que a medicação e as questões em torno dela encontram-se

³⁶Não podemos reduzir a ‘derrubadas dos muros’ como um acontecimento único e libertador. Resistir a esta lógica ‘emparedante’ exige-nos um trabalho de cuidado e atenção contínuos às práticas conservadoras, que não vem de fora, mas são produções desejanter deste modo de subjetivação capitalístico, do qual também fazemos parte.

muito presentes: meio à maquinaria do CMI, medicamentos compõem, cada vez mais, nosso dia a dia.

Como, então, pensar as relações com esta tecnologia de saúde? É possível pensá-las podendo operar segundo a lógica dos muros? Quando aqui fazemos perguntas quanto às relações, é tomando o cuidado de não cair em análises polarizadas, nas quais se levanta bandeiras contra ou a favor do uso de medicamentos. O que pretendemos é analisar agenciamentos, pelos quais se pode haver relações com medicamentos potencializadores ou mortificadores de uma vida. Desse modo, pensar um problema com o uso da medicação é, portanto, problematizar certos modos de se relacionar com ela.

Nessa pesquisa, estamos preocupados em visualizar a partir de quais agenciamentos, por exemplo, a medicação é utilizada como uma camisa de força moderna. Caliman, Passos e Machado (2016) fizeram uma discussão importante acerca dos processos de medicalização e medicamentação da vida, que nos auxiliam a pensar estas relações. Para esses autores, o processo de medicalização está atrelado ao de normalização da vida e ao fortalecimento da racionalidade biomédica, ou seja, aos ‘tipos’ ideais (de corpo, bem-estar, modo de alimentação) que são forjados como obrigatoriedade a ser alcançada.

Para se chegar a estes ‘padrões ideais’, estabelecidos dentro de um contexto produtivista, utiliza-se de diferentes meios, dentre eles: a medicação. Aqui, localiza-se o que os autores conceituaram como processo de medicamentação. Este acontece quando a prescrição de um medicamento passa a ser o foco das ações de cuidado e é vista como a solução mais rápida e mais eficaz para conquistar certo ponto de normalização (CALIMAN, PASSOS, MACHADO, 2016). Isso acontece quando a medicação é utilizada para silenciar delírios, apaziguar corpos, fazer com que as crianças fiquem ‘bem comportadas’, etc. Assim, podemos pensar o uso da medicação operando na *lógica dos muros*, quando essa funciona como uma tecnologia de controle e tipificação.

Um dos fatores que fortalece este controle é que pouco se discute a respeito de medicamentos - seus efeitos orgânicos e sociais - coletivamente, principalmente com os usuários e usuárias. Ainda é comum que a medicação seja um assunto ‘do prescritor’. Isso implica que normalmente as decisões a respeito de doses, tipo de medicação, tempo de tratamento sejam tomadas quase que exclusivamente por ele, sem que os usuários e usuárias possam partilhar suas experiências. Aqui, tem-se uma relação verticalizada, na qual o prescritor decide *sobre* o tratamento de alguém e comunica, o que é diferente se decidir *com* alguém em uma conversa.

No segundo caso, as experiências e saberes dos usuários e usuárias são imprescindíveis na construção do tratamento. No primeiro caso, tanto prescritores, quanto usuários encontram-se em uma posição solitária.

Nesse processo de pesquisa, encontramos-nos com uma *estratégia em movimento*, que se propôs e ainda se propõe tocar nestas relações com o uso de medicamentos, apostando na proposição de um exercício de cuidado, em que a experiência de uso de medicamentos não se emparede em um processo de medicamentação da vida. Agora, a apresentaremos a você.

Eis o arquipélago problemático que compõe o corpo coletivo de nossa ilha. O próximo ponto já começa a contar a história da ilha que descobrimos no início de 2015, a ilha GAM, que tem como proposta norteadora tocar num ponto sensível da Reforma Psiquiátrica, do qual falamos um pouco acima: a medicação.

Capítulo 3. A ilha GAM

No Canadá, início dos anos 90, incomodados pela conjuntura em que a forma de usar os medicamentos nos tratamentos era pouco ou nada criticada, movimentos de militância em Saúde Mental passaram a pensar sobre os diferentes significados que a medicação poderia assumir para cada usuário, bem como, sobre a importância da escuta dos saberes destes acerca de sua experiência de uso medicamentoso. A partir disso, criou-se a Estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), dentro da qual, em 2001, elaborou-se uma ferramenta que auxiliasse os usuários a ‘falarem a respeito da medicação’: o Guia da Gestão Autônoma da Medicação (Guia-GAM)³⁷.

A GAM chega no Brasil em 2009 aliando-se aos princípios que atravessam a Política de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Psiquiátrica. O processo de tradução e adaptação do Guia-GAM envolveu pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trabalhadores e usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Diferentemente do movimento Canadense, que se efetivava de forma independente do aparelho de Estado, no Brasil, esta estratégia se insere em meio às políticas públicas. A aposta está em consonância às proposições que emergem da Reforma Sanitária na década de 80, do séc. XX, que buscou criar condições para a democracia institucional por dentro da máquina de Estado, ou seja, sem necessidade de prescindir do mesmo (PASSOS et al, 2013).

Neste contexto, as concepções de gestão e de autonomia são outras. Como proposta gestonária tem-se a cogestão. Esta noção foi inspirada pela análise institucional francesa e por estudos interventivos da Saúde Coletiva no Brasil. Tendo experimentado trabalhos embasados por uma perspectiva de autogestão pedagógica, Lourau³⁸(1993 apud PASSOS et al, 2013), aponta algumas dificuldades de tal proposta, uma vez que, segundo ele, toda vida cotidiana passaria pela heterogestão e, assim sendo, a derrubada da figura do gestor não seria condição suficiente para abolir o exercício da verticalização do poder. No campo da Saúde Coletiva, pesquisadores³⁹ colocam-se o desafio de pensar uma proposta de gestão que ultrapasse o modelo heterônomo, mas que também não recaia no de autogestão, uma vez que

³⁷É possível ter acesso ao guia-GAM pelo link: http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/guia_da_gestao_autonoma_da_medicao.pdf

³⁸Lourau é um autor do movimento socioanalítico dentro do movimento da Análise Institucional.

³⁹(Onocko, Campos et al, 2012 apud Passos et al, 2013),(Merhy et al, 1997 apud Passos et al, 2013)

identificam riscos neste último, tais como: a privatização dos espaços e serviços públicos, a fragmentação do processo de cuidado, e uma não participação da influência do conjunto de sujeitos sobre a gestão (PASSOS et al, 2013).

Apropriando-se da noção de *poder* proposta por Michel Foucault (1979), na qual o poder não se restringe ao nível macro das estruturas políticas de Estado, mas também se inscreve nas condutas dos indivíduos e grupos, os estudiosos vão apontar para o atravessamento destas relações nos processos de gestão. Uma vez que o poder compõe-se como um entrelaçamento entre ações, direcionador de condutas e ordenador de possibilidades, torna-se necessária a análise constante dessas relações quando se objetiva romper com a cristalização de determinadas configurações de poder que impedem o exercício de liberdade. Daí a importância de se pensar numa prática de gestão que suponha uma forma de concessão feita ao Estado – “concede-se ao Estado ao mesmo tempo que o força a conceder” (Passos et al, 2013, p.28). Abertura a negociações podendo operar novos reposicionamentos.

Dentro de um viés cogestivo, faz-se uma torção na noção habitualmente conhecida de autonomia como independência, autossuficiência, para falar de uma autonomia como produção de vínculos e coletivização. Assim sendo, a autonomia estará referida à pluralidade e qualidade⁴⁰ de vinculações: quanto mais vínculos e redes de relações uma pessoa constrói, mais autônoma ela se torna (KINOSHITA, 1996 apud PASSOS et al, 2013). A partir disso, pode-se pensar em um exercício de liberdade que se faz com os outros que nos entornam e não os retirando de cena. Humanos são seres relacionais, como apontamos ao trazer as discussões de Maturana (2011).

No Brasil, então, a estratégia GAM alia-se aos princípios de cogestão e autonomia. Ao se ter como direção o exercício da cogestão e a construção da autonomia, por meio do cultivo da participação ativa dos usuários de Saúde Mental em seu tratamento, bem como de uma aproximação dos mesmos junto com a equipe do serviço que frequenta e vice-versa, e também com outros organismos de gestão, o trabalho com ‘os guias’ alia-se ao dispositivo grupal.

⁴⁰ No que diz respeito à qualidade, achamos importante pontuar o que se está conceituando como vínculo. Esta é uma noção muito delicada e, se mal compreendida, pode promover dispersão. Quando nesta conceituação de autonomia se fala na pluralidade de vínculos, está-se falando de relações em que o compartilhamento de experiência é possível; de experiências em que se sente que é possível contar e confiar no outro. Esta ressalva nos aparece como importante a partir de uma experiência vivida neste curso de pesquisa, em que muitos usuários procuravam por diferentes médicos e tinham uma lista grande de ‘serviços’ que frequentavam. Entretanto, efetivamente construíram vínculos com pouquíssimos. Era uma andança desesperada por solução que mais gerava dispersão do que contato cuidadoso. A construção dos vínculos é um processo que exige tempo, abertura e negociação.

Lado a lado, pesquisadores, usuários, familiares, profissionais, vivem o desafio de manter a diferença sem hierarquizá-la, para exercitarem a construção de uma autonomia coletiva, que implica

(...) em negociação entre saberes e visões de mundo dos profissionais e de usuários, incluindo a rede de relações que os cerca. É como abertura ao saber singular dos sujeitos, no esburacar dos saberes vigentes, que se constitui o espaço próprio à criação, articulando os diferentes saberes, negociando posições, dividindo responsabilidades e riscos, compartilhando descobertas (PALOMBINI et al, 2008 apud PASSOS, PALOMBINI, ONOCKO, 2013, p.10).

O trabalho com a GAM, então, foi e ainda é realizado em grupo com categorias heterogêneas: usuários, equipe dos serviços de saúde, pesquisadores, etc., que se juntam para CONVERSAR a respeito de questões que atravessam a experiência de uso de medicamentos. Neste contexto, o “Estado” com quem se faz negociações não se restringe à formulação de administração política, mas também a todo e qualquer ‘estado de coisas’ que se estabelece de forma endurecida: isto pode ser um posicionamento, certa forma de organização, privatização dos saberes, etc.

Conversar a respeito das questões que atravessam a experiência de uso de medicamentos é tocar no que ainda foi pouco tocado dentro do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Como vimos, a medicação também pode ser utilizada como uma estratégia de controle, como emparedamento. Para ilustrar, pode-se pensar nas práticas de prescrições abusivas, que medicam excessivamente alguns usuários, ao ponto, desses mal conseguirem exercer pequenas tarefas cotidianas, por estarem dopados. Além disso, é importante trazer o caráter problemático de práticas de automedicação, que podem também surgir como uma forma de emparedamento, por ser uma prática privatista, que reforça a gestão individual e solitária do medicamento. A GAM não aposta na auto-gestão da medicação, ou na automedicação.

Quando a GAM abre um espaço tanto informativo, quanto acolhedor e legitimador da experiência de uso medicamentoso dos usuários, está propondo-se a desconstruir este lugar central e intocável que a medicação ganhou dentro do tratamento em Saúde Mental. Para isso, entretanto, não basta ler e preencher um guia. Esta estratégia nos convoca para o exercício da cogestão e produção de autonomia. O que isso quer dizer? Como exercer a cogestão e qual a relação desta com a autonomia?

Foi este o exercício com o qual nos ocupamos neste tempo de pesquisa. Poucas páginas acima, falávamos a respeito do processo de desinstitucionalização como desconstrução

atrelado à noção de alteridade. Adiantando um pouco algumas de nossas conclusões, pensamos que, o exercício do manejo cogestivo está relacionado com esta abertura fundamental para que o processo de desinstitucionalização se opere: uma abertura ao outro como legítimo Outro.

3.1. O bando com o qual nos encontramos na ilha GAM

Até o momento, tentamos esboçar a problemática a qual estamos enfrentando neste processo de pesquisa – a dos muros. Esta foi sendo trabalhada em diferentes camadas: desde acontecimentos históricos de esfera macro até as práticas cotidianas. Depois fomos localizando este modo de operação dentro do contexto da Saúde Mental, para, então, pensarmos em modos de intervir nessa postura, que, a nosso ver, desfavorece a prática de cuidado, pois, para que esta se faça de maneira fortalecida é importante que haja participação do ‘sujeito em cuidado’; é preciso que haja encontro.

Agora, vamos apresentar um pouco o bando a que nos juntamos e com o qual construímos nossas análises durante este processo de pesquisa, que, no meio da viagem, uniu-se à estratégia GAM. Como já falado anteriormente, esta estratégia veio intervir para o aumento do grau de participação dos usuários dos serviços de saúde mental nas decisões com relação ao seu tratamento, inclusive o medicamentoso. As experimentações com este dispositivo se deram em diferentes estados brasileiros, com usuários adultos e seus familiares. Até 2013, não se tinha experimentado esta estratégia no contexto da Saúde Mental Infanto-Juvenil.

Nesse ano, pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - que compunham o grupo de pesquisa Fractal, interessados nas relações que atravessam o uso do metilfenidato pelo público infanto-juvenil, aproximaram-se da proposta da GAM. A princípio, este trabalho teve seu início⁴¹ junto ao órgão de dispensa medicamentosa do estado do Espírito Santo. Com o tempo e devido a algumas questões que emergiram no encontro com o campo, a pesquisa passa a ser realizada junto ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) de Vitória.

O CAPS é um dos dispositivos substitutivos propostos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira. As primeiras experiências de tratamento em CAPS aconteceram com o público adulto e isto

⁴¹A constituição deste primeiro momento está registrada no trabalho dissertativo de Domitrovic (2014).

se deu antes mesmo da aprovação da lei 10.216 de abril de 2001. É também – e somente - em 2001, na III Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), que as questões relacionadas à infância passam a ser pauta de discussão. Ou seja, 14 anos depois da I CNSM realizada em junho de 1987. Foi através da portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, que veio regulamentar as modalidades e ofertas de CAPS no país, que se institui o CAPSi. Este, entretanto, como nos traz CHAVES (2016), já surge com uma proposta diferenciada dos outros centros, uma vez que, desde sua proposição, tem a intersetorialidade como princípio norteador de suas ações⁴².

Para a efetivação da nova política de saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (Capsi) foram alçados à posição de principal equipamento político responsável pelo desenvolvimento da atenção à população infanto-juvenil, articuladamente a uma rede ampliada de serviços e equipamentos da comunidade (Brasil, 2007). Essa rede inclui não só os recursos sanitários, mas também outros setores como educação, assistência social, esporte e justiça, além de cultura, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outros, evidenciando o forte componente intersetorial presente nas ações e iniciativas da Política de Saúde Mental vigente (REIS et al, 2016, p.117).

A constituição tardia desses dispositivos de cuidado para o público Infanto-Juvenil está relacionada aos próprios discursos/práticas que perpassaram e produziram diferentes relações entre loucura e infância na história. Chaves (2016) generosamente apresenta um pouco desta caminhada aventureira em sua dissertação de mestrado. Em seus apanhados, podemos localizar diferentes modos de relacionar a infância com a loucura. A princípio, não se pode falar da existência da loucura nas crianças, uma vez que esta era vista como um mal que surge na vida adulta, efeito dos desvios que o sujeito fazia nos ‘primeiros tempos’ de sua vida. Neste momento, os olhares sobre a infância eram de vigilância e as práticas em torno desta baseavam-se na tentativa de prevenir desvios que pudessem levar os sujeitos aos males da insanidade.

Foi somente no fim do século XIX e início do século XX, que a criança passou a ser preocupação do campo da psiquiatria e quando, a partir das experiências de médicos e outros estudiosos como: Itard, Seguin, Bourneville, Délcroly, Montessori, Dewey, Piaget, Spitz,

⁴² O princípio de intersetorialidade também compõe as práticas em Saúde Mental com adultos. Entretanto, em relação a como se constroem as intervenções com o público infanto-juvenil, há uma inversão: As práticas de cuidado com adultos tem como uma de suas proposições investir em ações que resultem na intersetorialidade, ao passo que, quando se pensa o trato com crianças já se propõe a o trabalho intersetorial como método primeiro. Ou seja, um trabalho que abarque as problemáticas da infância e da adolescência e que também se constitua de forma a reduzir a dispersão assistencial histórica em torno deste público, precisa, de saída, fazer-se de forma intersetorial. Mais sobre estas diferenciações: Chaves (2016) e Couto (2012).

passou a reconhecer as especificidades do psiquismo infantil e de sofrimentos psíquicos relativos à infância (REIS et al, 2016). Entretanto, os tratamentos destinados à criança normalmente eram pedagógicos e disciplinares, seus sofrimentos e ‘desvios’ não eram tomados como problema que necessitavam de soluções médicas.

O conjunto de contribuições desses pensadores e pesquisadores permitiu à psiquiatria abandonar um ponto de vista estritamente constitucionalista e se voltar a uma compreensão dinâmica da vida psíquica e à consideração do papel do meio ambiente na gênese dos processos mórbidos infanto-juvenis. (REIS et al, 2016, p.113)

(...) nenhuma doença mental surge, neste período da existência, como definitivamente estruturada: a psiquiatria infantil é fundamentalmente diferente da psiquiatria do adulto, tanto no plano diagnóstico, como do tratamento. Esta especificidade tem se afirmado no curso dos últimos anos em todos os países. (DUCHÉ apud REIS et al, 2016, p.114).

Falar de uma aposta no trabalho intersetorial dentro do campo da Saúde Mental Infanto-Juvenil envolve pensar as articulações entre os diferentes setores envolvidos historicamente no cuidado da criança e do adolescente (CHAVES, 2016), mas também, se ampliamos e afinamos esta noção, abarcando a rede tecida cotidianamente dentro do serviço e no território, vimos ser necessário cuidar das articulações com profissionais de diferentes áreas, familiares ou outros responsáveis e, claro, com as próprias crianças.

É comum, quando se trabalha com crianças e adolescentes, que se “envolva”⁴³ a família⁴⁴ destes no tratamento. Uma das razões disso está ligada a questões legais, já que, no Brasil, uma pessoa não é considerada responsável por si mesma até os 18 anos, ou com 16 mediante documento de emancipação; outra, por sua vez, tem relação com a maneira de se conceber o cuidado. Dentro do movimento da Reforma Psiquiátrica se aposta no cultivo de um cuidado que se faz em rede – isto se refere ao público adulto e/ou infanto-juvenil. Pensar uma prática de cuidado em rede fundamenta-se no próprio processo constitutivo da vida. Nas práticas de cuidado em torno da infância, a necessidade de um cuidado em rede torna-se ainda mais evidente.

⁴³Aqui a palavra envolva está em aspas, pois, com o andamento da pesquisa, vimos que a qualidade deste envolvimento tem se mostrado um ponto problemático de complexa solução. Como tem se dado este envolvimento dos familiares com os serviços? Como tem se constituído as relações dos serviços com os familiares? Nós abriremos mais esse ponto abaixo.

⁴⁴ A terminologia família aqui não se restringe ao tradicional modelo ‘estruturado’ burguês, hétero e nuclear. Neste trabalho, quando usarmos esta palavra, estaremos abrangendo modelos variados de família. Uma noção de família que está mais atenta e interessada as questões de vinculação do que de modelo.

Trazer o tema da maioridade não é um mero detalhe burocrático. Isto que foi inscrito na lei é efeito de produções subjetivas que se fazem em diferentes níveis da vida. Que sentidos atravessam, por exemplo, a afirmativa de que somente se responde por si aos 18 anos? Antes disso, quem responde? Em meio a esta assertiva pode-se pinçar discursos e práticas que foram constituindo “a infância” e as relações com este período no contexto de emergência do capitalismo social burguês. Também é possível destacar certa noção de desenvolvimento evolutivo construída pela psicologia, norteadora da constituição de leis e práticas protetivas em relação à infância.

Pelos estudos de Ariès (1978), pôde-se aprender que diferentes formas de se relacionar com as crianças foram forjadas na história. A criança como centro dos olhares e de vigilância da família emerge com a organização da família nuclear no fim do século XVIII (FOUCAULT, 2001), a qual vai se constituindo com o intuito de prevenir a prática masturbatória – concebida como causadora de possíveis desvios irreversíveis para a vida adulta (dentre eles, como vimos, está a loucura). Neste momento, era necessário que esta família, juntamente com o Estado e seus estabelecimentos educacionais, cuidasse para que seus filhos pudessem se tornar futuros ‘bons trabalhadores’. A partir disso, forjou-se um cuidado tutelar sobre a infância: período delicado e ‘decisivo’ do desenvolvimento de um futuro adulto produtivo. Aqui destacamos um olhar para a criança como um alguém que ainda será. Um olhar preocupado para frente, para um estágio de desenvolvimento superior que se espera chegar.

No século XX, com a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959, a criança passa a ser reconhecida como um sujeito de direitos. No Brasil, com a constituição de 1988 e depois, em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os direitos de proteção integral das crianças e adolescentes tornam-se um dever compartilhado do Estado, com familiares e comunidade (REIS et al, 2016).

A partir desse momento, apesar da criança e do adolescente serem considerados, por lei, sujeitos de direitos, há a peculiaridade de eles serem *sujeito de direitos que devem ser protegidos*. Facilmente pode-se, pelo discurso da proteção, recair em práticas tutelares. É um desafio importante nos disponibilizarmos a pensar um trabalho com crianças que leve em consideração a proteção e o reconhecimento das mesmas como sujeitos de direitos, pois esse nos coloca a enfrentar o problema: como cuidar sem infantilizar? Porém, a existência de um

sujeito de direitos, apesar de estar escrita na lei, não está garantida por ela, vai depender de exercício e luta, não de UM SUJEITO, mas de um coletivo.

O ponto que se pretende trazer com essas questões é que, historicamente, a criança e o adolescente foram colocados no lugar daqueles sobre os quais se deve exercer o cuidado, visto que estes ainda estão se ‘desenvolvendo’ e se encontram em uma posição de maior ‘vulnerabilidade’. Uma conquista relevante, mas que em muitas práticas se atualizou de maneira a silenciar as crianças e adolescentes, pela crença de que estes são incapazes de falar ou responder sobre si, uma vez que não ‘estão prontos’. Ao fazer referência às crianças e adolescentes com uma marca diagnóstica, esse lugar de incapacidade pode ser ainda mais agravado por todos os estigmas colocados neles. Então, quem responde? Um ‘outro inteiro’? Aqui mora o perigo da infantilização da infância, numa maneira de cuidar que se faz “sobre”.

Quando se é proposto um trabalho intersetorial e em rede é necessário estar atento a esta emboscada, pois, em muitos momentos, o que se tem são profissionais, familiares, professores, gestores, etc., ‘respondendo’ e ‘tratando’ à revelia do público infanto-juvenil. Como, assim, investir num modo de trabalho intersetorial e em rede (nas esferas macro e micro) levando em consideração que as próprias crianças e adolescentes são parte indispensável desta e precisam ser escutadas, de forma legitimada, suas experiências?

Enfim, passamos por todos estes pontos e questões para apresentarmos *o bando* com o qual estivemos juntos nesse tempo de pesquisa. Insistimos em abrir espaço para as problematizações trazidas anteriormente, porque todas elas atravessaram nosso campo, que não é somente um lugar onde fomos realizar a pesquisa, mas uma malha problemática. Então, no início deste ponto, contávamos sobre os caminhos da Estratégia GAM no Estado do Espírito Santo, que se inseriu no campo da saúde mental infanto-juvenil com todas as suas problemáticas.

Experimentando certa direção da prática de cuidado com crianças e adolescentes, o Fractal iniciou em 2014 um Grupo de Intervenção com Familiares (GIF) de crianças, que, em suas histórias, experimentaram questões em relação ao uso de psicofármacos⁴⁵. Este grupo era

⁴⁵ No trabalho dos pesquisadores da UFES, havia inicialmente um interesse pela experiência com o metilfenidato, mas isso foi se ampliando, já que, ao ir para o serviço de saúde em que se faziam os grupos, encontrou-se com o fato de que, no Projeto Terapêutico Singular (PTS) das crianças, o metilfenidato aparecia como mais uma dentre outras medicações utilizadas; ou mesmo deparou-se com PTS's de crianças que não utilizavam medicação, mas que mesmo assim viviam questões relacionadas à medicação: ou porque estavam

formado por pesquisadores da UFES, profissionais do CAPSi de Vitória e familiares (na maioria, mães e avós⁴⁶) de usuários do serviço e tinha como desafio primeiro um exercício de acesso à experiência infantil em relação aos medicamentos.

A aposta no trabalho com os familiares no acesso à experiência infantil com relação ao uso de medicamentos, era, de início, provocar uma aproximação destes à experiência de seus ‘filhos’⁴⁷. Ou seja, eles eram convidados a não somente responder pelas crianças, mas a deslocar seus pontos de vista. Para isso, usou-se uma estratégia de manejo onde era solicitado que os familiares tentassem responder as perguntas do Guia-GAM procurando pensar na maneira como seus filhos responderiam. Isto gerou outros movimentos, tais como: os familiares irem perguntar diretamente para as crianças; se surpreenderem com as respostas inesperadas delas; de irem percebendo que há certas questões que são impossíveis de se responder por elas, etc.

Outra aposta que foi se desenhando no trabalho com os familiares constituiu-se em construir um saber conjunto. O grupo de pesquisa Fractal tinha como ação norteadora a ‘tradução’ do guia-GAM do usuário adulto para o público infanto-juvenil. Nos encontros com os familiares, na medida em que se conversava sobre as questões do guia pensando o acesso à experiência infantil, foi-se indagando aos participantes como as perguntas do guia poderiam ser feitas para seus filhos, por exemplo: um dia pensou-se que ao invés de perguntar para as crianças acerca do trabalho, por que não perguntar sobre a escola, já que este estabelecimento, com o universo que ele traz, era muito presente na vida delas. Aos poucos, os saberes dos familiares foram se tornando cada vez mais relevantes para também ajudar nesse processo de elaboração de um guia-GAM infanto-juvenil. Afinal, são eles que estão na lida cotidiana com seus filhos e, além disso, normalmente ocupam o lugar de gestão dos medicamentos da criança: eles são quem se atentam para os horários, identificação dos medicamentos, etc.

Além da participação no processo de construção desse instrumento, foi-se percebendo a importância de se exercitar uma prática de gestão compartilhada do medicamento, e mais, do cuidado. Do mesmo modo como o grupo de pesquisa perguntava-se sobre como cuidar levando em consideração a participação infantil, surgiu o interesse de saber como seria para

prestes a começar a usar, porque havia situações em que a escola requeria a medicação como condição da permanência da criança na escola, etc. Ou seja, ampliou-se o sentido no que tange às questões relacionadas à experiência com a medicação, as quais não se restringem necessariamente ao uso.

⁴⁶ Tiveram poucos encontros do grupo em que tivemos participação de pais de usuários.

⁴⁷ As vezes eram netos.

os ‘pais’ pensarem a participação da criança neste processo. Que desafios isso coloca? Como mexe com nossas expectativas entorno do ‘ser criança’, do ‘ser criança com diagnóstico’?

O lugar do familiar quando se pensa o tratamento de crianças e adolescentes é delicado. O próprio grupo de pesquisa viu-se questionando, em diferentes momentos, os motivos de estar investindo em um trabalho com familiares quando o que objetivava era acessar a experiência infantil. Por que trabalhar com os familiares? Esta questão acompanhou o processo do grupo, que, apesar de seguir uma direção de cuidado em saúde mental infanto-juvenil, emergente do movimento da Reforma Psiquiátrica, a qual preconiza um trabalho que se constitua, de saída, de modo intersetorial com a rede mínima (familiares, vizinhança, abrigo, etc.) e a ampliada, não a tomava como dada.

A família é quem leva e traz. Quem, em muitos momentos, é culpabilizada pelo ‘fracasso’ da criança. É quem ocupa a sala de espera. É quem está na lida cotidiana com seus filhos. Como pensar um trabalho com as famílias que abarque mais do que somente uma modalidade de orientação ou questionamento? Com o correr do grupo, fomos percebendo que um trabalho de acompanhamento aproximado e com uma direção de gestão compartilhada com os familiares e/ou outros responsáveis é imprescindível quando se pensa o cuidado no campo da saúde mental infanto-juvenil. Isso porque também eles, como pudemos compreender, nos encontros com o grupo, precisam de acolhimento e escuta. Perguntávamos: o familiar também é um usuário do serviço? Que lugar ele ocupa nesta rede?

Uma das queixas dos familiares do grupo era com relação a sentirem dificuldade de serem escutados nos seus saberes em relação aos seus filhos, em suas ideias com relação ao tratamento e à organização do serviço, mesmo nos espaços destinados ao exercício cogestivo, como as assembleias. Falavam também sobre o desconforto de ficarem somente na sala de espera sem saber muito bem o que suas crianças faziam nos espaços destinados ao tratamento, etc. Em contrapartida, os trabalhadores do CAPSi também se queixavam da distância dos familiares, da dificuldade em se estabelecer uma aliança na efetuação do tratamento. Em alguns momentos, chegavam até a afirmar que os familiares estavam lá procurando somente por medicamentos ou laudos, que não compreendiam as direções que o serviço apostava.

Havia certa distância e desconfiança entre familiares e/ou responsáveis e o serviço. Um dos efeitos do grupo-GAM foi possibilitar, a partir de muita conversa, tensionamento e sustentação coletiva, que esta distância se diluísse em proximidade. O grupo de pesquisa tinha

como prática de construção de registro e devolutiva a produção de narrativas⁴⁸, as quais eram lidas e discutidas com os participantes do grupo-GAM e também eram compartilhadas com os trabalhadores nas reuniões de equipe. Isso permitia tanto um reencontro dos familiares com questões trazidas por eles e, também, que as discussões realizadas chegassem a outros lugares.⁴⁹ A circulação das narrativas permitiu que as questões dos familiares chegassem até o restante do serviço. Além disso, durante o tempo em que, nós pesquisadores, ficamos no grupo-GAM, foi possível acompanhar diferentes movimentos do próprio CAPSi que buscavam repensar os espaços de assembleia, os processos de devolutiva, etc.

Essa problemática do desafio de construção de um trabalho com familiares e/ou responsáveis, não é uma questão que toca somente o CAPSi. A nosso ver, também fala acerca de um processo que ainda se pergunta dos motivos de se efetuar um trabalho com os familiares, bem como qual o lugar destes no contexto da saúde mental infanto-juvenil. Fazer um trabalho de cuidado que envolva familiares e/ou outros responsáveis, apesar de ser preconizado, não é óbvio.

Se voltarmos alguns parágrafos acima, veremos que à família, por muitos anos, coube o lugar de vigilância das crianças e de culpabilização pelos males das mesmas, uma vez que, se algo havia saído dos eixos, era por desleixo da família que não cuidou direito, não guardou direito. Então, para pensar uma prática de cuidado compartilhada com estes atores é preciso repensar esses lugares estigmatizados. É também necessário legitimar outro lugar para eles, neste caso, como mais um ponto da rede, um ponto com o qual é preciso conversar e o qual também precisa de cuidado.

O grupo-GAM com familiares no CAPSi de Vitória já acontecia por dois anos quando entrei para compor com o manejo. Durante esse tempo, diferentes pessoas fizeram parte deste grupo. Dentre os trabalhadores do serviço, já houve participações de uma psicóloga, assistente social, enfermeira, psiquiatra, pediatra e educador físico. Essas foram se dando em tempos diferentes. Quando entrei, contávamos com a participação da médica pediatra e de uma enfermeira, que depois precisou sair do grupo, mas convidou o educador físico para participar. Diferentes pesquisadores, professoras, mestrandos e estudantes da graduação, também fizeram parte desta composição. Também houve muitos familiares passando por lá. Alguns foram uma

⁴⁸ Estas eram produzidas a partir dos registros, nossas ‘memórias intensivas’, das discussões que emergiam no grupo-GAM.

⁴⁹ As reuniões de equipe eram mais um desses lugares. Os familiares chegaram a levar algumas narrativas para as escolas como instrumento de apoio e fortalecimento das negociações e também a médicos que acompanhavam as crianças fora do CAPSi. Tivemos muitos usos interessantes desta ferramenta.

única vez, outros meses, e temos algumas mães e avós que permaneceram no grupo desde o início. Isso porque o grupo optou por manter uma configuração aberta.

Foi laborioso cultivar o exercício do manejo cogestivo com a direção de construção de autonomia neste grupo. Lançamos mão de muitas estratégias e insistência para isso. Eu que, no início do processo de pesquisa, interessava-me por compreender melhor a importância do ‘acolhimento do estrangeiro’⁵⁰, fui me encontrando com fios da questão que me indagava nesse exercício de cogestão.

No início de 2015, senti pela primeira vez o vento tocar no meu rosto, convidando a conhecer esta ilha GAM com seu bando capixaba. Mas somente em outubro do mesmo ano que minha embarcação precária atracou nas proximidades daquela ilha e que as solas de meus pés sentiram o fresquinho daquele chão de praia ainda molhado pela água do mar. Com este bando, vivi encontros semanais - às quintas-feiras a tarde – durante um ano. Eis um trecho de um relato acerca do momento de nossa chegada na ilha-GAM.

Hoje era para ser mais uma quinta pela manhã. Estávamos no processo de analisar memórias feitas de alguns encontros com as mães-avós dos meninos usuários do CAPSi, trabalhadores do serviço e pesquisadores, com o intuito de produzir uma narrativa que seria validada tanto com os participantes do grupo, como pelo restante da equipe do serviço na reunião continuada de segunda de manhã - essa era uma estratégia nossa [do grupo de pesquisa] de também fazer ressoar para fora do grupo com familiares, profissionais e pesquisadores as questões analisadoras que emergiam das conversas⁵¹. Neste dia, enquanto selecionávamos as questões analisadoras, fui me dando conta de que este grupo seria um espaço interessante para pensar os desassossegos apontados no primeiro projeto, e ainda viver outros. Não era o contexto escolar, mas estávamos ali a conversar com pessoas (profissionais e mães-avós) que acompanham crianças atravessadas por estas marcas de marginalidade, estranheza, minoria, as quais passavam também por muitas experiências de exclusão, rechaço, silenciamento. Além disso, contávamos com experiências de crianças sendo parceiras umas das outras e também dos adultos neste exercício de cuidado. Fui me dando conta de que minha proposta inicial não se desenhava por um afeto necessariamente com a escola, mas com certo exercício de ‘existir junto’, de ‘cuidar junto’!

⁵⁰Esta expressão compunha parte do título do projeto que entregamos no processo seletivo para o mestrado.

⁵¹Quando falamos aqui em questões analisadoras, estamos nos remetendo ao conceito de “analisador” da análise institucional. A partir do qual, a produção de análise se descola da figura de um analista e vai ser remetida a um processo disruptivo que coloca em questão o que estava dado: esse pode ser uma fala, uma situação, etc.

*“a máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia. (...)”*

Há nos caminhos deste trabalho o interesse de olhar para as práticas de cuidado levando em consideração a importância da “inclusão do ‘outro’” e, assim, colocamo-nos uma tarefa de ir pensando certa política inclusiva, não necessariamente a de Estado, mas uma que também se dá no cotidiano. Dentro da Estratégia GAM, esta questão parece se efetivar a partir da proposição de uma direção cogestiva do trabalho. Então, como seria pensar uma prática de cuidado dentro de uma direção cogestiva? Que implicações e desafios estão postos neste exercício? Em que este modo se diferencia dos outros?

Assim sendo, nossa exploração nessa ilha visou cartografar as posições muro no que tange à Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil em sua relação com outras políticas: educacionais, jurídicas; e as que surgiram no grupo GAM (entre trabalhadores e familiares-usuários, familiares e crianças, familiares-usuários e serviço, familiares e escola, escola com serviço, escola com crianças, pesquisadores com o serviço, com as crianças, com familiares, etc.). Nas páginas seguintes, buscaremos, a partir deste exercício de cogestão em sua dimensão de ‘conversa’, elucidar possíveis exercícios de dissolução de modos de operação muro. A partir disso, apresentaremos a construção de um outro *êthos* de cuidado ‘via inclusão’: o *êthos* da conversa.

3.2. Vozes ecoando em nossas rodas de conversa semanais: experiências com os muros

Durante o tempo em que habitei esta ilha GAM sentava todas as semanas em roda com o bando constituído em sua maioria por mulheres e crianças⁵² no CAPSi de Vitória. Esse era o momento em que construíamos nossa língua do meio pela prática da conversação. Muitas dessas vozes traziam consigo dores, cansaços e lutas aos diversos modos como a lógica dos muros operava-se em suas vidas. Via infantilização, culpabilização, normalização, etc. Vozes que gostaríamos de fazer ecoar aqui.

⁵²As crianças não estavam presentes fisicamente no grupo todas as semanas. Algumas vezes, participaram crianças e adolescentes usuários do serviço que não eram os filhos dos familiares-usuários que compunham o grupo. Outras, os filhos usuários do serviço entravam na roda e, além disso, já chegamos a contar com a participação de algumas crianças e adolescentes “irmãos” dos usuários do CAPSi. Elas iam e vinham. O grupo estava aberto para a participação delas. Além disso, mesmo quando não estavam lá fisicamente, faziam-se presentes pelas falas dos familiares-usuários.

“Aquele olhar de julgamento que não olha. Aí nós precisamos ir armados para o campo de batalha.” “Antes o meu filho fazia bagunça e a culpa era minha, depois que consegui o laudo a escola começou a me tratar diferente. Já falei com a escola que meus filhos não são os únicos que brigam, mas eles só chamam a mim. Quantas vezes meus meninos chegaram machucados em casa e ninguém falou nada, ninguém ligou para os outros pais para ir buscar o filho”. “Mãe, você me daria dinheiro para eu pagar um menino da escola para ser meu amigo”? “Tem um jeito de chegar nele, não dá para ir se impondo, atropelando. Tem que ir chegando devagar, fazendo amizade”. “Essa semana me ligaram lá da escola dizendo que eu tinha que ficar à disposição para ir buscar Ariel porque eles não tinham quem ficar com ele e não sabiam como cuidar dele”. “Os homens do conselho tutelar entraram lá em casa para ver se a minha casa era um bom lugar para o meu neto morar. Eu tô doente, mas eu cuido do meu neto. Mesmo depois do AVC, eu me cuidei e levo ele para APAE, trago para cá. Vocês veem como eu ando devagar, dói o meu corpo”. “Às vezes a gente precisa brigar com todo mundo por causa de nossos filhos, com marido, pedagoga. Eles não entendem, acham que a gente não faz o suficiente”. “A equipe pensa que a gente só quer dar remédio, que a gente busca a resposta mais fácil, mas o negócio é que a gente não sabe o que fazer e queremos o melhor para os nossos filhos e ninguém explica porque dá ou não remédio”. “Descobri que o médico do meu filho está dando duas medicações que podem, juntas, ter reações perigosas para a saúde dele. Fui perguntar e o médico não me esclareceu nada, perguntou se eu queria um laudo para ir brigar no Ministério Público para que o governo libere os dois fármacos. Eu não quero saber só se governo vai liberar ou não, mas se essa mistura vai prejudicar o meu filho”. “ Tem horas que vocês não confiam no serviço, vão em um monte de outros médicos. Vocês precisam confiar no serviço, dar mais tempo para ver o trabalho. Desse jeito, está tudo fragmentado e a gente não consegue acompanhar nada direito”! “Ele não tem maturidade para essas coisas, se alguém fizer, ele vai copiar. Se ele ficar perto desses meninos do tráfico, pode ser mal influenciado, ele não tem malícia”. “Teve um tempo que eu não estava bem e deixei meus dois filhos se virarem mais sozinhos com os afazeres da escola. Meu pai tinha morrido e logo depois perdi a minha sogra. Desta vez foi assim, eu não estava bem. Aí vocês precisam ver o relatório que escreveram para a Doutora. Só falou coisa ruim de mim, das minhas negligências como mãe. Nunca disseram da minha luta de sempre estar com eles perguntando dos planejamentos pedagógicos para o meu filho, perguntando sobre os motivos de todos terem recebido o livro didático e ele não,...” “Estamos cansados de ficar

*tendo que cavar conversa. A gente luta porque não quer ver as outras mães passarem pelas mesmas coisas que a gente...*⁵³

3.3. Ressonâncias dos ecos

Nas páginas anteriores, buscamos fundamentar o que chamamos de *modo de operação muro*. Trazendo à cena o contexto de sua produção, os lugares e práticas em que esses modos/posturas atualizam-se no campo da Saúde Mental e seus ecos no grupo GAM composto por familiares-usuários, trabalhadores e pesquisadores da UFES (que também, algumas vezes, contava com a participação de crianças e adolescentes). Um de seus principais efeitos tem relação com o que dissemos em uma das primeiras frases deste capítulo: emparedamento de uma vida. Outro efeito também deste modo de operação – um efeito que também é o próprio modo como esta lógica é operada, é o distanciamento entre uma vida e outra. Um distanciamento que se expressa paradoxalmente pela destituição das margens e erguimento de muros. Esta destituição decorre dos processos de massificação, standardização, que visam planificar e capturar tudo o que pode escapar ao controle dos “aparelhos de Estado”, tudo aquilo que pode trazer à cena a Máquina de Guerra, a Máquina do Mundo, a pura exterioridade com sua potência criativa.

No tocante às práticas de cuidado no contexto do grupo GAM-famíliares, pudemos encontrar muros sutis que se ergueram nas relações cotidianas: dentro dos consultórios, no grupo, nos contatos com a escola, com o serviço (no caso do grupo em questão: equipe do CAPSi), no trato dos familiares com as crianças, e dos profissionais com as crianças. Eles se atualizaram em posturas judicativas, infantilizadoras, tutelares, culpabilizadoras, normalizadoras, às quais se constituem a partir de um fechamento à diferença.

Um olhar de julgamento que não olha. Um escutar carregado de preconceções que não escuta. Muitas vezes, essa frase foi falada nos grupos de intervenção, quando eram descritos encontros nos quais os participantes (familiares, trabalhadores e mesmo pesquisadores) não se sentiam acolhidos em suas problemáticas. Um olhar que olha o que quer, o que supostamente deveria ser, mas que não consegue ver o que se passa. Daí surgiam as moralizações e reducionismos que aumentavam a distância entre: equipe-usuário criança, equipe-usuário

⁵³ Esses ecos de vozes emergem dos exercícios de conversa do grupo.

família, escola-família, escola-equipe, usuário família-usuário criança ou adolescente, usuário família do CAPSi-usuário família CAPSAdi⁵⁴, equipe-equipe, pesquisador-família, pesquisador-equipe.

As relações com a escola eram uma das mais trazidas, tanto pelos usuários, quanto pelo serviço. *“A escola disse que ele só volta para lá se tiver medicado”. “Eles dizem que na verdade o problema do meu filho é que eu não dou limite para ele”. “O CAPSi organiza visitas nas escolas, mas o encontro é difícil. Eles querem uma solução e dizem que o CAPSi não soluciona”*. Era delicado construir uma relação não bélica com este estabelecimento e com as instituições que o atravessavam. Havia uma polarização e um “encaminhamento da responsabilidade”: ou o problema era da escola, ou dos familiares, ou do serviço. De quem é a culpa? Quem não está fazendo o seu trabalho? Com essas investigações acerca de quem estava causando o mal ficava quase impossível a construção de um cuidado corresponsabilizado. *“Tem horas que a gente não sabe o que fazer, eles também não. Então, como fica?”* Muitas das discussões no grupo, no que tange à educação, também se constituíam em trazer aspectos que compunham este desafio: as problemáticas com relação à educação inclusiva, à precarização do trabalho do professor, etc. Houve até uma movimentação do próprio grupo de tentar construir algumas maneiras de produzir conversas: escrevemos cartas para a escola⁵⁵ e depois fomos fazer parte de um espaço de conversa com gestores da equipe de educação do município de Vitória. Isso porque fomos compreendendo que era preciso ir avançando esta polarização, apostando no cultivo de outra forma de se encontrar mais aproximada do processo, o que foi possibilitando-nos criar posturas para além do julgamento.

Um olhar que não olha, um escutar que não escuta, não se reduz a questões moralizantes, culpabilizantes, mas também fala de práticas normalizadoras. É um perigo quando ao invés de se dispor a ver uma vida meio a seus processos singularizantes, o que se faz é enquadrar: seja em figuras diagnósticas, ou mesmo em figuras idealizadas do que seria uma criança perfeita, uma criança educada e, por exemplo, bem comportada na escola. Um olhar e uma escuta

⁵⁴A sigla: CAPSAdi, refere-se aos Centros de Atenção Psicossocial álcool e drogas para o público infanto-juvenil. No município de Vitória, a princípio, existia um CAPSi e um CAPSAdi. Durante o processo do grupo-GAM com familiares e/ou outros responsáveis, houve o processo de fusão dos dois serviços, o que provocou discussões quentes no grupo e em outros espaços coletivos do serviço.

⁵⁵Essas não chegaram a ser entregues. Mas, foram muito importantes como instrumento de elaboração. Uma das mães, que havia decidido retirar o filho da escola no ano passado pôde, nesse movimento, partilhar coisas (dores, medos, força) que não haviam surgido no grupo desde que havia nos contado de sua decisão.

cegos, por não poderem enxergar para além do que está descrito nos manuais e nos costumes sociais. Afinal, o que se passa? Como se compõe esta vida? Em que circunstâncias? O que é importante para ela?... Simples perguntas que disparam para um além do que está dado e que nos levam a explorar aquele mundo que chega até nós.

Ainda nessa análise das práticas de normalização, gostaríamos de trazer uma discussão muito recorrente no grupo-GAM e no próprio serviço: entre familiares e/ou outros responsáveis-usuários e trabalhadores. O CAPSi tem uma postura de acolhimento que, a princípio, procura fazer uma escuta e avaliação das demandas sem pressa de fechar diagnósticos. Essa escuta que não tem pressa de fechar diagnósticos tinha diferentes efeitos, um deles, dos quais os familiares e/ou outros responsáveis-usuários e alguns profissionais queixavam-se, era com relação a sentirem-se perdidos acerca da condução dos casos: O que o (a) paciente tem? Se não tem um diagnóstico psiquiátrico, o quê então? O que tem sido feito? Esse é o melhor medicamento para este caso? Uma discussão delicada, que nos coloca entre o perigo da produção de estigma e de um trabalho tecnicista “universal” (supostamente efeitos de uma certa prática diagnóstica) e o perigo de que o andamento do tratamento fique fragmentado e sem direções acompanhadas.

Uma das situações que é possível trazer para ilustrar isso é com relação à prescrição da “Ritalina”. Por muito tempo o CAPSi se posicionava contra a prescrição dessa medicação “*Aqui a gente não prescreve Ritalina!*” “*Mas, por quê?*” Os familiares no grupo queixavam-se acerca do silêncio que seguia à pergunta que emergia junto com a afirmativa. Diziam não compreender os motivos e também relatavam um sentimento de solidão na condução desta postura com os outros lugares que “exigiam que os filhos estivessem em tratamento”, como algumas escolas⁵⁶. Um dos efeitos deste posicionamento do serviço era a busca por outros médicos (dentro da rede pública, mas principalmente na privada) que receitassem o medicamento em questão. Havia um adolescente que chegou a ser “acompanhado”, ao mesmo tempo, por dois psiquiatras, que tinham conduções diferentes do caso.

Outro ponto que emerge nesse contexto é com relação aos laudos. As escolas, principalmente quando acreditavam que algum aluno necessitava de um estagiário que o acompanhasse,

⁵⁶Esse é um ponto delicado: o espaço que a Ritalina tem ganhado no cotidiano escolar, o qual não vamos nos aprofundar nesta dissertação. No grupo, pudemos ver, mais de uma vez, pedagogos e professores sugerindo e, em alguns momentos, exigindo a Ritalina para que a criança ou adolescente melhorasse e mesmo permanecesse na escola. Aqui, ao menos, achamos importante pontuar isso como uma questão que precisa continuar sendo acompanhada.

pediam o laudo. Essa sempre foi uma discussão quente no grupo. A equipe do CAPSi é muito criteriosa e, em algumas ocasiões, resistente na hora da produção dos laudos: Dar ou não laudo? Fechar ou não um diagnóstico? Apesar de não ser um procedimento regulamentado por lei, para conseguir acompanhamento para as crianças junto à Educação Especial, muitos familiares relatam que o laudo era demandado. Este é um ponto de discussão muito forte no CAPSi (nas assembleias, reuniões de equipe, grupos), tanto que no segundo semestre do ano de 2016, a equipe do CAPSi, junto com uma comissão de familiares organizada em uma assembleia e pesquisadores, fez um primeiro movimento de criação de espaço de conversa entre: equipe CAPSi, usuários familiares, pesquisadores e estagiários de diferentes universidades e gerências da educação da Secretaria Municipal. Foram realizados quatro encontros até o momento e os profissionais e algumas mães do grupo GAM têm participado das reuniões.

Os laudos e diagnósticos, entretanto, apareceram no grupo com duas dimensões de efeito. Nem sempre são instrumentos de enquadramento e estigma, ou seja, nem sempre funcionam numa lógica dos muros. No grupo, foram se delineando facetas “facilitadoras” e “impeditivas” dos laudos e diagnósticos: que ora funcionavam como possibilitadores de um olhar não judicativo (para familiares e crianças), como garantidores de um lugar, de uma assistência, de um acompanhamento mais próximo, um olhar mais atento, ora para sentenciarem e individualizarem o fracasso da criança pela doença, ou mesmo como justificativa para que essas ‘crianças com laudos’ fossem aprovadas diretamente nas escolas, o que, por vezes, favorecia que essas fossem ‘deixadas de lado’, sem plano e atenção pedagógicos que as auxiliassem na aprendizagem, mesmo dentro das suas limitações. Muitas das experiências relatadas no grupo trouxeram-nos essa dupla dimensão do laudo, que ora funciona como dispositivo possibilitador de conversa⁵⁷, ora como instrumento codificador. Assim, no grupo, perguntamos várias vezes se insistíamos ou não na busca pelos laudos. Quando eles dificultam? Quando eles facilitam? Essas são perguntas de estratégias de luta. Mas, há também outras que tocam o próprio plano ético: para que precisamos de laudos? Por que só por meio deles alguns estabelecimentos se propõem olhar para as crianças? Não seria importante e fundamental olhar para todas as pessoas em seus processos de singularização de modo ‘especial’?

⁵⁷O que não nos exige de gerar uma atenção e análise crítica também neste uso, já que por via do laudo se busca a legitimação do sujeito, o que pode fortalecer processos de individualização e enrijecimento identitários. Como afirmar “um lugar” sem grudar nele?

Tanto quando trazemos a postura com relação à Ritalina, quanto com os laudos, queremos chamar atenção para o fato dos perigos de se endurecer, mesmo em uma posição crítica. Nem todo uso de Ritalina pode ser categorizado como uma prática de medicalização da vida, assim como nem toda construção de laudo servirá como instrumento normalizador. Os efeitos do enrijecimento de uma posição, neste caso, também foram complicados: geraram uma dispersão e fragmentação no processo de cuidado, além de alimentarem desconfianças.

Além disso, posturas infantilizadoras e tutelares também podem tapar nossos ouvidos e fechar nossos olhos para o outro como legítimo outro. Essas se atualizaram nas relações entre familiares e crianças, equipe e familiares, pesquisadores e grupo, etc., nos momentos em que se sobressaíram as figuras dos especialistas, dos detentores do conhecimento, dos que sabem o que é melhor a se fazer ou quando as práticas protetivas se tornavam ‘superprotetivas’. Isso tudo acontece de modo sutil e, muitas vezes, com ‘as melhores das intenções’. Porque, quando se fala em cuidado, os limites entre posturas de cuidado com o outro e posturas de cuidado sobre o outro são muito tênues.

Uma *direção inclusiva* do cuidado nos exigirá um exercício que não se reduz a inserir ‘alguém’ que está fora dentro de certo funcionamento social, por exemplo. Ao contrário, essa nos convida a um trabalho de abertura à nossa experiência de co-surgimento com o mundo, a qual, apesar de acontecer incessantemente, nem sempre pode ser acessada. Ainda mais nesse contexto em que se fortalecem, cada vez mais, atitudes de fechamento com relação à diferença. Achamos importante ressaltar que a diferença não se confunde com o diferente, mas pode ser acessada por este: em nossos encontros cotidianos com outras pessoas, outros seres vivos, os quais são dobras singulares, que portam em si o molhado da pura exterioridade oceânica.

O exercício a que somos convidados é o da conversa... da conversa com outrem e com o exterior!

Capítulo 4. Conversa e cogestão: exercícios de cultivo e experimentação de uma tal língua do meio.

Criar a tal língua do meio junto ao bando composto em sua maioria por mulheres e crianças não foi algo que se fez facilmente. Foi meio a muito estranhamento que esta língua do meio se construiu. Na verdade, nem sei se posso falar desta língua como algo que se construiu, ou como algo que experimentávamos nesse exercício de conversa a que nos colocávamos todas as semanas. Talvez a construímos enquanto a experimentávamos e a experimentávamos na medida em que a construímos. Isso ainda nos é um mistério. O que é possível dizer é que hoje, quando escrevo sobre aquilo que vivi, tenho encorpado um sentimento de que, entrelaçados naquele emaranhado, também nós nos constituímos uns com os outros.

Meus primeiros dias naquela ilha foram de muito desajeito. Ora sentia que compreendia o que se passava entre aquelas pessoas e ora não. Em alguns momentos, sentia que estava próxima ao bando e, em outros, a sensação era a de que perdurava um abismo entre a gente. A não compreensão e o abismo eram coisas difíceis de se experimentar. Exhaustivamente, tentava superar tudo aquilo da maneira que achava que deveria: acreditava que compreenderia, na medida em que decifrasse, e que me aproximaria, na medida em que ficasse parecida com aquele bando... Nesses dias, minha cabeça doía e minha vontade era sair correndo das rodas de conversa em direção ao silêncio acolhedor que a floresta portava. Muitas vezes o fiz. Era bom poder escutar a floresta. Aprendi muita coisa, principalmente sobre esta minha mania de compreender decifrando e de aproximar-me excluindo-me.

Quantas coisas aquelas árvores já haviam presenciado! Elas eram muitas... e de espécies diversas... como conseguiam coexistir e ainda manterem-se vivas? Algumas não conseguiam... outras acabavam por morrer porque, no tempo da natureza, já precisavam virar adubo para as demais. As árvores muito coladas umas nas outras também não conseguiam sobreviver por muito tempo – era necessário certo espaço, não muito grande, entre uma e outra para que a luz do sol chegasse e para que os nutrientes não se esgotassem. Aquilo era um grande mistério para mim!

Nesses dias em que sentia a exaustão, passava horas embrenhada no meio da floresta, normalmente sentada na raiz de alguma árvore...olhando...respirando...até que meu esforço se esvaísse. Isso acontecia quando conseguia coexistir com as minhas amigas cascudas, porém macias. Compreender passava a ser um movimento duplo de preensão, como um abraço. Daí já existia a proximidade, mesmo eu continuando a ter uma pele lisa e fina.

Depois de tomadas as lições, voltava para o bando... o desajeito perdurou até o dia de minha partida...

Aquelas mulheres tinham em seus corpos marcas de uma vida construída meio a muitas batalhas. A vida na ilha não era um equilíbrio harmônico. Por vezes, alguns navios atracavam nas redondezas e tentavam dominar e submeter o bando segundo seus costumes. Havia também épocas em que era mais difícil encontrar alimento e mesmo produzi-lo. Duro também eram os adoecimentos das crianças. Nestes momentos, caso fosse preciso, iam até o mais remoto lugar da ilha na busca dos melhores meios para o cuidado. Seguiam a caminhada da procura, mesmo tendo que enfrentar e negociar as passagens com os outros povos que habitavam a ilha, os quais, em alguns momentos, não estavam disponíveis às negociações. Elas, entretanto, persistiam. Era difícil e desgastante. Aquelas rodas semanais também contribuíam para estas recomposições.

Em termos biológicos, cada uma possuía seus próprios filhos e filhas, mas as crianças eram de todas e de todos. Coisa rara... um cuidado e preocupação que se organizava de maneira coletiva. Mesmo quem não tinha filhos participava do coletivo de cuidado com as crianças. Aquele homem que me recebeu no dia em que cheguei, sempre o via brincando com as crianças e apartando as brigas que eclodiam do encontro ardente entre elas. A briga entre as crianças não colocava em risco o laço que tinham umas com as outras, porque a destruição de uma ou outra não estava posta em questão: eram o coco, a tábua, o cipó, o lugar na árvore, que disparavam os conflitos – esses meios da brincadeira e do brincar.

Também das rodas semanais participavam alguns curandeiros da ilha, pertencentes àquele bando ou a outros. Era muito bom tê-los nas rodas, principalmente quando se partilhavam histórias das dores pela indiferença. A participação de pessoas pertencentes, de primeira vista, a outros bandos, foi outra coisa que observei e pela qual fiquei intrigada nesta ilha. Os bandos, assim como as árvores da floresta, também podiam coexistir na maioria das vezes.

Raro alguns desentendimentos que se davam, na maioria das vezes, por medo (de contaminação, por exemplo), que, ao menos no tempo em que vivi na ilha, nunca perduravam por muito tempo. Pertencer não era questão de origem, mas de partilha.

4.1. O conversar

No encontro com os ecossistemas da ilha, composto por pessoas, plantas, animais, minerais, etc., a navegadora sofreu várias interpelações. Mas, as que mais a inquietavam relacionavam-se aos encontros e as maneiras *conversacionais* que se produziam a partir destes.

Desde sua chegada na ilha questionava-se sobre *como se colocar em conversa* com aquelas pessoas estranhas e também com aquele mundo novo que se abria. Uma pergunta que não se reduz a saber como compreender o outro, mas como poder coexistir com o outro e mais, como acessar a experiência de co-surgimento com o outro.

No que tange às práticas de cuidado em Saúde Mental pelas quais se interessa esta pesquisa, pode-se trazer à tona uma pergunta que precede a questão da conversa em nossa caminhada: *como diante do estrangeiro?* O ‘estrangeiro’ aqui se refere a duas coisas: à outra pessoa, um diferente não necessariamente humano (unidades formais provisórias) e à força estrangeira, à qual, anteriormente, pudemos nomear, com o auxílio de Deleuze e Guattari, de pura exterioridade. Essa pergunta chega-nos de situações em que exercíamos uma função de cuidado, a qual, volta e meia, confundia-se com uma atividade adaptacionista. Entretanto, fomos percebendo que um cuidado que se reduz a ajudar um outro a se adaptar a uma realidade, com uma ordenação preexistente (ou vice-versa), era uma prática que pressupunha uma separação entre o sujeito e realidade e que não acolhia a dimensão criativa da vida - não só não acolhia como tentava a abafar.

A partir disso, então, questionamo-nos sobre como praticar um cuidado que acolha esta dimensão de potência criativa; estrangeira. Como cuidar dando lugar ao mistério que a abertura ao outro (como forma e potência) nos lança sem tentar solucioná-lo, mas criando com ele? O mistério é aquilo que não se vê e que não pode ser fechado em uma forma. É o que está ao lado a ponto de passar ao regime de visibilidade a qualquer momento. Não é o que está oculto por detrás de algo ou alguém, e nem tampouco é a verdade de um sujeito. O

mistério é a abertura conectiva das formas com o mundo em sua dimensão de processualidade.

Suely Rolnik (1994) aponta-nos que cuidar acolhendo a dimensão estrangeira implicará a conquista de uma abertura na subjetividade, a qual depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma. Ou seja, para além da individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir outro⁵⁸. Assim, esta abertura nos demandará suportar o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade/dimensão estrangeira/de potência criativa.

Uma prática de cuidado por enquadramento não suporta isso, na verdade, como dissemos, procura conter. Nessa pesquisa, ao contrário, apostamos no exercício de um cuidado que busca acolher esta dimensão estrangeira e a maneira que encontramos foi o exercício da conversa. Assim, emerge a questão: Como conversar? Esta pergunta, apesar de ser simples, não é trivial. Ainda mais quando reconhecemos a conversa em seu estatuto produtor de subjetividade e de ferramenta de acesso e cuidado para com os processos de subjetivação. Por isso, precisaremos a nossa pergunta: Como conversar de maneira a potencializar que a conversa continue?

Quando conversamos efetivamente, ou seja, de maneira presente, e não somente falamos, falamos..., criamo-nos. A conversa implica esse e surge nesse processo de constituição de vidas, de sujeitos provisórios, de culturas com bordas operacionais⁵⁹. Segundo Maturana (2011), todo viver humano consiste na convivência em conversações e redes de conversações, sendo toda conversa o resultado do entrelaçamento do linguajar e do emocionar. As redes de conversações das quais o autor nos fala, ao mesmo tempo em que produzem modos de viver, podem os modificar. Ou seja, os modos de viver produzidos no seio destas redes não são totalizados, ao contrário, são formações coletivas que se constroem continuamente.

Por causa do contínuo entrelaçamento do linguajar e do emocionar que implica o conversar, as conversações recorrentes estabilizam o emocionar que elas implicam. Ao mesmo tempo, devido a esse mesmo entrelaçamento do

⁵⁸Devir outro, segundo Rolnik (1994): corporificação, no visível, das diferenças que vão se engendrando no invisível.

⁵⁹ Aqui estamos pensando junto com Maturana (2011) “as bordas de uma cultura, com modo de vida, são operacionais. Surgem com seu estabelecimento. Ao mesmo tempo, deveria ser também aparente que a pertença a uma cultura é uma condição operacional, não uma condição constitutiva ou propriedade intrínseca dos seres humanos que a realizam. Qualquer ser humano pode pertencer a diferentes culturas em diversos momentos do seu viver, segundo as conversações das quais ele participa nesses momentos”. (p.34)

emocionar com o linguajar, mudanças nas circunstâncias do viver que modificam o conversar implicam alterações no fluir do emocionar, tanto quanto no fluxo das coordenações de ações daqueles que participam das conversações (MATURANA, 2011, p.33).

Os estudos de Maturana (2011) auxiliam-nos a compreender um pouco mais acerca desse lugar produtor do conversar no âmbito do viver. São por intermédio das redes de conversações que se constituem as culturas e os humanos. Isso fala de uma constituição toda imbricada em rede, o que indica um processo formativo de culturas e de sujeitos que se faz concomitantemente. Nessa formulação, há um rompimento com a separação que a tradição racionalista faz entre sujeito e realidade, indivíduo e cultura, visto que esses emergem ao mesmo tempo e interferem uns nos outros.

Além disso, há um rompimento com uma separação entre a racionalização e o emocionar, uma vez que todas essas formações se fazem num enlaçamento. A inseparabilidade entre estes dois aspectos do conversar pode ser evidenciada, por exemplo, em uma situação em que se quer compreender o que se passa em uma conversação. Para isso, é preciso prestar atenção no entrelaçamento do linguajar e do emocionar nela implicados: quais palavras são utilizadas e quais emoções fazem parte delas. As palavras não contêm em si mesmas os sentidos do que se exprime. O sentido emerge da imbricação entre emocionar e linguajar no encontro com o outro. Uma mesma palavra ou uma mesma sentença podem, assim, compor redes de conversações completamente diferentes.

Como vimos nos pontos em que trazemos a temática dos muros, temos vivido em uma rede de conversações que, com Guattari (2010), nomeamos capitalística, a qual se fecha à experiência da conversa e formula estratégias que visam separar em compartimentos um indivíduo de outro, um modo de viver de outro e, inclusive, tenta separar o emocionar do linguajar. Uma separação que se constrói, como vimos com Derrida (2003) e Crary (2014), de maneira paradoxal, uma vez que visivelmente não estamos mais compartimentalizados. No mundo globalizado, o deslocamento de um lugar a outro se tornou mais simples, o acesso a informações de diferentes países e, inclusive, a comunicações entre pessoas que moram distantes uma das outras se faz com um “clic”. Entretanto, sutilmente a experiência de conversa pouco acontece - estamos comunicados a todo momento por meio dos dispositivos midiáticos, mas não necessariamente estamos conversando.

Yves Citton (2014), ao fazer uma discussão acerca da formação da atenção conjunta, auxilia-nos a diferenciar dois modos de comunicação. O autor traz dois modelos de sistemas

comunicacionais propostos por Vilém Flusser⁶⁰: sistema rádio e sistema em rede. O primeiro forja um modo comunicacional unívoco, no qual se pretende lançar informações preexistentes e prontas a uma pluralidade de receptores periféricos. Esse sistema supõe um sujeito transmissor e um sujeito receptor e regurgitador das informações recebidas, cada qual formando uma unidade totalizada em si mesma em uma relação verticalizada. O sistema unívoco expressaria o que chamamos de *comunicação emparedante*. No que toca à rede de conversações capitalísticas, a disseminação massiva desse modelo configura-se em uma estratégia de alienação, que procura dizimar a dimensão criativa e de resistência da vida. Uma alienação que acontece por excesso informacional, que comprime os espaços de produção de pensamento e de *comunicação por conversa*. Espaços estes de encontro com a alteridade.

Trazer o modo de subjetivação capitalística como uma rede de conversações é na intenção de fazer-nos recordar das brechas que já existem meio aos instrumentos de captura e as quais também podemos provocar, uma vez que também fazemos parte desta engrenagem produtora - **nossas vozes também compõem esta rede de conversa**ção. Nossa maneira de resistir às tentativas de emparedamento, neste trabalho, foi insistindo no *sistema em rede*. Nesse, a transmissão e recepção não se fazem seguindo a direção de um transmissor para um receptor. As transmissões e recepções, que não se restringem ao linguajar, mas também se referem ao emocionar (já que estes estão sempre entrelaçados), ocorrem em sentidos diversos, entre os corpos em rede (que são ao mesmo tempo receptores e transmissores). O sistema em rede funciona como uma conversa e para que assim seja, pressupõe a participação de corpos diferentes.

Citton (2014) refina a discussão acerca do sistema de comunicação em rede apontando fenômenos importantes para que o exercício da conversa se efetue, tais como: o princípio de reciprocidade, o esforço de sintonia afetiva e práticas de improvisação. Trazendo-nos a etimologia da palavra conversa: *voltar-se um ao outro (con-vertere)*, ele apresenta o primeiro fenômeno, afirmando que existirá conversa na medida em que haja reciprocidade. A reciprocidade acontece na medida em que a atenção circula de forma bidirecional⁶¹ entre as pessoas que estão participando da conversa, permitindo e convidando a uma alternância de papéis entre aquele que fala e aquele que ouve, aquele que dirige e aquele que segue. Para

⁶⁰Vilém Flusser, *La Civilisation des médias* (APUD) Citton.

⁶¹Uma conversa pode acontecer entre várias pessoas. Os termos *bidirecional* e *duplo*, querem elucidar o caráter de movimento concomitante e ativo entre os participantes de uma conversa. Diferentemente do sistema rádio que supõe um sujeito ativo emissor e outro passivo receptor das informações, na conversa, há sempre atividade, mesmo quando essa seja receber. Não a atividade de um sujeito sempre consciente de tudo o que se passa, mas de um corpo disponível.

exemplificar, o autor traz o exemplo das crianças com seus pais/ou cuidadores, as quais seguem o olhar destes na medida em que estes também se esforçam para seguir o seu olhar. Trata-se aqui de um fenômeno que se constrói a partir do duplo movimento de inclinação, esforço, abertura e interesse, imprescindível para que uma conversa se efetive. É importante destacar, no entanto, que a exigência de reciprocidade não diz respeito a uma relação de perfeita igualdade e de identificação entre os participantes da conversa. Ela implica, antes, “uma partilha equitativa do tempo da palavra” (CITTON, 2014, p.128).

Além disso, o prosseguimento de uma conversa exige um trabalho incessante de ajustamento recíproco entre a palavra de uns e a escuta de outros, o qual pede uma atenção aos microgestos de encorajamento, de simpatia, de prevenção, de precaução ou de conforto, que cada um dos participantes endereça ao outro, construindo um espaço de boa ressonância afetiva entre eles, que é muito mais determinante para o desenrolar da conversa do que todo um rigor racional argumentativo (CITTON, 2014). Aqui já estamos falando acerca do segundo fenômeno proposto pelo autor: o *esforço de sintonia afetiva*, o qual abarca a dimensão do emocionar (sempre entrelaçada com o linguajar). Este é um trabalho delicado, que geralmente acontece de forma espontânea quando se está disponível. Entretanto, num contexto em que o sensível tem sido cada vez mais esmagado, construir um corpo disponível às trocas afetivas também vai constituir parte deste trabalho.

Aqui vale uma observação: os fenômenos apontados por Citton (2014), não tem uma ordem. Eles são imbricados uns com os outros em uma situação de conversa. Trazemos esses fenômenos, pois eles nos auxiliam a visualizar as dimensões que estão envolvidas em uma conversa: de fala, escuta, de palavra, de gesto, de afeto, de microgesto, de silêncio, etc. Isso nos permite pensar que uma conversa não se reduz a uma troca entre organismos, com seus sistemas de percepção e processamento das informações recebidas de uma realidade preexistente. O conversar se constrói entre corpos complexos; corpos com extensões para o entorno, os quais não se finalizam em uma estrutura de carne, osso e terminações nervosas, mas que se constroem com o que está em volta – um corpo de pele espessa, sendo a espessura composta pelo órgão, pelo ar, pelo sol, pela árvore, por afeto.

Por último, o autor dirá que “um trabalho de ajustamento e de afinação recíproca não pode jamais ser completamente preparado antecipadamente [à situação de conversa]” (CITTON, 2014, p.131), uma vez que ele dependerá das singularidades afetivas que emergirem no momento da conversa. Para isso, então, é preciso estar aberto aos riscos das *práticas de*

improvisação. Em uma conversa aberta à dimensão da alteridade⁶², estamos sempre na possibilidade de sermos interpelados pela outra pessoa com quem estamos conversando e pelo fora que pode se atualizar a partir de um acontecimento, efeito de um choque entre potências diferenciais⁶³.

Todos os fenômenos apresentados como importantes para o andamento de uma conversa supõem uma construção conjunta: com o outro (forma e exterioridade). Ao conversar, expomo-nos corporal e sensivelmente à alteridade e isto constitui deste ato um fazer performático que não se deixa reduzir a uma descrição proporcional (KONESKI, 2007). Ou seja, uma conversa não se faz entre iguais, mesmo que encontremos muitas vezes em nossas relações cotidianas a procura de uma igualdade utópica e provisória, de uma concordância, um apaziguamento, como nos aponta Eduardo Coutinho em entrevista dada à Fernando Frochtengarten (2009). Ao contrário, uma conversa se consolida em uma relação diferencial; conversa entre corpos, que treme e varia os sentidos, constituindo-se num processo formativo dos mesmos.

No sistema de comunicação em rádio, que afirmamos ser o que prevalece como forma fomentada pelos aparelhos de captura por massificação no contexto capitalista neoliberal, há uma produção de indiferença com relação a ‘este outro’. As informações chegam, os diagnósticos são construídos pelos especialistas, as orientações de como se deve agir são dadas pelos psicólogos, professores e pais, o medicamento é prescrito pelo médico, sem que, em muitas ocasiões, estes estejam atentos e disponíveis a conversar com as reações gestuais e afetivas, os pensamentos, os medos, as dúvidas que podem emergir a partir deste encontro.

Todo este excesso de comunicação informativa procura silenciar as expressividades de uma vida. Ao apostarmos na conversa como ferramenta de acesso e cuidado para com os processos de subjetivação efetuados meio a uma rede de conversações, procuramos ao invés de dizer para uma vida como ela deveria ser, acompanhar acolhendo seu desdobrar a partir dos encontros que faz no mundo, inclusive conosco. Também estamos nos incluindo nessa conversa, para evidenciar a não neutralidade deste processo. Buscar não emparedar, não significa que não se irá intervir. Nosso desafio foi e é justamente esse: como, sabendo que estamos sempre nos interferindo na medida em que nos co-produzimos em uma cadeia

⁶²Para nós uma conversa, ao contrário de uma comunicação, só acontece a partir de uma abertura à alteridade. Nossa redundância neste ponto é somente para frisar.

⁶³ Aqui voltamos à proposição da Máquina do Mundo. Nossa desenvoltura com a improvisação dependerá de nossa possibilidade de acolher isso que pode emergir em nossa caminhada e talvez fazer-nos andar por outras estradas. Uma conversa não acontece sem este risco de reinvenção.

relacional, intervir/cuidar sem emparedar? Sem excluir a si ou ao outro? Voltando à questão que trouxemos no início deste texto: como conversar de maneira que a conversa continue?

4.2. O cogerir

A Estratégia GAM no Brasil tem a cogestão e produção de autonomia como direções técnicas e éticas para sua efetivação. Como dito no capítulo 2, esses princípios emergem da aproximação dessa estratégia à Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS. Também dissemos que, no percurso desta pesquisa, que foi realizada com um grupo de familiares-usuários do CAPSi, trabalhadores do CAPSi e pesquisadores da UFES, estivemos de olho nos exercícios de cogestão em sua dimensão de conversa.

O caderno da PNH (2013) conceitua a cogestão como uma prática que expressa tanto a inclusão de novos sujeitos nos processos de análise e decisão quanto à ampliação das tarefas de gestão. Um dispositivo importante que é proposto no texto da PNH como orientação para o exercício cogestivo é a roda [de conversa], a qual, ao colocar diferentes sujeitos, que falam de diferentes lugares [usuário, gestor, trabalhador] dentro da política de saúde, também põe as diferenças em contato de modo a produzir movimentos de desestabilização que favoreçam mudanças nas práticas de gestão e de atenção.

A diferença que provoca desestabilização, entretanto, não é simplesmente a diferença entre um sujeito ou outro, nem do lugar de onde fala um sujeito ou outro. Abrir-se a outro sujeito legitimando-o como outro pode facilitar o acesso à dimensão de alteridade, da pura exterioridade, que está sempre ao nosso lado na espreita por uma brecha por onde é possível passar, transformando o que estava posto. Essa é a diferença que provoca desestabilização, a qual pode emergir do encontro entre corpos.

A PNH, quando propõe o exercício da cogestão em diferentes espaços, pretende provocar mudanças nas práticas de gestão e atenção, que em muitos momentos se consolidam de maneira verticalizada. A Estratégia GAM, ao convidar usuários, trabalhadores e pesquisadores a sentarem lado a lado e conversarem acerca da experiência do uso de medicamentos psicotrópicos, procura legitimar a participação dos usuários de Saúde Mental, historicamente infantilizados e tutelados, nas decisões acerca de seu tratamento, inclusive o medicamentoso, as quais ainda são tomadas, de forma majoritária, exclusivamente pelo prescritor. Ambas, propostas desafiadoras!

Em nosso trabalho, pudemos destacar também outro grande desafio: o de se pensar uma gestão compartilhada do tratamento no âmbito da saúde mental infanto-juvenil; já que vivemos um processo de infantilização da infância, pelo qual a criança é vista como um sujeito de menor capacidade que o adulto para tomar decisões. Neste contexto, recolocando uma questão trazida anteriormente, como fica esta participação da criança com uma marca diagnóstica? De uma criança com uma marca diagnóstica que frequenta um CAPSi (local previamente destinado para o tratamento de crianças com ‘transtornos graves’⁶⁴)? Essas perguntas compõem os desafios que o grupo de pesquisa Fractal tem se debruçado.

Meio a essas apostas desafiadoras, é possível, então, identificar quatro dimensões de intervenção a partir do exercício da cogestão: uma que procura colocar em movimento a própria política de atenção em saúde e aumentar o grau de participação social das decisões em nível macro, através das conferências, comissões; outra que atua no cotidiano dos serviços, na organização dos espaços e mesmo na organização dos horários das atividades e consultas, por meio das assembleias gerais, por exemplo; uma que vem para provocar a construção de um tratamento corresponsável entre usuários e profissionais de saúde, em que ambos possuem um saber legítimo acerca do cuidado; e, por fim, uma que atravessa todas as outras, que é a potencialização da continuidade da conversa na sua face formativa.

Nas três primeiras dimensões ainda se faz referência ao aumento do grau de participação dos sujeitos, que ocupam diferentes lugares, que vão auxiliar a provocação de mudanças nos dispositivos, nas organizações e nas decisões cotidianas – aqui é possível pontuar estratégias e transformações a nível mais formal (entre sujeitos, entre categorias, espaços físicos, cronogramas, etc.). Essas, por sua vez, só acontecem porque há concomitantemente uma movimentação em nível de forças (quarta dimensão interventiva), que se constrói a partir deste exercício de encontro com o outro (forma) e com a alteridade (forças). Temos, assim, nas práticas cogestivas, conversas que ocorrem, ao mesmo tempo, em dois níveis: das formas e das forças. A cogestão só se constrói meio ao coletivo e é o plano coletivo de forças com sua potência desestabilizadora e produtora que este exercício procurar acessar.

Quando apresentávamos a “ilha GAM”, trouxemos, com o auxílio de outros pesquisadores envolvidos nos estudos na Estratégia GAM, que a direção cogestiva emerge como estratégia

⁶⁴Essa discussão acerca do público a ser atendido nos CAPSi ainda é quente: por que a necessidade de enquadramento em um transtorno grave? O que se considera grave? Quando se necessita de assistência? Chaves (2016) problematiza esse ponto de discussão. Achamos também importante frisar que no próprio CAPSi de Vitória isso era muito discutido, esse estabelecimento não se fechava a acolher somente os ditos ‘transtornos graves’.

de luta por dentro da aparelhagem estatal conservadora. Isso só é possível porque esta aparelhagem não preexiste à Máquina de Guerra e nem tampouco a consegue submeter aos seus caprichos. A conversa entre forças e corpos⁶⁵ acontece sem parar e por mais que os mecanismos de controle tentem emparedar e silenciar a expressividade, não podem completamente. O expresso, a Máquina de Guerra, vaza e escapa às tentativas de captura... ele não pode ser capturado pela aparelhagem estatal, uma vez que preexiste a ela. Por isso, é possível apostar em uma estratégia de resistência ‘por dentro’ destas formações conservadoras, pois elas são rachadas para/pelo exterior.

A exterioridade da máquina de guerra com relação ao Estado está em toda parte, mas continua sendo difícil de pensar (...) não basta afirmar que a máquina de guerra é exterior ao Estado, é preciso pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui-se a forma de interioridade que tomamos habitualmente como modelo, ou segundo a qual temos hábito de pensar (DELEUZE E GUATTARI, 2012, p.15).

O exercício de cogestão, que para nós funciona como conversa⁶⁶, é uma importante estratégia de resistência às tentativas de captura das formas conservadoras, justamente porque a maneira como ele é proposto confronta o que elas pretendem: no exercício cogestivo há uma aposta no cultivo de uma abertura à diferença, ao contrário dos aparelhos de captura estatais que buscam contê-las e convertê-las. Todas as dimensões interventivas que descrevemos forjam-se a partir do exercício de inclusão do outro como legítimo outro, e com ele a dimensão da alteridade.

Quando, parágrafos acima, falávamos a respeito da cogestão na Estratégia GAM, referimo-nos ao “outro” como pessoa diferente, mas também como pessoas com “lugares de fala diferentes”. Isso porque os equipamentos de atenção, os familiares e/ou outros responsáveis, as crianças, os pesquisadores, às vezes constroem-se como grupos identitários, e faz diferença quando um outro de um outro lugar chega. Este encontro com o outro de outro lugar, o estrangeiro, pode forçar de maneira mais intensa (ou não, isso é uma aposta) a promoção de tremores no que está constituído como hábito, por exemplo: das verdades que os profissionais de saúde constroem sobre os usuários e sobre os familiares-usuários, ou das que os familiares-usuários constroem acerca dos trabalhadores, ou das que os universitários constroem sobre “seu campo”, e por aí vai.... Os tremores, entretanto, são provocados pelo acesso ao plano das

⁶⁵Quando falamos em uma conversa entre corpos estamos pensando nos agenciamentos coletivos em suas dimensões de forma de enunciação e conteúdo. Segundo Souza (2012) “(...) o agenciamento coletivo de enunciação, posto que se trata de expressar-se apropriando-se de regimes semióticos ou de produção de signos, e agenciamento maquínico de desejo, posto que se trata não só de reproduzir tanto as subjetividades, quanto os meios nos quais elas passam a existir como efeitos, efeitos de agenciamento.” (p.30)

⁶⁶ Conversa entre trabalhadores e usuários; entre usuários, trabalhadores e gestores; entre trabalhadores, gestores, usuários e políticas de atenção, entre dimensões formativas, etc.

forças coletivas, do exterior. Não é necessariamente o estrangeiro (como uma pessoa que vem de outro lugar) que provoca as mudanças. O disparate é efeito do encontro!

Esse atravessamento disruptivo das forças que terminam de rachar o consolidado, não acontece somente porque recebemos um outro que veio de outro lugar. O instituído está sempre acompanhado pelos movimentos instituintes⁶⁷, então, o movimento de transformação não cessa – mesmo neste contexto que insiste na operação muro. Além disso, pessoas dentro de uma “mesma categoria identitária” não são iguais e podem também funcionar como este outro que vem de outro lugar, o qual coloca em questão os funcionamentos e verdades “capengas” instituídos no cotidiano do serviço, por exemplo.⁶⁸

Pensando agora, este outro que vem de outro lugar, nem ao menos precisa ser uma pessoa. Pode ser uma fala, um gesto, um ar condicionado quebrado a sete meses, um vento. Dentro do movimento de Análise Institucional, este estrangeiro é o que emerge como analisador, que se lança como questão abrindo a dimensão processual produtora da vida. O analisador emerge de outro lugar (não necessariamente um outro país, um outro serviço, uma outra função, mas um outro lugar referente ao que está estabelecido: o exterior).

Este exercício de inclusão, que preferimos chamar de abertura ao outro e a alteridade, toca nos processos formativos de uma vida. Assim, a partir da prática da cogestão, serão operadas modulações nas pessoas, lugares e políticas que se aventuram a este exercício. Impossível sair o mesmo quando realmente se experimenta um exercício cogestivo. Os participantes, os trabalhadores, os serviços e a pesquisa tornam-se outros porque podem se afirmar como legítimos sujeitos de suas práticas e, ao mesmo tempo, ao voltarem-se uns aos outros, abrem-se ao plano produtivo.

⁶⁷No que tange o movimento institucionalista, as instituições “são instâncias de saber que permitem a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e recortar limites. A despeito de sua forma virtual, imaginária e simbólica, não estão desvinculadas da prática social. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo de instituição, que será mantida e sustentada em todos os níveis, do Estado à família, Igreja, escola, relações de trabalho, sistema jurídico, etc. Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa. Por outro lado, quando as forças instituintes emergem, tem-se a possibilidade da produção de novos agenciamentos, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejantes” (PEREIRA, 2007, p.11).

⁶⁸Aqui faz necessário ressaltar a importância do exercício de Análise de Implicação, outra ferramenta proposta pelo movimento de Análise Institucional.

O Guia do Moderador,⁶⁹ construído como uma ferramenta para auxiliar pessoas (profissionais de saúde, usuários, pesquisadores, e quem se interessar) que se propõem a exercitar o manejo cogestivo, a partir do Guia-GAM, traz em seu texto um efeito importante da cogestão: o aumento do grau de participação dos usuários nos processos de decisão em relação ao tratamento. Aqui, gostaríamos de salientar ainda outro, que não é novidade, mas que, para nós, foi uma grande descoberta nesta ilha GAM, que é o efeito de estrangeiramento dos “sujeitos” participantes, de alguns funcionamentos instituídos e, no nosso caso, do próprio projeto de pesquisa. É que se atrever ao exercício da cogestão, da conversa, da abertura ao outro como legítimo outro e à alteridade acaba por nos transformar.

Neste tempo de grupo-GAM com familiares e/ou outros responsáveis-usuários, trabalhadores do CAPSi, pesquisadores da UFES e, às vezes, crianças e adolescentes-usuários ou não do CAPSi, antes e depois da minha entrada, as conversações, assim como, os exercícios de cultivo da conversa já aconteciam. Foi por meio deles que também acabei começando a me entrelaçar nessas conversas das quintas-feiras à tarde. Muitas transformações foram possíveis nesse tempo: serviço e usuários aproximando-se, mães podendo reencontrar-se com a potência feminina, profissionais encontrando-se com um trabalho possível na Saúde Mental, meninos tornando-se adolescentes, homens tornando-se pais, a pressa resolutiva diluindo-se em escuta atenta, a timidez saindo por detrás da pedra escura para tomar proveito da finura potente da fragilidade, um grupo que podia continuar existindo sem a universidade, entre outras...e outros...

No próximo ponto, trataremos um pouco desse processo.

4.3. Exercício de cogestão como conversa no grupo GAM.

Nervosa e ansiosa para conversar ao vivo com as pessoas com as quais antes só havia “conversado” pelas “memórias intensivas”, cheguei ao grupo-GAM composto por usuários familiares, profissionais e pesquisadores da UFES no CAPSi de Vitória. Como já havia dito antes, foi para os exercícios de cogestão-conversa, bem como para seus efeitos, que procurei atentar-me neste tempo de pesquisa.

⁶⁹O Guia do Moderador pode ser acessado através do link: http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/guia_gam_moderador_-_versao_para_download_julho_2014_0.pdf. Esse foi elaborado como mais uma ferramenta de cuidado para com o manejo nos grupos de intervenção e partilha GAM. Além dos conceitos de cogestão e autonomia, traz algumas estratégias que auxiliam o cultivo de uma direção cogestiva do trabalho.

Não era óbvio que ao sentarmos em roda às quintas-feiras, na sala de reunião do CAPSi de Vitória, estaríamos conversando. Houve muitos encontros em que se tinha a sensação de que estávamos ali em um falatório verborrágico, ou como traz Citton (2014) num modo de comunicação em rádio, em que as falas ocorriam de maneira unívoca, sem pausa, sem escuta de si e do outro. Nesses encontros (ou nesses momentos do encontro) não sentíamos que havia conexão e presença, mas sim certo atropelo - estar ou não conectados poderia acontecer em um mesmo encontro, estas disposições variavam, até mesmo em um mesmo dia de grupo. Foram muitos os momentos nos quais eu e minha parceira de ‘manejo’, conversávamos acerca da sensação de ‘não estar havendo trabalho’ com o grupo, da dificuldade de reposicionamento e análise das questões e funcionamentos automáticos. Isso nos cansava e trazia uma vontade de desistir. Entretanto, estávamos ali diante de um trabalho a ser feito com o grupo. Afinal, como já trouxemos em vários momentos da dissertação: conversar, apesar de ser fundamental, não é algo dado.

Os exercícios de cultivo de reciprocidade, afinação de sintonia e abertura à improvisação (CITTON, 2014) eram semanais. Claro que havia períodos que não precisávamos nos esforçar muito para isso, mas igualmente, mesmo em três anos de grupo, existiam outros em que foi necessário lançar mão de artifícios diversos para que a cogestão-conversa se efetivasse, como: a produção de cartas, ligações telefônicas, exercícios de respiração, contação de estórias e histórias, um lanche coletivo, um pedido ‘despretensioso’ de que cada participante dissesse como estava se sentindo naquele dia de grupo, só para que pudéssemos cada um olhar para si e olhar para os outros depois de vários encontros em que se tinha a sensação de que falávamos sem parar sobre tudo, mas com ninguém - por mais que estivéssemos todos ali. Comigo, este exercício de cogestão-conversa com os familiares e/ou outros responsáveis-usuários do CAPSi, os trabalhadores do serviço e, volta e meia, crianças e adolescentes, aconteceu por um ano presencialmente e um ano antes quando acompanhava os movimentos do grupo pelas discussões nas supervisões coletivas do grupo de pesquisa Fractal.

Vivi uma experiência muito bonita com esse grupo. Gostaria, neste ponto, de voltar a falar dela por ‘uma finalização’, já que foi para ajudar a compor esse processo, que entrei junto no manejo do grupo em dezembro de 2015. Já estávamos no sexto passo do guia-GAM, um passo de planejamento de ações. Meu amigo, que era o pesquisador da UFES que estava acompanhando o grupo naquele momento, estava de partida e ainda tínhamos (grupo fractal) este passo para construir com os familiares e/ou outros responsáveis-usuários e o serviço. Dentro da proposta do manejo cogestivo, ainda tínhamos um desafio para enfrentar. Pois,

apesar da conversa circular, ainda por muito tempo, existia a crença de que a UFES possuía um lugar central de “sustentação” do grupo-GAM no CAPSi. Então, ainda era necessário compreender e desconstruir isso. Foi nesse contexto e com essas ‘tarefas’ que cheguei.

Voltamos das férias do grupo-GAM no fim de janeiro de 2016 e quando eu e minha parceira de UFES fomos nos apresentar novamente, retomando o passo seis e a questão da finalização, somos interpeladas energicamente pelas mães e pelos trabalhadores: *Como assim acabar? Este grupo não pode acabar!*

A partir desses questionamentos, lá ficamos um ano... construindo e compreendendo “aquilo que não poderia acabar”. Isso não acontecia de forma diretiva. Não íamos todas as quintas-feiras para o grupo visando pensar sobre essa questão especificamente, mas ela estava sempre ali:

- nos dias em que planejávamos as possíveis ações com a escola, com as unidades de saúde, com o serviço: *“Será que a gente faz um grupo-GAM itinerante? Uma vez aqui, outras vezes nas escolas? Seria bom se os professores pudessem participar!”* *“Tem outras mães que passam por esses mesmos problemas que a gente, mas que os filhos não precisam ser atendidos no CAPSi... como fazer para levar o grupo até as unidades de saúde? Ou será que é possível abrir este espaço para elas virem até aqui?”* Essas possíveis ações emergiram das conversas sobre o passo seis do Guia-GAM. Perguntávamos acerca do que mais fazer a partir de tudo isso que fomos aprendendo e conversando nesses anos. Onde ainda precisaríamos intervir? Nesse grupo, as escolas, no tocante das questões da política de inclusão junto com a educação especial, foram um dos principais “focos”, e isso era devido ao fato de muitas vezes os familiares e/ou outros responsáveis-usuários e mesmo os profissionais do CAPSi partilharem as dificuldades em se cultivar uma conversa com elas. A ideia das unidades de saúde emerge porque nem todos as crianças que fazem uso de medicamento psicotrópico estão no CAPSi. Então, pensamos em como fazer para que estas tivessem acesso àquilo que pudemos ir construindo nesses anos. Nós não chegamos a fazer esse grupo GAM itinerante e uma das razões disso era porque tanto os familiares, quanto os profissionais já tinham muitas coisas, atividades. *O que mesmo temos pernas para fazer?* No início desses planejamentos, pensávamos em ações grandiosas e por vezes havia um sentimento de que ainda faltava muita coisa para fazer. Isso paralisava o grupo. Afinal, tanta coisa! Para nós, foi importante, com o

correr do ano de 2016, retomar o passo 6 em uma outra posição: ir traçando as ações que já fomos realizando nesses três anos, que não foram poucas. Participamos de seminários, de rodas de conversa, defesas, levamos narrativas para as escolas, insistimos por um atendimento cuidadoso, participamos do grupo-GAM, convidamos amigos para estarem no grupo, fomos em reuniões de equipe, etc. Muitas ações já tinham sido concretizadas nesse tempo de caminhada. Para esse grupo que, por vezes, experimentava o cuidado como um excesso/sobrecarga, era muito duro sentir que faltava mais uma coisa para fazer! Foi importante reconhecer todas as ações da própria caminhada. Por fim, o que ficou concretizado como “ação final” era a sustentação do grupo justamente porque ele era um espaço potencializador de várias ações – pequenas, porém, grandiosas. *Trabalhar com o pequeno é um grande trabalho!*⁷⁰

- nos dias em que conversávamos sobre as crianças, sobre as dificuldades da caminhada em busca do melhor tratamento para elas: *“Será que eu continuo levando ele nesse médico?”*, *“Mas esse medicamento é tão forte, dou uma ou duas vezes por dia? (...) acho que não vou dar essa dose toda”!* Esse é um ponto de conversa que esteve presente nos grupos desde o início em 2014 e faz parte de certo ir e vir do processo de acompanhamento. *“Uma hora a gente acha que encontrou o jeito certo, a escola certa, o medicamento certo, mas aí tudo muda e a gente precisa começar tudo novamente”*. Lembro de uma das participantes, que um dia chega desesperada ao descobrir que os remédios que seu filho tomava, juntos, poderiam colocá-lo em risco. Foi muito difícil. Nesse dia o grupo funcionou de forma muito acolhedora, tanto afetivamente, quanto pensando em estratégias. Percebemos que não resolveríamos tudo naquele momento e que era necessário sustentar uma espera, que não era parada, mas que precisava ser cuidada para que não ficássemos se debatendo para lá e para cá. Sustentar essa espera de forma conjunta, com o apoio do grupo e da equipe (que já se

⁷⁰Nesse ponto em que colocamos questões acerca do acompanhamento, achamos importante destacar uma coisa que emerge como questão no grupo em relação ao Guia-GAM. O Gui-GAM foi formulado para os usuários que fazem uso de medicamentos psicotrópicos. Nós, ali, estávamos com pessoas que acompanham outras pessoas que fazem uso de medicamentos e emergiam questões específicas acerca desse processo de acompanhar. No fim do ano de 2016, quando minha parceira de pesquisa havia chegado de um encontro multicêntrico com outros pesquisadores da Estratégia GAM, no qual se falou um pouco a respeito da reelaboração do Guia-GAM e mesmo da possível elaboração de outras ferramentas, experimentamos lançar ao grupo a seguinte questão: *Se fôssemos elaborar um guia para quem acompanha, que perguntas vocês acham que precisariam se fazer presentes?* Nesse contexto, estávamos no processo de pensar as potências daquele espaço e uma delas era esse cuidado com quem cuida. Fomos construindo um sentido do grupo como “um corpo auxiliar na sustentação” do processo de acompanhamento. Lançar essa pergunta nos ajudou a elaborar isso que sentíamos, mas também trouxe novas ideias para a Estratégia GAM: *“Um guia para familiares tinha que perguntar, por exemplo, ‘como você se sente em dar medicamento para o seu filho?’ ...a gente não conhece aquele medicamento, aí vem a dúvida se aquilo vai ser bom ou não para o nosso filho! E se fizer mal para ele?...essas perguntas vem na nossa cabeça...”*

organizara para agendar uma consulta com o psiquiatra de lá) era uma experiência outra, mais possível. Na prática de cuidado, passamos por muitos momentos assim.

- nos dias em que acolhíamos algum novo participante. Isso aconteceu, mesmo no processo de ‘finalização’. No ano de 2016, fizemos três novos acolhimentos e recebemos duas novas componentes no grupo. A entrada delas provocou interferências interessantes no grupo, que já caminhava desde 2014. Uma delas, que mais me chamou a atenção, foi com relação à temporalização. Dona Júlia⁷¹ trouxe-nos uma lentidão necessária meio às velocidades sem respiro que regiam o funcionamento do grupo em alguns momentos. Essa “quebra” na velocidade, permitiu reposicionamentos dos trabalhadores, das mães, avós, das pesquisadoras, principalmente no que toca os modos de escutar o outro e a si- a partir da provocação de certa “atenção reflexiva”⁷² (CITTON, 2014). Recordo, por exemplo, da minha dificuldade inicial em afinar o corpo para escutá-la de forma atenta. Quando ela abria a porta, era como se eu sentisse um vácuo, que convidava a uma recolocação de meu corpo no espaço.
- quando conversávamos sobre ser mulher e mãe. *“Nossa vida é cuidar deles!” “Mas, faz muito tempo que eu não sei o que é tirar um tempo para mim!” “Eles ficam atrás de mim o tempo todo me olhando. Se estou na cozinha, eles aparecem lá. Mesmo aqui, daqui a pouco eles colocam a cara na porta. Eu adoro quando a madrugada chega, é quando posso ouvir o silêncio”*. Durante alguns meses em que participei dos encontros de quinta-feira à tarde, o grupo era composto por familiares e/ou responsáveis-usuários do sexo feminino. A sobreimplicação⁷³ delas no cuidado com filhos e netos foi um ponto importante de trabalho no grupo. Com o tempo, foi possível que as participantes fossem se descolando do imperativo da maternidade para experimentarem outros modos de cuidar, outras configurações de si, que também as permitissem guardar seus próprios processos de singularização. Afinal, também elas são, cada uma, legítimo outro. A “exclusão de si”, dando “todo lugar ao outro”, era um elemento produtor de sobreimplicação. Em setembro de 2016, tivemos a entrada do Educador Físico do CAPSi, esta também provocou interferências e reposicionamentos

⁷¹ Nome fictício.

⁷²Citton (2014) dirá que por esse exercício atencional, o indivíduo pode prestar atenção às dinâmicas, aos dispositivos e, sobretudo, às valorizações que participam do processo de formação de sua atenção. A partir dele, é possível se colocar questões sobre os objetos ou os mecanismos que levam, estimulam, despertam, orientam, cativam ou alienam nossa atenção.

⁷³ Joyce de Paula construiu uma análise desta problemática em seu trabalho dissertativo defendido em setembro de 2016 no PPGSI.

importantes para nós mulheres (mães, avós, pesquisadoras, médica pediatra) e para ele, que também tornou-se pai (de uma menina linda!) no último ano.

- nos momentos em que partilhávamos nossas histórias dos tempos em que éramos meninas e meninos. Essas histórias foram importantes para vários deslocamentos: no apontado anteriormente (mães-mulheres), mas também para um que foi o de desmistificar alguns comportamentos dos filhos e netos como sendo causados pelas doenças deles, ou por um lugar de ‘menor capacidade’. *“Vou falar baixo isso aqui...mas se vocês forem procurar ‘fulana de tal’ e perguntarem como Gabriela⁷⁴ era no tempo de escola... Vocês vão achar que ela está falando de Ariel. Eu era terrível!”* Recontar essas histórias permitiram que se pudesse ampliar o que passava com “os meninos”, que se pudesse compreender e diferenciar o que era “sintoma”, e o que era “potência enérgica de criança cheia de vida”.

Enfim, do início do processo de finalização de algo, do qual emerge outro algo que não poderia acabar, até a finalização da participação semanal dos pesquisadores da UFES no grupo GAM do CAPSi de Vitória, mas, não do algo que não poderia acabar, muita coisa aconteceu! Muitas histórias e estórias! Muitas conversas!

As conversas aconteciam e ressoavam dentro e fora do grupo GAM entre os familiares, trabalhadores e pesquisadores que participavam dos encontros semanais e as extensões que também compunham este corpo complexo, margeado por uma pele espessa, feita de elementos de fora e do fora que interferiam no grupo: as crianças, o serviço, o grupo fractal, a escola, a educação especial, as brigas entre “os meninos” no espaço coletivo, e coisas que não são visíveis e nem nomeáveis. Festas de aniversário dos familiares, dos trabalhadores e mesmo de algumas crianças (filhos dos participantes), traziam o CAPSi todo para a sala. Outras vezes, recebíamos visitas inesperadas de alguns usuários que também queriam conversar com a gente ou tomar um pouco de café. Também nós já saímos da sala de reunião para ir até a sala de espera para conversar com a psiquiatra do serviço, outros trabalhadores e mais quem quisesse compor, sobre as dúvidas que surgiam no grupo a respeito da Ritalina; saímos para reuniões com a educação, outros familiares e/ou responsáveis-usuários do serviço, pesquisadores e trabalhadores do CAPSi - em outros dias que não eram a quinta-feira; para participar da reunião de equipe; para assistir defesas de dissertações na UFES⁷⁵. Nosso

⁷⁴ Nome fictício da participante que partilhava a história.

⁷⁵Em algumas defesas de pesquisadores que participaram do manejo do grupo-GAM, contamos com a participação de mães participantes do grupo. Esses encontros na universidade tinham uma ressonância muito

exercício de conversação disseminava-se direta ou indiretamente, pois não era somente quando as pessoas se achegavam à roda, ou quando saíamos para compor outras rodas de conversa que a ressonância desse exercício se efetivava.

Como uma das primeiras estratégias de manejo do grupo, e neste momento eu ainda não estava lá, os pesquisadores propuseram aos familiares de perguntarem a seus filhos as questões do Guia-GAM e com isso muitas conversas foram desenroladas e muitos deslocamentos se produziram. No que tange à própria dinâmica entre familiares e o serviço, também podemos marcar a importância da participação dos trabalhadores no grupo, a qual possibilitou uma maior aproximação dos usuários com o serviço (não só com os trabalhadores que participavam do grupo). Em diferentes momentos, certa distância e a desconfiança que existia de forma velada entre os familiares e/ ou outros responsáveis-usuários e o serviço emergiam no grupo. Nosso trabalho nestes momentos era de que fosse possível falar das coisas que se passavam para que não ficássemos somente no terreno das fantasias e dos julgamentos e isso não se construiu sem tensão. Tencionar o fio promoveu movimentos e possibilidades de novas costuras. Em alguns momentos, tivemos medo de que esse fio se partisse. Era o risco a que estávamos nos expondo. Entretanto, esse risco só podia ser vivido porque havia no grupo um compromisso com o cuidado. A direção do tensionamento seguia a continuidade da conversa, não era uma briga para destruir um ou outro, num movimento bélico. O que nos direcionava, nosso pequeno ponto de chão em meio aos processos de desterritorialização era a aposta em um cuidado que possibilitasse que a conversa continuasse em sua dupla dimensão de negociação e de co-surgimento.

É possível traçar ressonâncias dos movimentos do grupo-GAM em outras tantas conversas que os familiares seguiam exercitando com os médicos, nos momentos em que podiam reivindicar e afirmar seus pontos de vista com relação ao que estava sendo prescrito, ao diagnóstico, ou mesmo quando podiam insistir por um olhar mais atento “*Não se tira dúvidas em 5 minutos!*”; com os professores, quando insistiam, mesmo que de modo exaustivo, em “*cavar espaços de conversa*”, pela criação de propostas pedagógicas diferenciadas para seus filhos e netos e, até mesmo, quando levavam o grupo-GAM para a escola por meio das narrativas, ou em suas falas... “*Lá no grupo-GAM do CAPSi, eu aprendi que...*”; com os vizinhos - as mulheres-mães-avós participantes relatavam conversas sobre o grupo pela

bonita no grupo, que podia sentir que o trabalho cultivado nas quintas-feiras à tarde ecoava por outros espaços, o que parecia trazer um sentimento de maior alcance de escuta de suas vozes. Além disso, funcionava como mais uma devolutiva e, volta e meia, nos trazia outras questões.

vizinhança e em alguns momentos trouxeram alguns de seus vizinhos para compor as conversas de cuidado no CAPSi. Além disso, podemos incluir nessa rede de conversações exercícios de conversa como essa dissertação e as discussões no grupo de supervisão fractal dentro da universidade. Dá para ir longe com isso! Mas, o que se pretende neste texto é fazer chegar até você um pouco desta disseminação por contágio.

Tudo isso se passou nesse ano de finalização, mas ainda não falei acerca do tal “algo que não podia acabar”. Sinceramente, acho que só me dei conta mesmo já quando estava escrevendo essa nossa conversa. Nas passagens escritas no primeiro capítulo dessa dissertação, a partir das aventuras vividas na ilha, a navegante partilhava feliz a criação da tal língua do meio. A respeito desta, ainda não havia falado em todas essas linhas. Mas, parece-me que era isso o algo que se reivindicava que não podia acabar.

Nos meses que começavam a anunciar a chegada do fim do ano, voltamos a falar da finalização, não do grupo, já que todos (familiares e/ou outros responsáveis-usuários e trabalhadores) já haviam deixado claro que este não poderia se finalizar, mas da participação da UFES em todas as rodas de quinta-feira. Para os familiares e/ou outros responsáveis-usuários, o grupo funcionava como um espaço de acolhimento importante, sendo, em alguns casos, o único lugar de cuidado das questões relacionadas à vida cotidiana com os filhos, de partilha dos medos, de poder falar do cansaço, de poder dizer da solidão, das tristezas...e também de partilhar as conquistas! O grupo era um espaço de acolhimento com que se podia contar e ter isso era fundamental para *“poder continuar com a luta”*! Também os trabalhadores que participavam do grupo-GAM diziam da relevância em continuar com esse trabalho e podiam partilhar as próprias intervenções do grupo em suas práticas cotidianas. *“Foi muito importante para mim poder vir aqui e escutar elas. Vocês falam de coisas aqui que eu não sabia e nem me dava conta”*! *“Quando fiz o concurso da prefeitura de Vitória, nunca imaginei que terminaria trabalhando com Saúde Mental. Por muito tempo não conseguia me encontrar nessa função...mas entrar no grupo está permitindo que eu encontre um lugar de trabalho possível na saúde mental”*.

É... o grupo não poderia acabar e nem precisava acabar. Entretanto, nós, pesquisadores, sentíamos que já era o momento de sair. Até para evidenciar e fortalecer a circulação do manejo e do vínculo entre equipe e familiares e/ou outros responsáveis-usuários. Era também para deixar rodar a “suposta sustentação do grupo” remetida à Universidade: quem sustenta o grupo? Não foi fácil. Por muitos encontros escutávamos que: *a UFES não pode sair!* Eu

poderia sair, minha parceira de pesquisa, mas não a UFES. Mas, que espaço é esse que a universidade supostamente ocupava?

Havia um medo de que tudo aquilo que construímos juntos, principalmente a proximidade com a equipe, se esvaísse. De início, foi quase impensável conceber a continuidade do grupo sem os pesquisadores da UFES. Os trabalhadores traziam seus receios com relação ao manejo “*A gente não sabe fazer isso como vocês*”, “*Tem um jeito para fazer isso que é do psicólogo...*”. As falas deles fizeram-nos repensar a saída da universidade; que essa não precisaria (e não poderia) se dar de maneira desassistida. Na época em que começamos o processo de finalização, o grupo fractal já fazia por um ano um trabalho de ‘supervisão’ com trabalhadores de outros municípios da grande Vitória e do interior do ES, que estavam experimentando a estratégia GAM em seus serviços, então, pensamos que seria interessante convidar os trabalhadores do CAPSi para participarem desse grupo. Eles aceitaram e hoje vão nas reuniões que acontecem quinzenalmente. Além desse suporte, as partilhas ocorridas no grupo, o fato das mães e avós terem, aos poucos, se mostrado dispostas a se responsabilizar pela “sustentação” do grupo, nesse período de conversas de finalização, também foi fundamental para que eles pudessem topiar o desafio!

Nos últimos meses de 2016, pudemos falar mais diretamente das desconfiças: os familiares puderam dizer para os trabalhadores sobre o medo do CAPSi não sustentar esta caminhada com eles, de não poder se sentir à vontade para tratar de algumas questões que permeavam o próprio serviço, do medo com relação ao julgamento. Em outros momentos dessa dissertação, trouxemos um pouco destas desconfiças e distâncias. Houve um período em que a postura dos trabalhadores, quando problemas com relação ao serviço emergiam na roda, era de defesa. Desarmar foi um dos desafios de cuidado nesta caminhada. Bom, não só os trabalhadores tinham uma postura “armada”. Em muitos momentos, os familiares e/ou outros responsáveis também tinham muitas durezas e verdades únicas com relação ao serviço e também não se disponibilizavam para a conversa. Foi também fundamental os trabalhadores relatarem os seus receios para os familiares. Nós pesquisadores também não escapamos das durezas e verdades pré-concebidas: em relação ao serviço, há certos funcionamentos do grupo que nos incomodavam, etc. Tanto as rodas com o grupo-GAM, as de supervisão no grupo-Fractal e o próprio processo de construção dos registros, iam possibilitando a dissolução das armaduras que se construíam.

A conversa continuou.

Ainda cuidando do processo de finalização, produzimos uma última narrativa, com um estilo diferente das outras, como um memorial. Esta foi lida com o grupo-GAM e na reunião de equipe e o efeito dela foi muito interessante. Nós a construímos pensando em trazer para as mães, avós e trabalhadores um corpo consistente que existia. A última narrativa comportava, assim, a espessura dessa caminhada que, ainda continuava, porém já tinha muito chão... Não era a UFES que possibilitava o exercício e a construção da língua do meio. Por um tempo, ela foi um artifício necessário, mas não imprescindível.

Então, o tal “algo que não podia acabar” parece ser o cuidado por conversação construtor-experimentador dessa tal língua do meio.

Em uma das nossas últimas rodas, em que não conseguíamos concluir nada porque os familiares-usuários estavam tencionando a nossa saída, um dos trabalhadores finaliza dizendo: *Gente, então fica encaminhado que essa conversa continua. Até quinta-feira!* Ufa! E foi assim mesmo... conversamos mais algumas semanas até que chegou o dia da nossa despedida.

Depois de um dia de muita festa, troca de presente, choro e comilança, a UFES (junto comigo e minha parceira de pesquisa) parou de ir às reuniões de quinta-feira à tarde no CAPSi, mas não deixou de conversar com este grupo através dos profissionais que já participavam do grupo de supervisão quinzenal nas segundas-feiras, pelos meios midiáticos de whatsapp, na escrita deste texto dissertativo...

As conversas no grupo GAM, e fora dele, também continuam.

ANEXO: Narrativa-GAM produzida em novembro de 2016

NARRATIVA GAM

30 de novembro de 2016

Quando a gente senta em torno desta mesa, não imagina que vai caminhar tanto! Mas, isso foi o que nos ocorreu em todos estes nossos encontros até agora no CAPSi. Encontros com a estratégia GAM, com o guia GAM, com todos que ainda estão e passaram por aqui: mães, pais, avós, equipe do CAPSi, nossas crianças, outras crianças do serviço, pesquisadores; encontro com questões, problemas, projetos. Muitos encontros! Escolhemos o desafio de manter um grupo aberto. E mais... de nos mantermos abertos. Isso dá muito trabalho e tem seus perigos. No tempo em que ainda usávamos o GUIA, ele era nosso fio. Depois, neste ano, ao terminarmos o guia (terminamos?), fomos tentando construir a direção de um trabalho que ainda se apontava como “a se fazer”.

Começamos com o passo seis, pensando acerca de nossas ações de continuidade... Depois de toda a discussão proposta com a estratégia GAM, o que ainda queremos continuar fazendo? Nosso assunto principal foi a escola! Como conversar com a escola? Escrevemos até umas cartas... Nelas, pudemos dizer das nossas relações difíceis com alguns professores e diretores desse estabelecimento, de como, em muitas destas “conversas”, não sentimos que nem nós e nem nossos filhos estavam sendo escutados e olhados. Ouvimos muitos nos dizerem que não estávamos cuidando como deveria, mas poucos realmente entraram nessa com a gente! Esse olhar/escutar cego/surdo pelo julgamento machuca muito! Infelizmente, não é só na escola que passamos por isso! Às vezes acontece com pessoas de casa, nos serviços de saúde, etc.. Por que para sermos escutados e termos o direito de nossos filhos garantidos temos que brigar com todo mundo? Por vezes, nossa resposta foi nos prepararmos para o campo de batalha e reagir aos ataques com nossos escudos e armas, mas gostaríamos mesmo é de poder conversar! A culpa não é da escola, mas também não é nossa! De quem é a culpa? Talvez essa não seja a melhor pergunta, pois ela parece nos paralisar ao invés de abrir um caminho. A gente sente que não precisava ser assim...ou, melhor, sentimos que poderia ser diferente! Manter essa forma combativa, esse corpo armado, é cansativo, é muito doloroso! Mas nós lutamos! E não queremos que outras mães e outros cuidadores tenham que fazer o mesmo esforço sempre! É verdade que não é fácil cuidar dos meninos. Às vezes nem a gente sabe o que fazer, nem a escola, nem o médico, nem o psicólogo, e nem os meninos mesmo... então, como é que a gente pode ir criando estratégias juntos?

Além disso, no meio do caminho, fomos acolhendo pessoas novas, com temporalidades diferentes. E, assim, pudemos experimentar um tempo que se estica e que inaugura outras organizações do corpo! Isso nos ajudou! A gente, muitas vezes, entra em um tempo frenético. Sentimos muita pressa e acabamos por não perceber os atropelos que fazemos em relação ao outro e a nós mesmos! Foi bom também, em meio a coletivo de vozes femininas, entrar uma masculina: trocamos umas estratégias de amarração de laço, e pudemos ouvir, da perspectiva de um homem, os embates que vive um adolescente entrando na puberdade! Isso nos ajudou a compreender um pouco mais desse assunto tão espinhoso com relação aos nossos meninos... Mulheres com filhos homens e homem com uma filha mulher...que combinação, hein!

Pudemos percorrer muitas histórias por entre esse “a se fazer” deste ano! Até algumas de quando éramos pequenos! Fazíamos boas estripulias! Pular o rio para cortar caminho? Isso podia dar certo, gente?! Cara ralada! Ah...a escola interna lá no Rio de Janeiro! Que tempo bom! Também foi linda aquela história de amor dos nossos pais! A lembrança do cheiro bom da terra molhada na roça! Muitas histórias! Nossas histórias!

Nas últimas semanas temos chegado a formulações importantes e que ajudam a fortalecer as questões propostas pela estratégia GAM acerca do lugar que a medicação ocupa na nossa rede de cuidado. Na maioria das vezes ela parece que cumpre um lugar central, como se fosse o único recurso possível, ou então o mais importante. Não é que somos contra os medicamentos, mas temos estranhado e até nos incomodado com algumas falas e usos feitos da medicação. Por exemplo, quando nossas crianças precisam estar medicadas para estarem na escola ou frequentarem alguns espaços. E se eles começam a fazer bagunça pedem pra gente mudar o remédio ou aumentar a dose. É possível tentar outras estratégias? Ou até mesmo, quando acham que nossas crianças “não têm nada” só porque não tomam medicamento. Até nós já nos fizemos essas perguntas: para que levar meu filho no CAPSi se não é para dar medicação? Será que quando eles não precisarem tomar remédio o CAPSi vai nos acolher? Vamos tirar a medicação e fazer que trabalho no lugar? O que temos nos deparado é com uma falta de recursos, métodos, equipes de saúde, estratégias de cuidado para

nos dar suporte. E aí a medicação entra como um tapa buraco... Parece que o cuidado se torna uma busca pelo medicamento perfeito.

Também temos nos debruçado a pensar o nosso Guia-GAM. Apesar de termos percebido que ele é uma dentre as várias ferramentas de trabalho que podemos utilizar, sabemos que ele nos ajudou a pensar questões importantes e de uma forma leve. Quantas vezes nos surpreendemos com as respostas das crianças?! As perguntas foram nos aproximando delas e nesse processo também fomos modificando nosso olhar e também as nossas formas de cuidar, sem que alguém precisasse “nos instruir” de como fazer isso. Mas temos pensado também que um Guia com perguntas direcionadas aos familiares talvez seja importante. É que existem questões que são específicas dessa experiência de acompanhamento que poderiam ser mais exploradas. Como, por exemplo, “O que você pensa quando vai dar um medicamento para o seu filho? Isso te preocupa? Como você se sente em cuidar daquela criança? Como é você se sentir nesse universo de ter que ir para escolas, terapias, sem ter ninguém para te ouvir”?

Pois é...caminhamos bastante! Nesse percurso fomos nos aproximando do serviço e o serviço da gente, habitamos e até inventamos outros espaços de discussão dentro e fora do CAPSi. Participamos de rodas de conversa sobre medicamentos, de reuniões nas escolas e até mesmo de conversas com as gerências da educação municipal, outros familiares, estudantes e trabalhadores da saúde; participamos de fórum sobre infância, de alguns encontros de família no CAPSi, defesas de dissertação de mestrado na UFES... Tudo isso, movido por nosso sentimento de ter muitas coisas importantes e legítimas a falar acerca de nossos filhos, do tratamento deles, das políticas de saúde e de inclusão, sobre os medicamentos, e, até mesmo, a respeito do nosso fazer.

Além disso, percebemos que fomos nos aproximando das nossas crianças e compartilhando cada vez mais esse cuidado com elas. Hoje é possível sentir os efeitos dessa aposta: Como nossas crianças amadureceram! Vão sozinhas para a escola, para o CAPSi, têm dado conta dos deveres da escola, fizeram amizades que não tinham, as notas melhoraram, alguns participam agora de grupos de jovens. Tem menino até que começou a trabalhar... nossos meninos cresceram! Que legal!

Essa nova fase vem com outros desafios: as preocupações com a sexualidade, novas responsabilidades e a dificuldade em diminuir um pouco da presença no palco para deixar caber outros atores. É que por mais que estar nesse lugar do cuidador seja árduo, deixá-lo, ou até mesmo dividi-lo, é algo espinhoso para gente em alguns momentos. Que pode acontecer quando não se está mais tão por perto como antes? Que medos isso pode gerar: para a gente e para eles? De que fios de confiança isso fala? Isso pode ser uma coisa arriscada, não temos como controlar, entretanto, é possível acompanhar.

Nesses três anos, pudemos sustentar, apesar de vários reboiços, o processo de legitimação do lugar saber de quem acompanha, cuida, educa, medica; de quem sente na pele os desafios em se partilhar o cuidado. É... um tempo de muito trabalho e construção conjunta! Hoje até conseguimos colher os efeitos de nossas ações, que, apesar de em muitos momentos parecerem pequenas, quase imperceptíveis, foram grandiosas: trabalhar com o pequeno é um grande trabalho! Sustentamos apostas juntos, pudemos até perceber que estamos diferentes: lutamos mais por nossos direitos, buscamos fortalecer nossa rede de apoio, olhamos um pouco mais para o ser mulher para além do ser mãe. Mesmo assim, tem hora, nos vemos pegos pela sensação de ainda faltar alguma coisa... Será que é porque falta, ou porque nesse trabalho de cuidado as coisas se findam, mas não finalizam?

Sentimos receio quando a UFES anunciou que iria sair. Como assim vocês vão abandonar o barco no meio do caminho? Mas, e se tudo isso que conquistamos não consistir? E se tudo se perder? Três anos, tanto trabalho, tanta luta, tanta coisa que a gente confiou... e agora? Por que ainda sentimos que essa construção é frágil? Ou, que temores nos chegam quando construímos com o frágil? É verdade que, por um bom tempo, acreditamos que era a UFES quem sustentava o trabalho e os pesquisadores da UFES concordam que, às vezes, superinvestiram nesse espaço. É assim mesmo, há um período da vida de um grupo, e mesmo da vida de uma criança, que a presença de alguém que garanta, é fundamental: serei um pouco de seu chão! Mas, com o tempo e com os caminhares, essa presença pode ir se deslocando até para poder admirar o tal jeito de andar que irá surgir: meio cambaleando no início, mas uma hora vai! E segue. Poder sair para que também aqueles que acompanhamos possam se apropriar dos caminhos percorridos. Como este grupo vai continuar? Se vai continuar? Ainda não sabemos! O que sabemos, é que, de algum modo, a vida continua... E os pesquisadores continuarão acompanhando este trabalho de outra forma. Como, então, fazermos juntos a construção desta continuação do cuidado? O que queremos que continue? Como? Onde?

“Desde de que o mundo é mundo, os homens sentiram o chamado do mar. Podemos imaginar como ficavam na beira da praia ouvindo as ondas, vendo aquela imensidão verde e azul a se mover sem parar, pensando na vastidão daquela água toda que sumia no horizonte e poderia levar a mundos distantes. Ou de onde, de repente, poderiam chegar desconhecidos - ameaçadores ou atraentes. Uma bênção ou uma maldição. Sempre um mistério incontável.

Ainda por cima, aquele rio sem fim era salgado e habitado por animais diferentes. Algumas vezes trazia para a terra coisas estranhas e nunca vistas: algas coloridas e de cheiro forte, cascos de tartarugas, galhos ou troncos de árvores de outras terras, cocos ainda cheios de água doce.

Fascinante e misterioso esse mar. Um desafio a ser explorado.

E os povos o enfrentaram com suas embarcações precárias.

Balsas e jangadas, canoas e todo o tipo de barco, a remo ou a vela.

Mas os homens também sempre souberam que navegar é cheio de perigos. Correntezas e tempestades. Redemoinhos e ondas gigantescas. Ventanias e calmarias.

Muitas histórias atravessaram séculos falando desses perigos e enfrentamentos. (...)” (MACHADO, A. *A Nau Catarineta*, São Paulo, Moderna - 2011).

Vocês têm razão... a navegação ainda não acabou! Sina de navio é navegar. Ele só atraca o tempo necessário para se preparar para uma nova aventura! A tripulação varia, os destinos variam, mas a arte da navegação, nunca cessa. Assim como a do cuidado!

5. Divagações ‘conclusivas’: incluir/abrir-se o/ao outro como legítimo outro: um exercício ético-político

“Talvez seja esse um dos nossos maiores desafios: entender que cuidar da vida é interferir nos processos que a apequenam e a amesquinham” (Abbès e Herckert, 2010, p. 165).

Ao começarmos a traçar nosso arquipélago problemático, fizemos a seguinte afirmativa: “Esta pesquisa é um enfrentamento ao emparedamento de uma vida”. Isso porque temos preocupações quanto aos efeitos do que conceituamos como operação muro, a qual, como dissemos, vai se formulando a partir de práticas sutis de destituição das margens.

Do início ao fim desse texto dissertativo, esforçamo-nos em trazer imagens de encontros, conversas, de exercícios e construção de uma tal língua do meio: que não é nem minha, nem sua, e que, entretanto, nos permite a experiência de um mundo compartilhado, no qual emergimos concomitantemente. Durante o tempo de pesquisa, preocupamo-nos em pensar e exercer uma prática de cuidado atenta e, ao mesmo tempo, cultivadora aos/de processos de singularização de uma vida. Para isso, então, apostamos na conversa como estratégia técnica norteadora de um cuidado que quer possibilitar que *a conversa na dimensão formativa continue*.

Conversar é um fazer marginal. Ele é tanto um fazer marginalizado no contexto do capitalismo neoliberal, a partir de estratégias sutis de controle e silêncio, via excesso comunicacional, quanto um fazer que acontece nas e constitui às margens. Uma conversa é sempre entre formações subjetivas em constante processo de singularização, sendo o “entre” o “espaço” do exercício de conversação.

Com a estratégia GAM e com o grupo de familiares e/ou outros responsáveis-usuários, trabalhadores do CAPSi de Vitória e pesquisadores da UFES, a partir da prática cogestiva, que tinha como direção o fortalecimento e construção de processos de autonomia, tivemos a oportunidade de experimentar esse exercício que se construía a partir de um trabalho cotidiano “de inclusão do outro como legítimo outro”.

Essa é uma discussão delicada. Hoje, encontramos muitos movimentos pró-inclusão e de valorização e afirmação das diferenças. Consideramos que estes são muito importantes, entretanto, sentimos que é preciso atentarmo-nos a certa apropriação que os instrumentos de controle e conservação fazem desses discursos/práticas. Ainda quando começamos a falar a respeito do arquipélago problemático desta pesquisa, pudemos, com Foucault (1999), ir localizando certo processo de sofisticação das estratégias de captura dos aparelhos estatais, que não mais funcionam explicitamente de forma excludente, como passam a agir via inclusão: identificam, circunscrevem, incluem nos nichos para controlar.

Aqui, então, tocamos em uma linha tênue das práticas e políticas inclusivas, que, se reduzidas ao discurso do direito, correm o risco de trabalhar na manutenção de certos funcionamentos instituídos.

Incluir o outro como legítimo outro não é só incluir “o estrangeiro”, mas, com ele, a própria potência de estrangeiridade. Derrida (2003), no seminário em que vai falar acerca da hospitalidade, auxilia-nos a pensar um processo de inclusão/abertura que se constrói entre certa condicionalidade do direito e a incondicionalidade. Nesse, o filósofo faz uma diferenciação entre “o estrangeiro” e o “outro absoluto”, como também de uma prática de hospitalidade condicional de uma incondicional. Essas diferenciações, por sua vez, não são excludentes: não se trata de pensar o outro absoluto no lugar do estrangeiro e nem de uma hospitalidade incondicional no lugar de uma condicional, mas de ver o imbricamento e a indissociabilidade entre eles.

Segundo Derrida (2003), o estrangeiro vem de um lugar nominado, referenciado a uma família, nação, a um grupo étnico e ele responde desse lugar. Ou seja, é circunscrito no campo do éthos, do habitat, da estada como éthos, da moralidade objetiva. Ao passo que, o outro absoluto não tem nem lugar e nem família, não pode ter nome e nem nome de família. As relações estabelecidas com o estrangeiro ainda são intersubjetivas, já as com o “outro absoluto” são de outra ordem. É neste caminho que o autor vai delineando uma prática de hospitalidade condicional, que é incessantemente rompida pela absoluta/incondicional/justa.

A hospitalidade condicional de direito pressupõe certo pacto: uma casa, uma linhagem, um grupo familiar étnico recebendo outros grupos familiares étnicos, por exemplo. Aqui ainda se está no campo dos “sujeitos de direitos, dotados de uma identidade nominável e de um nome próprio” (DERRIDA, 2003, p.21), que não é nunca puramente individual. Nesse cenário há tanto direito, quanto dever. Já, a “lei da hospitalidade absoluta”, para Derrida (2003), exige que se cultive certa abertura das portas da “casa” e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo.

O estrangeiro e o outro absoluto, entretanto, não existem de maneira separada. Não são dois seres. Nancy (2000-2010) inicia seu ensaio, que vai discutir, a nosso ver, a problemática acerca da vida como composição ao trazer um pouco de sua experiência de transplante de coração dizendo algo que nos ajuda a pensar essa inseparabilidade:

O intruso se introduz por força, de surpresa ou por trapaça, em todo caso, sem nem ter sido previamente admitido. É preciso que haja o intruso no estrangeiro, sem o qual ele perde sua estrangeiridade. Se ele já tem o direito de entrar e de se hospedar, ele é esperado e recebido sem que nada dele permaneça de fora da espera nem fora do acolhimento, ele não é mais intruso e nem é mais estrangeiro. Também não é nem logicamente recebível e nem eticamente admissível de excluir toda intrusão da vinda do estrangeiro. (p.11)

Assim, há certa indissociabilidade entre o estrangeiro e o outro absoluto (intruso), uma vez que “banir” o outro absoluto do estrangeiro, desconfigura o último enquanto tal. É necessário ressaltar, porém, que receber o estrangeiro e o intruso não é um ato voluntário. Não é um “eu” que abre as portas da sua ‘casa’. Existe uma dimensão em que certa construção consensual é possível, mas também há uma outra, em que ‘o que chega’, chega de maneira interpeladora, sem aviso prévio, no meio de uma navegação em curso, podendo mudar a primeira rota tracejada.

Para Derrida (2003), o exercício da ética vai se constituir entre os dois modos de hospitalidade (condicional e incondicional) - um que faz o apelo ao direito e ao dever e outro que ultrapassa essas polaridades. É entre esses dois modos também que gostaríamos de pensar o exercício ético da inclusão do outro como legítimo Outro. Com Nancy (2000-2010), vimos que para que a inclusão/ o recebimento aconteça, é imprescindível que se cultive uma abertura não só ao estrangeiro, mas também, ao que preferimos chamar como potência de estrangeiridade, a alteridade. Aí mora a luta contra a desinstitucionalização: o processo de desinstitucionalização demandará mais que só derrubar os muros dos manicômios, nos convidará cotidianamente a interferir nos processos que “apequenam e amesquinham uma vida”. Acreditamos que isso é possível por esse exercício ético-político que se abre à diferença radical, disruptiva e transformadora.

É claro que para a política de saúde mental e para a estratégia GAM a discussão do sujeito de direito e a luta afirmativa pelo direito de cidadania são imprescindíveis. Mas, para além disso, é necessário que coloquemos como pauta cotidiana de nossas lutas o exercício de inclusão/abertura ao outro como legítimo Outro, justamente para resistir aos mecanismos sutis de moralização e de controle, os quais forjam discursos de inclusão das diferenças para conter a dimensão disruptiva. Essas estratégias visam “excluir a dimensão intrusa”, heterogeneia, que não pode ser colada em imagens standardizadas.

Quando falávamos a respeito da cogestão, pudemos contar como havia sido importante um grupo formado por categorias heterogêneas, mas também que essa formação não necessariamente garantiria a produção de deslocamentos. Esses só foram possíveis porque, ali

também houve um trabalho (por vezes árduo) de cultivo e sustentação (junto com todos os participantes) de uma abertura ao que emerge do fora e não só vem de fora; porque, ousamos experimentar o amor, que, segundo Maturana (2011) é o reconhecimento do outro como legítimo outro em coexistência, a partir do qual pudemos partilhar um sentimento de estar vivo e surgindo junto incessantemente.

“ Com um vento assoprando em meu rosto para o horizonte do oceano, chegou o dia de partir. Vem até um silêncio! Por esse mesmo gesto do mundo, encontrei com essa ilha e seu ecossistema. Dela, saio com o coração partido, em dois sentidos: um pouco dolorido das saudades pré-anunciadas pelos fios de experiência que, ao mesmo tempo, deixo com os amigos que fiz e carrego comigo em uma memória de corpo; e aberto para o que há por vir.”

Referências Bibliográficas

- ABBES, C. & HERCKET, A., Micropolítica do processo de acolhimento em saúde. Estudos e Pesquisas em Psicologia, *UERJ*, RJ, ano 10, n°.1, p.151-168, 1º quadrimestre de 2010.
- ANDRADE, C. D. *A Máquina do Mundo*. In: Claro Enigma. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BADARÓ, C., C., M., Os quarenta anos do Maio de 1968. Resenha publicada em 14 de maio de 2008, no portal: http://portal.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080521091012.pdf acessado no dia 17 de abril de 2017.
- BOSI, A., *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*- São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2003.
- BOTELHO, I., C., *Narrando Experiências, Montando Ca(u)sos*. Análises das Práticas de Cuidado em Saúde Mental Infanto-Juvenil. Dissertação (Mestrado em Psicologia)/ Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 24 de julho de 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, seção 1.
- CALIMAN, Luciana Vieira; PASSOS, Eduardo; MACHADO, Adriana Marcondes. A medicação nas práticas de saúde pública: estratégias para a construção de um plano comum. In: *Movimentos micropolíticos em saúde, formação e reabilitação*[S.l: s.n.], 2016.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*; tradução Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica de Manoel Barros da Motta; tradução do pósfácio de Pierre Marcherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CÉSAR, J. M. *Processos grupais e o plano impessoal: a grupalidade fora no grupo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia)/Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- CHAVES, M., F., *Articul(a)ções entre Saúde Mental e as Escolas: pistas para construir um trabalho intersetorial*, Dissertação (Mestrado em Psicologia)/ Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 29 de agosto de 2016.
- CITTON, Y., *Pour une écologie de l'attention*. Paris: Éditions du Seuil, 2014.

COUTO, M. C. V. *Política de Saúde Mental para crianças e adolescentes: especificidades e desafios da experiência brasileira* (2001-2010). Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ). 2012. 178fls. Tese de Doutorado.

CRARY, J. *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono*, tradução: Joaquim Toledo Jr., São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DELEUZE, G., *Lógica do Sentido*; tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

_____. *Controle e devir*. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol.3; tradução de Aurélio Guerra Neto et al. – Rio de Janeiro: Ed.34, Coleção Trans, 1996.

_____, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol.5/ tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. – São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2012.

DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade/ Jacques Derrida [Entrevistado]; Anne Dufourmantelle*; tradução de Antônio Romane; revisão técnica de Paulo Ottoni. – São Paulo: Escuta, 2003.

DOMITROVIC, N. *As Práticas Farmacológicas com o Metilfenidato: Habitando Fronteiras Entre o Acesso e o Excesso*. Dissertação (Mestrado em Psicologia)/ Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 12 de dezembro de 2014.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução Raquel Ramalhete, Petrópolis, Vozes, 2014.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A História da Loucura na Idade Clássica (1961)*, 5ªed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FROCHTENGARTEN, F. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. *Psicologia USP*, Brasil, v. 20, n. 1, p. 125-138, mar. 2009. ISSN 1678-5177. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41992>. Acesso em: 11 de maio 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642009000100008>.

GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO – *Guia de Apoio a Moderadores*. Rosana Teresa Onocko Campos; Eduardo Passos; Analice Palombini et AL. DSC/FCM/UNICAMP; AFLORE; DP/UFF; DPP/UFRGS, 2014. Disponível em: <http://www.fcm.unicamp.br/fcm/laboratorio-saude-coletiva-e-saude-mental-interfaces>

GODOY, M., G., C., & BOSI, M., L., M., A Alteridade no Discurso da Reforma Psiquiátrica Brasileira face à Ética Radical de Lévinas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(2):289-299, 2007.

GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*/ Guattari, Suely Rolnick. – 10.ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

KONESKI, A. P., *Blanchot, Levinas e a arte do estranhamento*. 2007. 234 f. Tese (doutorado em Literatura) – Programa de pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTIN, J., *O olho do fora*, in: Gilles Deleuze: uma vida filosófica/ Éric Alliez (org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. – São Paulo, Ed. 34, Coleção Trans, 2000.

MATURANA, H., VERDAN-ZÖLLER, G., *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia*; tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin – São Paulo: Palas Athena; Ed. 3, 2011.

NANCY, J., *L'intrus*. Paris: Éditions Galilée, 2000-2010.

NOBRE, J. & BERNARDI, D., Capitalista e Capitalístico, <http://www.ufrgs.br/e-psico/objetivacao/espaco/capitalista-capitalistico.html> acessado em 21 de janeiro de 2016.

PASSOS, E. & BENEVIDES, R. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079, Jan./Abr. 2000.

PASSOS, E., et al, Autonomia e cogestão na prática em saúde mental: o dispositivo da gestão autônoma da medicação (GAM). *Aletheia* 41, p.24-38, maio/ago. 2013.

PASSOS, E., PALOMBINI, A., L., & ONOCKO, R. Estratégia cogestiva na pesquisa e na clínica em saúde mental. *ECOS*, vol. 3, n.1, 2013.

PEREIRA, W.,C.,C., Movimento institucionalista: principais abordagens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 10-19, abr.2007

REIS et al, Crianças e adolescentes em sofrimentos psíquicos atendidos no Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil, in: *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS*/ Edith Lauridsen-Ribeiro, Oswaldo Yoshimi Tanaka. – 2.ed. – São Paulo: Hucitec, 2016.

ROLNICK, S., Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia, in: *A cidadania em Construção*/ Spink, M. J. O. (org); São Paulo: Cortez, 1994.

ROTENBERG, A. *Nas margens: alteridade e partilha da experiência*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia)/Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SANTANA, A. L., Renascimento, <http://www.infoescola.com/movimentos-culturais/renascimento/> acessado em 26 de janeiro de 2017.

SCHÉRER, R., *Homo Tantum*. O impessoal: uma política, in: Gilles Deleuze: uma vida filosófica/ Éric Alliez (org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. – São Paulo, Ed. 34, Coleção Trans, 2000.

SILVEIRA, F., A. & SIMANKE, R., T. A Psicologia em a História da Loucura de Michel Foucault. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, p.23-42, Jan./Abr. 2009.

SOUZA, P. Agenciar. In: *Pesquisar na diferença: um abecedário*/ organizado por Tania Mara Galli Fonseca, Maria Lúvia do Nascimento, Cleci Maraschin. – Porto Alegre: Sulina, 2012.

TENÓRIO, F. A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 até os dias atuais: história e conceitos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan./abr. 2002.

TOUNIER, M. *Sexta-feira ou os limbos do pacífico*; tradução Fernanda Botelho. – 1ªed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ZOURABICHVILI, F., *O Vocabulário de Deleuze*, tradução: André Telles, Rio de Janeiro, 2004. (link de acesso: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili.pdf>)